

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	17
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	18
3.7 - Nível de endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras informações relevantes	21

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	22
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	35
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	38
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	63
4.5 - Processos sigilosos relevantes	64
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	65
4.7 - Outras contingências relevantes	67
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	68

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	69
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	70
5.3 - Descrição dos controles internos	71
5.4 - Alterações significativas	74
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	75

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	76
6.3 - Breve histórico	77
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	82
6.6 - Outras informações relevantes	83

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	84
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	88
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	90
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	99
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	101
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	103
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	104
7.8 - Políticas socioambientais	105
7.9 - Outras informações relevantes	106

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	107
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	110
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	111
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	112

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	113
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	115
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	116
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	117

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	119
10.2 - Resultado operacional e financeiro	136
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	138
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	140
10.5 - Políticas contábeis críticas	145
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	146
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	147
10.8 - Plano de Negócios	148
10.9 - Outros fatores com influência relevante	153

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	154
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	155

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	156
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	161
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	163
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	164
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	165
12.7/8 - Composição dos comitês	169
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	170
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	171

Índice

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	172
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	173
12.13 - Outras informações relevantes	175

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	176
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	177
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	179
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	180
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	181
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	182
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	183
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	184
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	185
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	186
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	187
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	188
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	189
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	190
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	191
13.16 - Outras informações relevantes	192

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	193
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	194
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	195

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	196
14.5 - Outras informações relevantes	197
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	198
15.3 - Distribuição de capital	212
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	213
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	214
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	215
15.7 - Principais operações societárias	216
15.8 - Outras informações relevantes	220
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	221
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	222
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	227
16.4 - Outras informações relevantes	228
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	229
17.2 - Aumentos do capital social	230
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	231
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	232
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	233
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	234
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	235
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	236

Índice

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	237
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	238
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	240
18.8 - Títulos emitidos no exterior	241
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	242
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	243
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	244
18.12 - Outras informações relevantes	245
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	246
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	247
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	248
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	249
20.2 - Outras informações relevantes	250
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	251
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	252
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	255
21.4 - Outras informações relevantes	256

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

PAULO GUIDA

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

MARIO VIEIRA MARCONDES NETO

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1



Fone | Fax: 43 3025 3636
Av. Higienópolis, 1601 | 7º andar
86015 010 | Londrina | Paraná
www.conasa.com

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

MÁRIO VIEIRA MARCONDES NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2.031.812-0, expedida pela SSP/PR e inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob o nº 468.989.729-87, residente e domiciliado na Rua Jurutês, 160, Bairro Vivendas do Arvoredo, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.055-750, Diretor Presidente da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.837.556/0001-49, com sede na Avenida Higienópolis, 1601, Edifício Eurocenter, 7º andar, sala 701, Jardim Higienópolis, CEP 86.015-010, declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos.

Londrina-PR, 22 de fevereiro de 2017.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Mário Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

1.2



Fone | Fax: 43 3025 3636
Av. Higienópolis, 1601 | 7º andar
86015 010 | Londrina | Paraná
www.conasa.com

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PAULO GUIDA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 13.127.368-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF do Ministério da Fazenda sob nº 065.766.568-15, residente e domiciliado na Rua Renato Egidio de Souza Aranha, 221, apto D 62, São Francisco, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.353-050, Diretor de Relações com Investidores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.837.556/0001-49, com sede na Avenida Higienópolis, 1601, Edifício Eurocenter, 7º andar, sala 701, Jardim Higienópolis, CEP 86.015-010, declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos.

Londrina-PR, 22 de fevereiro de 2017.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.
Paulo Guida
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis da Companhia e controladas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 75.400,00 referente à auditoria da CONASA Infraestrutura S.A. R\$ 238.680,00 referente à auditoria de 10 sociedades controladas ou coligadas
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alfredo Ferreira Marques Filho	01/01/2013 a 31/12/2015	028.236.498-67	Rua Dr. Elias Cesar, nº 55, 3º Andar, Jardim Caiçaras, Londrina, PR, Brasil, CEP 86015-640, Telefone (43) 30641580, Fax (43) 30641580, e-mail: alfredo.marques@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não se aplica

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	176.898.157,12	129.835.545,94	22.383.957,28
Ativo Total	313.427.111,08	234.964.935,84	115.412.523,91
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	107.722.975,74	60.065.917,35	39.630.011,04
Resultado Bruto	52.419.467,24	28.821.483,89	23.916.510,47
Resultado Líquido	24.547.789,02	10.000.050,32	-10.523.254,60
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	158.187.034	141.584.354	48.484.354
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,118285	0,917019	0,461674
Resultado Básico por Ação	0,155182	0,070630	-0,217044
Resultado Diluído por Ação	0,15	0,07	-0,22

3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM 527, de 04 de outubro de 2012. O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social.

Em 2015, 2014 e 2013, o EBITDA da Companhia foi de R\$ 49.375, R\$ 27.487 e R\$ 6.761, respectivamente.

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A Companhia apresenta abaixo a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	24.548	10.000	(10.523)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.270	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	6.104	5.245	3.903
Resultado Financeiro	13.453	10.227	11.810
EBITDA	49.375	27.487	6.761
Margem EBITDA	47,58%	56,60%	17,15%

c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é comumente utilizado pelo mercado para mensurar a geração de resultado operacional de uma companhia. A Companhia utiliza tal medição para avaliar a capacidade de geração de resultado no período para cobertura do pagamento de financiamentos e realização dos investimentos previstos. Em especial, a razão entre o EBITDA e a dívida líquida da Companhia e de cada subsidiária é um fator observado, a qual mede a capacidade de pagamento dos projetos operacionais.

Além disso, a margem de EBITDA permite avaliar eficiência operacional da Companhia e a comparação entre empresas de setores correlatos, mesmo com empresas de portes distintos.

3.2 - Medições não contábeis

O EBITDA serve como medição adicional, não podendo ser utilizada individualmente ou em substituição às medições contábeis definidas pela IFRS. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às Demonstrações Financeiras

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Como as presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme inciso VIII do artigo 1º do Anexo 3 da Instrução CVM 480, a Companhia apresenta os principais fatos posteriores ao encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONASA - Primeiramente, a Administração destaca a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 05 de setembro de 2016, aprovando a ampliação do objeto social da empresa para investimento em infraestrutura em geral. Além disso, foi autorizado o registro da Companhia na Categoria A, conforme Instrução CVM 480, e respectivo registro no ambiente denominado BOVESPA MAIS da BM&FBOVESPA.

CONASA - Em 24 de janeiro de 2017 em Assembleia Geral cuja Ata foi levada a registro na Junta Comercial do Paraná a denominação da Companhia foi alterada para CONASA Infraestrutura S.A. e o seu Capital Social foi aumentado em R\$ 4.500 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 162.687 (cento e sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trinta e quatro reais) pela integralização de ações INFRA Saneamento Fundo de Investimentos em Participações.

ÁGUAS DE ITAPEMA - A Águas de Itapema firmou, conforme divulgado, 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabeleceu o reequilíbrio econômico financeiro e as obrigações de investimento da concessionária. O reequilíbrio impactou em um reequilíbrio tarifário de cerca de 23% e a obrigação da empresa investir R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais.

A totalidade do processo de reequilíbrio foi conduzido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina, agência reguladora delegada pelo município, acompanhada pelo Tribunal de Contas do Estado, poder concedente e concessionária. Essa alteração contratual se deu com base na Resolução ARIS nº 025/2015, dentro do Processo Administrativo nº 109/2015, e a vigência desse novo arranjo contratual se iniciou em 1 de janeiro de 2016.

Posteriormente e de forma unilateral, sem a interveniência do Poder Concedente e da concessionária, a ARIS pretendeu alterar parte do Contrato de Concessão pela edição de duas outras resoluções a de nº 003/2016 e a de nº 006/2016, desequilibrando unilateralmente o contrato de concessão, o que é vedado pela Lei de Concessões (Lei 8987/95) e pelo Marco Regulatório de Saneamento (Lei 11445/07). A Águas de Itapema contestou perante o judiciário as pretendidas alterações tarifárias, em clara ofensa a princípios Constitucionais e do Direito Administrativo. Permanece válido o 2º Termo Aditivo firmado.

Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

(denominado *built to suit*), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R\$ 11.841, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com previsão de término em dezembro de 2017, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

Em 25 de janeiro de 2017 foi publicado o Termo de Convênio nº 012/2017/ARESC firmando entre o município de Itapema e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC, tendo por objeto a delegação pelo Município à ARESC as questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. Esse convênio está em linha com a Lei 11.445 de 5 janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A Companhia entende que com o reestabelecimento da regulação estão colocadas as condições para apresentação à Reguladora de pleito para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para recompor o status quo ante à restrição imposta à cobrança de tarifa sazonal incidente sobre os grandes consumos no período de verão (dezembro a fevereiro). No exercício de 2016 o faturamento bruto da Companhia Águas de Itapema foi reduzido de R\$ 2.212. Os efeitos dessa redução persistirão no exercício de 2017 e serão relatados adequadamente nas demonstrações trimestrais.

A Águas de Itapema obteve aprovação para financiamento junto ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no montante de R\$ 13.200, juros remuneratórios de TJLP + 7,4% a.a. e 240 meses de prazo. Em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a concessão de garantia fidejussória Águas de Itapema para contrair empréstimo junto ao para suportar o Plano de Investimentos no Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Itapema.

ÁGUAS DE SANTO ANTÔNIO - Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A.A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

SANETRAT - Em 28 de julho de 2016, a Companhia capitalizou o aporte para futuro aumento de capital realizado na Sanetrat, através da elevação do capital social para R\$ 40.648.

SANESALTO - Em 23 de maio de 2016, a Companhia recebeu 37.521 ações, correspondentes a 1,87% do capital social, da Sanesalto, via cessão não onerosa de antigos membros do conselho e diretores.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

MARABÁLUZ - Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

MAÚA LUZ - Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

2013

Regras sobre a retenção lucros

O Estatuto Social da Companhia estabelece que 5% do lucro líquido apurado no balanço anual será destinado para a constituição de fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social.

Valores das retenções de lucros

No exercício de 2013, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 10.523, não havendo lucro a ser retido.

Regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório será de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O lucro remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria e devidamente aprovada pelos Acionistas.

Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, não haverá distribuição de dividendos intermediários e a declaração do dividendo mínimo obrigatório anual será na data da Assembleia Geral Ordinária.

Restrições às distribuições de dividendos

Em relação à controlada Águas de Santo Antônio S.A., em decorrência das operações das Cédulas de Crédito Bancários, contratadas junto ao Banco Indusval S.A. sob números 31271-0 e 31122-1, conforme exigência do disposto nos itens 5.6 e 5.6.1, a Companhia se compromete a reter 50% dos lucros de cada exercício, até o limite do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancárias emitidas, podendo distribuir total ou parcialmente o lucro acumulado, desde que esteja garantida a manutenção de nota de Rating igual ou superior àquela obtida originalmente na emissão da Cédula.

2014

3.4 - Política de destinação dos resultados

Regras sobre a retenção lucros

O Estatuto Social da Companhia estabelece que 5% do lucro líquido apurado no balanço anual será destinado para a constituição de fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social.

Valores das retenções de lucros -

No exercício de 2014, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 10.000. A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05 de janeiro de 2016, deliberou por unanimidade dos acionistas pela não distribuição do lucro do período, após republicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, mantendo a totalidade retido em resultados acumulados.

Regras sobre a distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório será de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O lucro remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria e devidamente aprovada pelos Acionistas.

Periodicidade das distribuições de dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, não haverá distribuição de dividendos intermediários e a declaração do dividendo mínimo obrigatório anual será na data da Assembleia Geral Ordinária.

Restrições às distribuições de dividendos

Em relação à controlada Águas de Santo Antônio S.A., em decorrência das operações das Cédulas de Crédito Bancários, contratadas junto ao Banco Indusval S.A. sob números 31271-0 e 31122-1, conforme exigência do disposto nos itens 5.6 e 5.6.1, a Companhia se compromete a reter 50% dos lucros de cada exercício, até o limite do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancárias emitidas, podendo distribuir total ou parcialmente o lucro acumulado, desde que esteja garantida a manutenção de nota de Rating igual ou superior àquela obtida originalmente na emissão da Cédula.

Em relação à controlada Conasa SPE S.A., conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Participação nos Lucros, em Série Única, de Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, Cláusula V, item 5.1, letra “g”, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação nos lucros, quando

3.4 - Política de destinação dos resultados

estiver em mora perante os Debenturistas, pode acarretar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures.

2015

[Regras sobre a retenção lucros](#)

O Estatuto Social da Companhia estabelece que 5% do lucro líquido apurado no balanço anual será destinado para a constituição de fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social.

[Valores das retenções de lucros -](#)

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 24.548 no exercício de 2015. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de maio de 2016 deliberou por unanimidade dos acionistas pela retenção da totalidade do lucro apurado no período. R\$ 452 foram destinados à reserva legal.

[Regras sobre a distribuição de dividendos](#)

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório será de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O lucro remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria e devidamente aprovada pelos Acionistas.

[Periodicidade das distribuições de dividendos](#)

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, não haverá distribuição de dividendos intermediários e a declaração do dividendo mínimo obrigatório anual será na data da Assembleia Geral Ordinária.

[Restrições às distribuições de dividendos](#)

Em relação à controlada Águas de Santo Antônio S.A., em decorrência das operações das Cédulas de Crédito Bancários, contratadas junto ao Banco Indusval S.A. sob números 31271-0 e 31122-1, conforme exigência do disposto nos itens 5.6 e 5.6.1, a Companhia se compromete a reter 50% dos lucros de cada exercício, até o limite do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancárias emitidas, podendo distribuir total ou parcialmente o lucro acumulado, desde que esteja garantida a manutenção de nota de Rating igual ou superior àquela obtida originalmente na emissão da Cédula.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Em relação à controlada Conasa SPE S.A., conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Participação nos Lucros, em Série Única, de Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, Cláusula V, item 5.1, letra “g”, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação nos lucros, quando estiver em mora perante os Debenturistas, pode acarretar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures.

2016 – AGE 05.09.2016 – NOVO ESTATUTO

[Regras sobre a retenção lucros](#)

O Estatuto Social da Companhia estabelece que 5% do lucro líquido apurado no balanço anual será destinado para a constituição de fundo de reserva legal, até atingir 20% do capital social.

[Regras sobre a distribuição de dividendos](#)

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo obrigatório será de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

O lucro remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta formulada pela Diretoria e devidamente aprovada pelos Acionistas.

[Periodicidade das distribuições de dividendos](#)

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, não haverá distribuição de dividendos intermediários e a declaração do dividendo mínimo obrigatório anual será na data da Assembleia Geral Ordinária.

[Restrições às distribuições de dividendos](#)

Em relação à controlada Águas de Santo Antônio S.A., em decorrência das operações das Cédulas de Crédito Bancários, contratadas junto ao Banco Indusval S.A. sob números 31271-0 e 31122-1, conforme exigência do disposto nos itens 5.6 e 5.6.1, a Companhia se compromete a reter 50% dos lucros de cada exercício, até o limite do saldo devedor das Cédulas de Crédito Bancárias emitidas, podendo distribuir total ou parcialmente o lucro acumulado, desde que esteja garantida a manutenção de nota de Rating igual ou superior àquela obtida originalmente na emissão da Cédula.

Em relação à controlada Conasa SPE S.A., conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Participação nos Lucros, em Série Única, de Espécie

3.4 - Política de destinação dos resultados

Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, Cláusula V, item 5.1, letra “g”, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação nos lucros, quando estiver em mora perante os Debenturistas, pode acarretar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	21.952.380,61	10.000.050,32	-10.523.254,60
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	13,475752	7,702090	-47,012485
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	21.952.380,61	10.000.050,32	0,00
Data da aprovação da retenção	03/05/2016	05/01/2016	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 - Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Os acionistas deliberaram pela retenção da totalidade dos lucros dos exercícios de 2014, no montante de R\$ 10.000, e de 2015, no montante de 24.548, conforme Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 05.01.2015 e 03.05.2016. Está constituída uma reserva de lucros de R\$ 452.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	136.529.176,38	Índice de Endividamento	0,83811364	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		14.858.000,00	9.076.000,00	11.338.000,00	0,00	35.272.000,00
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	Fluxo de caixa da Conasa SPE e alienação de ações da CONASA SPE, bem como fiança da Companhia	2.130.000,00	6.390.000,00	2.932.000,00	0,00	11.452.000,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Cessão de recebíveis vinculados à concessão e alienação de ações da SPE	12.068.000,00	25.940.000,00	9.106.000,00	0,00	47.114.000,00
Total			29.056.000,00	41.406.000,00	23.376.000,00	0,00	93.838.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 3 do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) ao emissor

A Companhia é uma holding de investimentos com foco em infraestrutura. Os riscos associados ao emissor estão atrelados especialmente às sociedades de propósito específico detentoras de concessões de infraestrutura e sociedades coligadas e controladas.

Os principais riscos que podem influenciar a Companhia estão intrinsecamente lastreados nos riscos de cada uma das investidas, elencados abaixo, bem como em novos negócios desenvolvidos nos setores de atuação.

Risco Macroeconômico

A Companhia está sujeita às variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão resultar (a) redução da capacidade de financiamento ou aumento de taxa de juros para obtenção de financiamentos (b) redução da liquidez dos ativos investidos, (c) aumento do risco setorial e risco Brasil, com respectivo reflexo no valor da Companhia e seus ativos.

Risco Regulatório

A atuação da Companhia em infraestrutura estabelece o risco regulatório atrelado às concessões nos setores em que atua.

Tarifa e Contraprestações

Os riscos vinculados às tarifas e contraprestações se referem a variações não previstas sobre as tarifas, aos processos de reequilíbrios econômico financeiros e ao repasse de custos extraordinários à tarifa. Estão previstos nos contratos de concessão reajustes periódicos, normalmente atrelados a índices inflacionários, bem como revisões extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Essas alterações das tarifas podem estar sujeitas à aprovação ou homologação do poder

4.1 - Descrição dos fatores de risco

concedente ou agência reguladora, não sendo possível assegurar que esta aprovação seguirá da maneira planejada.

Além disso, as tarifas poderão sofrer descolamentos dos custos e despesas operacionais, ou não serem elevadas em tempo hábil, devido a restrições legais e regulatórias.

Atendimento às Metas Contratuais

A Companhia está exposta a riscos associados aos contratos de concessão, especialmente às metas operacionais e de investimentos previstas contratualmente.

Atrasos na conclusão de investimentos ou flutuações operacionais podem levar a sanções administrativas e regulatórias.

Análise dos processos licitatórios

A Companhia está sujeita ao poder concedente e às estruturas públicas de controle, como agências reguladoras, Tribunais de Contas, Câmaras Municipais, Ministério Público ou terceiros interessados.

Tais estruturas podem questionar os procedimentos licitatórios, concessões e parcerias público-privadas.

Tais questionamentos podem provocar atrasos nos cronogramas de implantação previstos nos planos de negócio de cada concessão.

Além disso, os órgãos de controle podem questionar procedimentos licitatórios já vencidos pela Companhia, podendo alterar condições originais e causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Rescisão Unilateral dos Contratos de Concessão

Em casos de descumprimento das obrigações da concessão, os contratos de concessão e de parceria público privada poderão ser rescindidos unilateralmente em determinadas circunstâncias, após os devidos processos administrativos aplicáveis em que são observadas as prerrogativas de ampla defesa por parte das concessionárias e indenização pelos investimentos realizados.

Os entes da administração pública direta e indireta também podem recorrer à via judicial para resolver qualquer questão relacionada às suas concessões e parcerias público-privadas.

O exercício dos direitos de rescisão unilateral de contratos de concessão ou de parceria público privada ou a resolução insatisfatória das indenizações poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Risco Ambiental

Os riscos ambientais inerentes às concessões de infraestrutura se dividem em riscos relacionados às premissas iniciais e riscos relacionados à regulação ambiental.

Com relação às premissas dos projetos de engenharia, fatores climáticos podem alterar a receita ou a matriz de custos da Companhia. Alta pluviosidade pode alterar o cronograma de implantação e danos aos ativos das Companhias. Já períodos de estiagem podem reduzir as receitas atreladas à distribuição de água ou aumentar o custo de energia no Brasil.

Além disso, riscos de poluição das fontes de captação das concessionárias de saneamento podem alterar significativamente os custos de tratamento de água e tratamento de esgoto, bem como até a interrupção de captação de água.

Operacionalmente, os riscos atrelados ao meio ambiente são significativos, já que a Companhia detém participação em concessões de tratamento de esgoto e outras que demandam a gestão de resíduos. Falhas operacionais podem causar processos ambientais, os quais podem gerar sanções ou multas à Companhia.

Com relação aos riscos relacionados aos processos de licenciamento e regulação ambiental, a Companhia está principalmente sujeita a atrasos em licenciamento que podem atrasar a implantação dos projetos de infraestrutura e alterações na regulação ambiental que pode alterar significativamente a matriz de risco e custos das operações.

Risco de Financiamento e Liquidez

Projetos de infraestrutura são caracterizados especialmente pela alta demanda de recursos para investimento no início dos contratos de concessão. Em sua maioria, os projetos são financiados, reduzindo a necessidade de investimento com capital próprio da Companhia.

Alterações macroeconômicas e de risco atrelado à Companhia podem alterar a capacidade de financiamento e, portanto, a capacidade de crescimento e a liquidez da Companhia.

Nos termos de determinados contratos de financiamento, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições elencadas no item 3.4 do formulário de referência. Outras restrições podem ser solicitadas por novos financiamentos.

Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado pela Companhia ou renunciado por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros celebrados pela Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, parte da receita operacional está vinculada a contratos financeiros celebrados no curso normal dos negócios da Companhia.

Os ativos e o fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos financeiros, quando de seus respectivos vencimentos ou na hipótese de seus vencimentos antecipados.

Risco Operacional

Os principais riscos operacionais são atrelados à riscos de engenharia e que podem impactar em aumento de custos de investimento, de operação e de manutenção.

Projetos de infraestrutura são baseados em soluções de engenharia que visam atendimento técnico às situações encontradas e viabilidade financeira e ambiental. Alterações nas características técnicas ou má performance das soluções técnicas adotadas demandarão investimentos ou custos adicionais para solução técnica. Além disso, alterações de normas regulatórias podem afetar as soluções técnicas adotadas.

Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e, caso não seja possível repassar tais custos a terceiros, o que inclui principalmente os clientes, os mesmos poderão causar um efeito prejudicial nos negócios e resultados da Companhia.

Atualmente, a Companhia incorre principalmente em riscos atrelados à distribuição de água, tratamento de esgoto e gestão de iluminação pública.

Em água, os maiores riscos operacionais estão atrelados à necessidade de atendimento do padrão de potabilidade. Alterações nos padrões de captação ou aumentos de custos de produtos químicos podem impactar o custo da Companhia. Riscos operacionais de não atingimento dos padrões de potabilidade podem levar à sanções regulatórias e multas.

Em esgoto, falha nos sistemas de tratamento podem levar à poluição, devendo a Companhia remediar tais contaminações.

Em iluminação, os principais riscos operacionais se referem à performance dos equipamentos adquiridos, que buscam determinada eficiência energética e prazo de garantia. O não atendimento de tais critérios pode impactar significativamente os custos operacionais.

Risco de Retorno do Investimento

Os projetos de infraestrutura caracterizam-se por altos investimentos no início das concessões com a previsão do retorno sobre tal investimento, regulado pelo poder concedente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Alterações no investimento inicial, nos custos operacionais ou na receita, podem alterar significativamente o retorno do investimento estimado. Além disso, processos administrativos ou regulatórios podem revisar o retorno do investimento alterando a previsão inicial e impactando os resultados da Companhia.

Risco de Novos Negócios

A Companhia visa a operação das atuais concessões e projetos, bem como o desenvolvimento de novos negócios.

Primeiramente, o crescimento passado não assegura o crescimento futuro da Companhia.

Com eventual crescimento, os resultados podem ser distintos dos resultados obtidos até o momento. Os riscos efetivamente atrelados aos novos projetos são principalmente a alteração das condições de licitação que afetem investimento, capacidade de financiamento, receita ou custos no curto ou longo prazo, bem como interferências externas nos processos licitatórios ou na implantação do projeto.

Risco de Seguros

A Companhia mantém seguros necessários para operação e demandados contratualmente. As apólices de seguros da Companhia podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia não possui fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) a seus acionistas

A Companhia não possui fatores de risco relacionados a seus acionistas.

d) a suas controladas e coligadas

A Companhia é uma holding de investimentos com foco em infraestrutura. Os riscos associados ao emissor estão atrelados especialmente às sociedades de propósito específico detentoras de concessões de infraestrutura e sociedades coligadas e controladas.

Os principais riscos que podem influenciar a Companhia estão intrinsecamente lastreados nos riscos de cada uma das investidas, elencados no item 4.1.a do presente formulário de referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As investidas da CONASA são, em sua maioria, empresas de propósito específico por imposição de disposições da legislação que regula as concessões e as parcerias público privadas são responsáveis diretas por todo que qualquer dano que resultem da prestação dos serviços. Há riscos relacionados à desconsideração da pessoa jurídica que podem ocasionar a responsabilização da CONASA. Há ainda riscos nas áreas fiscal, trabalhista, ambiental, das relações de consumo e regulação. Considerando que o valor da CONASA pode ser afetado, ou eventualmente seus acionistas, conselheiros e diretores é exercido o controle e monitoramento constante das atividades dessas empresas. O controle é facilitado pela centralização das atividades acessórias (contabilidade, recursos humanos, compras, financeiro), o que permite acesso irrestrito as movimentações de toda a ordem minimizando os riscos.

Em relação aos riscos objetivos, destacados em Notas Explicativas, a Companhia apresenta abaixo os ativos relevantes, vinculados à controladas e coligadas, e os riscos associados a tais ativos.

Águas de Itapema

No exercício de 2016, a Controlada teve a tarifa sazonal, definida em contrato, subtraída por decisão da Prefeitura Municipal e pela Agência Reguladora. Tal medida desequilibrou econômica financeiramente o contrato de concessão. A Administração entende que o direito está reconhecido no 2º Termo Aditivo, dependendo de todas as partes a definição da forma de aplicação com devido aditamento do contrato de concessão.

Águas de Meriti - Sanesul

Até o encerramento do exercício de 2016, a Águas de Meriti, coligada indireta da Companhia através da Sanesalto, não havia iniciado recebimento de faturas pela coleta e tratamento do esgoto, após a ordem de serviço recebida no exercício de 2015. A Coligada é delegada do Município para os serviços de esgoto, bem como para a gestão comercial. A delegada do Município para os serviços de água é a CEDAE, companhia estadual do Estado do Rio de Janeiro. Após a ordem de serviço, a Águas de Meriti iniciou o processo de assunção dos serviços, execução de obras e atendimento ao usuário. No entanto, a CEDAE não transferiu o cadastro comercial. Até o encerramento do exercício de 2016 e 1º trimestre de 2017, encerrados na data de entrega do presente Formulário de Referência. Sem a transferência efetiva do cadastro, há uma dificuldade na transição do sistema comercial e iniciou de cobrança da tarifa de esgoto, conforme previsto no Contrato de Concessão e no Contrato de Interdependência, firmado entre CEDAE, Município e Concessionária. Em fevereiro de 2017, a Águas de Meriti suspendeu

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a prestação dos serviços de manutenção de rede, até que a CEDAE solucione a transferência da gestão comercial e permita o faturamento das tarifas de esgoto, conforme nota abaixo.

Concessionária Águas de Meriti avisou em nota publicada em seu site em 17/02/2017 a paralisação de suas atividades, nos seguintes termos: *"A Concessionária Águas de Meriti, responsável pelos serviços de esgotamento sanitário no município de São João de Meriti, informa a suspensão provisória dos serviços de operação e manutenção das redes de esgoto. A medida foi tomada em razão de entraves contratuais que inviabilizam a continuidade na prestação plena dos serviços. Para que as atividades sejam retomadas, a empresa precisa que o Governo Estadual solucione as pendências administrativas do Contrato de Interdependência junto à Cedaee (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), dando sequência ao andamento da concessão. A Concessionária esclarece ainda que, até a presente data, não foi remunerada pelos serviços de esgotamento sanitário prestados desde julho de 2015. A empresa, entretanto, já investiu mais de R\$ 15 milhões em melhorias nas redes de esgoto, entre elas a recuperação de estruturas completamente deterioradas pela falta de manutenção. Águas de Meriti anseia por uma solução, o mais breve possível, para a retomada das atividades de recuperação e ampliação do sistema de esgoto, essenciais à saúde pública, à preservação ambiental e ao bem-estar da população.*

No entendimento da Administração, a suspensão é uma solução de curto prazo para deixar de onerar a Águas de Meriti e seus sócios, com expectativa de início de faturamento ainda no exercício de 2017. Existe risco de não haver solução administrativa e a Coligada ter de buscar o judiciário para fazer valer seus direitos definidos no Contrato de Concessão.

Águas de Santo Antônio

Sanetrat

A controlada Sanetrat Saneamento S.A. em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 a Sanetrat.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelo montante de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Estas CCIs são oriundas do “Instrumento Particular de Contrato de Arrendamento de Ativos e Outras Avenças - Contrato de arrendamento”, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A., os imóveis arrendados foram:

A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT.

Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado (“em conjunto, “Alienação Fiduciária”).), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”).

Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 53.008.

A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à Sanetrat, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito.

Existe Ação de Falência que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somam cerca de R\$ 30 milhões e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio (“ACC”), valor que será quitado, portanto, em cerca de 30 meses.

A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, entendemos que é praticamente certo o ganho processual da ação por parte da Sanetrat, em curto prazo, dado que o contrato foi pautado pela boa-fé da Sanetrat e atende a todos os requisitos de legalidade previstos pela legislação de regência.

Alguns argumentos fortalecem o entendimento acima referido:

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (i) O imóvel que garante o pagamento das obrigações com a massa falida é o imóvel de Itupeva-SP, também adquirido pela Vênus na Ação de Falência e hipotecado por esta para fazer frente às obrigações de quitação dos créditos em aberto. Caso a Brazal não cumpra o pagamento, a Ação de Falência poderá levar a planta de Itupeva-SP à leilão;
- (ii) Apesar de ter sido arrolado posteriormente, especialmente para garantia de pagamento dos ACCs, foi transferido, por determinação judicial, definitivamente transferido à Brasil Food Service Group S.A. antes da emissão das CCIs e celebração do contrato de alienação fiduciária em garantia;
- (iii) As CCIs foram emitidas em 30/05/2014 e 05/08/2014, respectivamente, sendo garantidas pela Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel, devidamente registrada na Matrícula nº 12.342, 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina/MT; (iv) o bloqueio judicial existente na matrícula deste imóvel foi desconstituído por meio de decisão judicial, nos autos do processo de falência, em 13/11/2014 e
- (iv) A alienação fiduciária atende a todos os requisitos e validade e legalidade, não podendo ser desconsiderada, aliada à boa-fé da Sanetrat quando realizou a operação.

Por fim, independentemente de qualquer imbróglio judicial, a Marfrig apresentou nos autos da Falência em referência, Carta de Intenção de aquisição das unidades industriais localizadas nas cidades de Itupeva/SP e Nova Xavantina/MT, “condicionada à expressa anuência do credor fiduciário” (Sanetrat), o que garante e reforça, em última hipótese, o posicionamento desta Companhia no sentido de é praticamente certa a realização de tal ativo.

A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos, é de solução nos autos e alienação das unidades industriais à Marfrig, conforme proposta, ainda no exercício de 2017. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI.

Urbeluz

Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, o vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, 6 de março de 2017 a Controlada ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. Segundo nossos assessores jurídicos a probabilidade êxito no processo é provável.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

MarabáLuz

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Ação Declaratória solicitando o cancelamento da anulação e aguarda decisão do judiciário.

[e\) a seus fornecedores](#)

Os principais riscos com relação a fornecedores se referem à: (i) interrupção de fornecimento; (ii) aumento de custos; (iii) questões de performance.

A prática da CONASA de centralizar os serviços acessórios de suas Investidas acessórias (contabilidade, recursos humanos, compras, financeiro) permite um relacionamento padronizado com todos os fornecedores e diferenciado com os fornecedores de insumos críticos. Com isso há uma minimização dos riscos associados a interrupção de fornecimentos.

A interrupção de fornecimento de insumos pode ser problemática especialmente com relação à energia elétrica.

No caso de energia elétrica, insumo essencial e crítico, há o risco de interrupção de fornecimento. Nesta área a prática da CONASA levada às investidas é da identificação dos processos críticos e a contratação de fornecimentos alternativos. Isso é válido para a área de saneamento. Isso é feito como forma de prevenir danos ambientais e as decorrentes e possíveis responsabilização das autoridades ambientais e do poder concedente.

Na área de efficientização energética como as falhas de fornecimento de energia elétrica não afetam o faturamento das investidas e não ainda as falhas não são de responsabilidade das investidas esse risco é muito minimizado.

Os custos de fornecimento podem ser alterados significativamente, sem o imediato repasse aos clientes, podendo afetar o resultado da Companhia.

A performance dos fornecedores pode impactar na necessidade de alterações técnicas ou reinvestimentos que também podem impactar o resultado. Não há concentração significativa de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

fornecedores no segmento de saneamento. No segmento de iluminação pública, a concentração de fornecedores é minimizada por garantias e seguros.

f) a seus clientes

A Companhia pode ter seu fluxo de receita alterado por atrasos de pagamento ou inadimplência.

No caso das investidas que atuam na área de saneamento há o risco de inadimplência que pode afetar o desempenho das receitas dessas empresas. Nas demonstrações financeiras os valores em risco estão devidamente registrados representado hoje, e historicamente valores dentro das expectativas dos negócios, tendo esses riscos sido precificados nos planos de negócio.

A concentração de receita em determinadas concessões pode afetar o resultado da empresa, caso haja algum atraso de pagamento ou aumento de inadimplência, assim como interrupção da concessão.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue

Os riscos relacionados aos setores de atuação da Companhia estão descritos no item 4.1.a.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue

A principal regulação do setor de atuação da Companhia é a Lei nº 8.987/1995 ou “Lei de Concessões”.

Tal lei já serviu de base para diversos processos de concessão, como rodovias, saneamento, aeroportos, iluminação pública, dentre outros.

Alguns setores, como o saneamento básico, já passaram por regulamentação em marco regulatório específico, a Lei nº 11.445/2007 ou “Lei de Saneamento Básico”.

Além disso, a Lei nº 11.079/2004 estabelece os procedimentos específicos para as concessões administrativas na modalidade de Parcerias Público Privadas.

Os riscos regulatórios estão em grande parte definidos na própria legislação.

A regulação nas áreas de atuação das investidas da CONASA está adequadamente definida em termos de legislação. No entanto há ainda falhas no pleno exercício e no desfrute dos benefícios que a regulação pode oferecer aos negócios quando a sua atuação se der plenamente na forma da lei.

Outro aspecto que impede a completa fruição dos benefícios da regulação e que esta atividade é nova no País e ainda em formação de quadros técnicos, de normativas e procedimentos, em especial nas agências reguladoras.

O risco é de uma evolução mais lenta do quadro regulatório o que poderá impor custos desnecessários para o atendimento de demandas dispares entre os agentes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os principais riscos que podem impactar significativamente a Companhia estão atrelados às medidas unilaterais promovidas pelo poder concedente e que demandam ações judiciais.

Os processos regulatórios estão sendo mitigados cada vez mais pela participação (obrigatória por Lei) das agências reguladoras.

O setor de iluminação pública ainda não tem marco regulatório específico, mas o crescimento da participação da iniciativa privada tende a provocar a consolidação das normas regulatórias do setor e respectiva regulação.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Este item não é aplicável, pois a Companhia atua somente no Brasil.

j) a questões socioambientais

Os principais riscos socioambientais foram detalhados no item 4.1.a do presente formulário de referência.

A CONASA através de suas investidas percebe que a atuação dos entes responsáveis pelas questões socioambientais ainda encara o saneamento como fonte potencial de dano ao ambiente mais do que agente que atua na melhoria da condição ambientais e com efeitos positivos sobre a questão da saúde. As investidas da CONASA encararam a observação da legislação e normas ambientais como parte de suas atividades o diminui, mas não elimina os riscos associados.

Risco Ambiental

Os riscos ambientais inerentes às concessões de infraestrutura se dividem em riscos relacionados às premissas iniciais e riscos relacionados à regulação ambiental.

Com relação às premissas dos projetos de engenharia, fatores climáticos podem alterar a receita ou a matriz de custos da Companhia. Alta pluviosidade pode alterar o cronograma de implantação e danos aos ativos das Companhias. Já períodos de estiagem podem reduzir as receitas atreladas à distribuição de água ou aumentar o custo de energia no Brasil.

Além disso, riscos de poluição das fontes de captação das concessionárias de saneamento podem alterar significativamente os custos de tratamento de água e tratamento de esgoto, bem como até a interrupção de captação de água.

Operacionalmente, os riscos atrelados ao meio ambiente são significativos, já que a Companhia detém participação em concessões de tratamento de esgoto e outras que demandam a gestão de resíduos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Falhas operacionais podem causar processos ambientais, os quais podem gerar sanções ou multas à Companhia.

Com relação aos riscos relacionados aos processos de licenciamento e regulação ambiental, a Companhia está principalmente sujeita a atrasos em licenciamento que podem atrasar a implantação dos projetos de infraestrutura e alterações na regulação ambiental que pode alterar significativamente a matriz de risco e custos das operações.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está sujeita às variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão resultar (a) redução da capacidade de financiamento ou aumento de taxa de juros para obtenção de financiamentos (b) redução da liquidez dos ativos investidos, (c) aumento do risco setorial e risco Brasil, com respectivo reflexo no valor da Companhia e seus ativos.

Risco de Taxa de Juros e Índice de Preços

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB), utilizados principalmente como capital de giro da Companhia e suas Controladas.

Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidada						
		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
<u>Empréstimos e financiamentos</u>								
Capital de giro - PRÉ	nov/14	22,71%	-	-	386	-	60	-
Outros empréstimos e financiamentos		12,00%	3	282	492	-	486	-
Debentures (Conasa-SPE) nota.15.4	jun/24	10,50%	2.130	11.451	-	-	-	-
Debentures (Urbeluz) nota 15.4	jul/15	9,32%	3.178	-	-	-	-	-
Empréstimos Execução Obras		12,00%	5.386	-	-	-	-	-
Capital de giro - CDI (Urbeluz)	dez/18	5,80%	4.537	9.079	-	-	-	-
Cédulas de crédito bancário - IGPM	jun/19	10,50%	13.713	43.282	15.297	48.981	14.206	53.391
			28.947	64.094	16.175	48.981	14.752	53.391
<u>Arrendamentos mercantis financeiros</u>								
Finame - PRÉ (Urbeluz)	abr/19	8,81%	105	192	-	-	-	-
Leasing - PRÉ	dez/15	22,08%	4	688	4	-	35	-
			109	688	4	-	35	-
			29.056	64.782	16.179	48.981	14.787	53.391

A Companhia tenta manter a maioria dos financiamentos atrelados ao fator de correção de receitas no longo prazo, como no caso das concessões de saneamento. Variações na taxa de juros tendem a impactar em menor escala o resultado da Companhia.

Variações nos índices de preço tendem a resultar em impacto significativo no ano de sua ocorrência, mas são atenuadas pelos reajustes previstos nas concessões.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A medição utilizada pela Companhia para acompanhamento dos riscos inerentes às variações macroeconômica é principalmente o controle da dívida líquida dívida pelo EBITDA.

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	24.548	10.000	(10.523)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.270	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	6.104	5.245	3.903
Resultado Financeiro	13.453	10.227	11.810
EBITDA	49.375	27.487	6.761
Margem EBITDA	47,58%	56,60%	17,15%
Dívida Bruta	94.038	77.090	68.178
Disponibilidades	5.012	20.294	2.535
Conta Reserva	4.262	3.405	3.165
Dívida Líquida	84.764	53.391	62.478
Dívida Líquida EBITDA	1,72 x	1,94 x	9,24 x

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras observadas as disposições da Instrução CVM 527, de 04 de outubro de 2012.

Risco de Câmbio

A Companhia não incorre em risco cambial significativo.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é acompanhado através dos índices de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), de liquidez geral (ativo circulando somado ao ativo realizável a longo prazo divididos pela soma do passivo circulante e exigível a longo prazo), que devem ser mantidos idealmente acima de 1, e do índice de endividamento (soma dos passivos circulante e de longo prazo dividida pela soma dos passivos e do patrimônio líquido), mantido abaixo de 0,5.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Atualmente, a Companhia e suas controladas não identificam cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Saldos patrimoniais:

Consolidado				
31/12/2015				
Probabilidade de perda	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	2.052	2.982	352	5.386
	2.052	2.982	352	5.386

Consolidado				
31/12/2014				
Probabilidade de perda	Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	1.451	1.001	-	2.452
	1.451	1.001	-	2.452

Consolidado				
31/12/2013				
Probabilidade de perda	Cível (a)	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	243	72	4.288	4.603
	243	72	4.288	4.603

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 2.291 em processos cíveis, R\$ 863

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

em processos trabalhistas e 1.589 em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

Contingências Administrativas

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Ré em diversos processos administrativos, trabalhistas e ambientais.

Dentre tais processos, os que individualmente e na avaliação da Administração da Companhia, são relevantes para seus negócios são:

PROCESSO nº 2107	
Juízo	Administrativo – FATMA
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FATMA - Fundação do Meio Ambiente Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – indeterminado.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por causar poluição que pode resultar em danos a saúde humana, ambiental, a flora e a fauna do Rio Pereque, ao permitir o lançamento irregular de esgoto tratado; provocar o perecimento de espécies da biodiversidade, ao permitir lançamento de efluente não tratado; lançar resíduos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos. Defesa protocolada em 02/12/2013. Não houve comunicação formal do órgão sobre a valoração da multa, o que pela Legislação Ambiental do estado de Santa Catarina não caracteriza ainda a efetiva abertura do processo e a contagem de prazos.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e ao andamento do processo até o momento. No caso de perda na esfera administrativa há ainda toda a fase judicial onde
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 2042-D	
Juízo	Administrativo – FATMA
Instância	1ª

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FATMA - Fundação do Meio Ambiente Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – indeterminado.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por operar sem LAO, disposição e armazenagem irregular de materiais e resíduos, ausência de procedimento de manutenção e operação, ausência de manual de procedimentos em caso de emergências, presença de animais, sistema de desinfecção irregular, efluente final não atende a legislação. Defesa protocolada em 02/12/2013. Não houve comunicação formal do órgão sobre a valoração da multa, o que pela Legislação Ambiental do estado de Santa Catarina não caracteriza ainda a efetiva abertura do processo e a contagem de prazos
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1291	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 150.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado lançamento de efluente orgânico através de vazamento na elevatória no final da Rua 205, no Bairro Meia Praia, no dia 10/10/2014, ocasião em que o efluente vazou diretamente na praia. Defesa protocolada em 04/11/2014. Através do ofício nº 147/2015/JUR a FAACI notificou a Empresa para firmar um TAC para revitalização do Parque das Capivaras, bem como PRAD para recuperação da orla de Meia Praia em 15/03/2016. Não houve resposta ao órgão pela Companhia considerar que há vícios, como a falta de análises no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1148	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	2ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 150.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado lançamento de esgoto bruto na Rua 278, ocasião em que o efluente escoava diretamente para a praia e para galeria pluvial. Recurso protocolado em 08/07/2016. A Companhia considerar que há vícios no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1149	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 150.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado lançamento de esgoto bruto na via pública, e APP do Rio Pereque, final da Rua 262.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Defesa protocolada em 20/05/2013. Alegações finais em 17/03/2015. Através do ofício nº 147/2015/JUR a FAACI notificou a Empresa para firmar um TAC para revitalização do Parque das Capivaras, bem como PRAD para recuperação da orla de Meia Praia em 15/03/2016. Não houve resposta ao órgão pela Companhia considerar que há vícios, como a falta de análises no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.</p>
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1207	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	<p>Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 150.000,00.
Principais fatos	<p>A Empresa foi autuada por causar poluição que pode resultar em danos à saúde humana e a biodiversidade, através de vazamentos de efluentes orgânicos oriundos de alguns pontos, localizado na rua 306, 306-B, fluindo diretamente no Rio Perequê e no loteamento Recanto do Pássaros. Defesa protocolada em 14/08/2013. Alegações finais em 17/03/2015. Através do ofício nº 147/2015/JUR a FAACI notificou a Empresa para firmar um TAC para revitalização do Parque das Capivaras, bem como PRAD para recuperação da orla de Meia Praia em 15/03/2016. Não houve resposta ao órgão pela Companhia considerar que há vícios, como a falta de análises no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 772	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 200.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por lançamento de efluentes em desacordo com o parâmetro estabelecido pela legislação vigente no Rio da Fita. Auto embasado no Laudo Laboratorial 042/07. Ajuizada Ação Anulatória 0001125-22.2013.8.24.0125, com base na não observação pelo órgão ambiental dos procedimentos técnicos e normativos que invalidam as conclusões do laudo laboratorial integrante do processo.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1248	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 300.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado o lançamento de efluentes orgânicos através de vazamentos na elevatória no final da Rua 255, no Bairro Meia Praia, ocasião em que o efluente escoava diretamente na praia. Defesa protocolada em 27/01/2014.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>Alegações finais em 17/03/2015.</p> <p>Através do ofício nº 147/2015/JUR a FAACI notificou a Empresa para firmar um TAC para revitalização do Parque das Capivaras, bem como PRAD para recuperação da orla de Meia Praia em 15/03/2016.</p> <p>Não houve resposta ao órgão pela Companhia considerar que há vícios, como a falta de análises no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial.</p> <p>A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.</p>
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 1262	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 300.000,00.
Principais fatos	<p>A Empresa foi autuada por ter efetuado o lançamento de efluentes orgânicos no dia 27/02/2014, através de vazamento na elevatória na Rua 255, no Bairro de Meia Praia, ocasião em que o efluente escoava diretamente na praia.</p> <p>Defesa protocolada em 25/03/2014.</p> <p>Alegações finais em 17/03/2015.</p> <p>Através do ofício nº 147/2015/JUR a FAACI notificou a Empresa para firmar um TAC para revitalização do Parque das Capivaras, bem como PRAD para recuperação da orla de Meia Praia em 15/03/2016.</p> <p>Não houve resposta ao órgão pela Companhia considerar que há vícios, como a falta de análises no processo de autuação o que enseja a nulidade do ato administrativo em processo judicial.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial.</p> <p>A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
---	---------

PROCESSO nº 1312	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 1.000.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado o lançamento de efluentes orgânicos diretamente na praia através de vazamento na elevatória no final da rua 205 no Bairro Meia Praia, no dia 19/01/2016, dificultando o uso público da praia e causando poluição em níveis tais que possam resultar em danos à saúde humana. O vazamento foi constatado as 17h40 e terminou as 23h05. Defesa protocolada em 05/02/2016.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial. A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 5121	
Juízo	Administrativo – FAACI
Instância	1ª
Data de Instauração	
Partes no Processo	Autuante - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema Autuada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da infração – R\$ 900.000,00.
Principais fatos	A Empresa foi autuada por ter efetuado o lançamento de esgoto sanitário sem tratamento na praia, no dia 19/01/2016. Defesa protocolada em 08/03/2016.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em aplicação da multa cuja validade é questionável do ponto de vista jurídico e enseja ampla possibilidade de discussão judicial.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	A chance de perda se limita à esfera administrativa e o valor a ser provisionado representa a avaliação do risco tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial em aplicação da multa, com possibilidade de discussão judicial.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº RLA 08/00655621	
Juízo	Administrativo – TCE SC
Instância	1ª
Data de Instauração	24/10/2008
Partes no Processo	Órgão Fiscalizador – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Itapema Interessado - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valor estimado. Auditoria Ordinária sobre o Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES).
Principais fatos	<p>O presente procedimento foi instaurado para verificar a regularidade dos procedimentos de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p> <p>Após realizadas as diligências a apresentados documentos, o Tribunal de Contas decidiu determinar para que a Prefeitura Municipal de Itapema:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – Reitere o estabelecimento da TRA para o exercício 2011 em R\$ 2,2914, a fim de atender aos arts. 22, V, da Lei (municipal) n. 1.468/98 e 29, V, da Lei (Federal) n. 8.987/95, tomando o referido valor como base para futuros reajustes tarifários; 2 - Estabeleça cadastro técnico de obras, integral e atualizado, em poder do órgão regulador; 3 - Realize o acompanhamento e análise dos custos de operação da concessionária, vinculados ao serviço concedido; 4 - Realize a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estabelecido de acordo com a equação econômico-financeira prevista e que seja observado o risco do negócio a que se sujeita o concessionário; 5 - Deduza da receita necessária para cobrir os custos e investimentos previstos e o retorno do capital investido, para efeito de modicidade tarifária, as receitas extraordinárias, provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados ao serviço público de água e/ou esgoto; 6 - Realize o estabelecimento de faixas de segurança na variação das premissas definidas na proposta apresentada pela concessionária, a partir da qual não deve incidir a revisão tarifária em função da conta e risco a que se submete a empresa contratada, promovendo a revisão quando essas faixas forem ultrapassadas, considerando a periodicidade contratual dessas alterações contratuais e a modicidade tarifária; 7 - Realize a definição de critérios, parâmetros e padronizações, além dos já previstos em contrato, que permitam ao poder concedente aferir o nível de serviço prestado pela Concessionária;

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>8 - Realize a definição de padrões e normas de regulação para a adequada prestação dos serviços a serem utilizados pela entidade reguladora durante a execução contratual;</p> <p>8 – Envio do processo administrativo que apurou o ressarcimento aos cofres públicos do dano causado decorrente da ausência de cobrança das multas advindas dos Autos de Infração ambientais de ns. 772, 790, 797, 857, 902 e 1014 (fs. 1618-1629) emitidos pela Fundação da Área Costeira de Itapema - FAACI, ou, se for o caso, o processo de tomada de contas especial concluído na alçada da Prefeitura Municipal de Itapema.</p> <p>A ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento através do Processo Administrativo 109/2015 avaliou as questões colocadas pelo TCE SC, promovendo todas as avaliações necessárias (técnicas, administrativas e jurídicas) que resultaram na Resolução ARIS 025/2015 e a partir desta à assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 097/04. Com a edição da Resolução 025/2015 e a consequente assinatura do Segundo Termo Aditivo resta somente a avaliação do TCE SC do cumprimento de todas as condições colocadas no processo.</p>
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do no processo administrativo teria um reequilíbrio econômico-financeiro, o que já foi feito pela ARIS.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 204.036-1/04	
Juízo	Administrativo – TCE RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	24/03/2004
Partes no Processo	Órgão Fiscalizador – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua Interessado – Águas de Santo Antônio S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valor estimado. Contrato 010/2004 – Edital de Concorrência 001/2003 - Outorga de Concessão do Sistema de Serviços de Abastecimento de Água Tratada, em Caráter de Exclusividade.
Principais fatos	O presente procedimento foi instaurado para verificar a irregularidades no processo licitatório. Após realizadas as diligências a apresentados documentos, o Tribunal de Contas declarou a ilegalidade do Edital de Concorrência Pública 001/2003 e a aplicação de multa ao Sr. Luiz Fernando Padilha Leite, Prefeito Municipal da época. A decisão do Tribunal de Contas foi declarada nula em sentença proferida nos autos 0005855-48.2013.8.19.0050, de Ação Anulatória.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em possível anulação do contrato, podendo acarretar a perda da Concessão.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 001793/04/2016	
Juízo	Administrativo – Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Instância	1ª
Data de Instauração	12/04/2016
Partes no Processo	Requerente – Município de Santo Antônio de Pádua Requerido – Águas de Santo Antônio S.A. / CONASA – Companhia Nacional de Saneamento
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valor estimado. Intervenção na Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água.
Principais fatos	O presente procedimento foi instaurado para apurar irregularidades na prestação dos serviços de abastecimento de água e descumprimento do contrato de concessão. A acionista Conasa apresentou defesa.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em possível rescisão do contrato, podendo acarretar a perda da Concessão.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 210.102-7/2016	
Juízo	Administrativo – TCE RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	05/04/2016
Partes no Processo	Órgão Fiscalizador – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de São João de Meriti, RJ. Interessado – Alegrete Participações RJ S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valor estimado. Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 69/2014.
Principais fatos	O presente procedimento foi instaurado para verificar a irregularidades no processo licitatório e no Contrato.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em possível anulação do contrato, podendo acarretar a perda da Concessão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
---	---------

PROCESSO Nº: 6744/989/15	
Juízo	Administrativo – TCE SP
Instância	1ª
Data de Instauração	27/08/2015
Partes no Processo	Órgão Fiscalizador – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, SP. Interessado – Caragua Luz S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há valor estimado.
Principais fatos	O presente procedimento foi instaurado para verificar a irregularidades no processo licitatório e no Contrato.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo administrativo acarretará em possível anulação do contrato, podendo acarretar a perda da Concessão.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Reclamada em diversas Reclamatórias Trabalhistas, cujo montante com probabilidade de perda provável e provisionado pela Companhia totalizava R\$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais).

Dentre tais processos, somente uma ação de natureza trabalhista representava contingência relevante para a Companhia.

PROCESSO Nº 0000675-07.2011.5.01.0007	
Juízo	7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.
Instância	Tribunal Superior do Trabalho – 3ª instância.
Data de Instauração	02/06/2011
Partes no Processo	Reclamante: Carla Maria de Oliveira Bastos (viúva do empregado falecido) Reclamada: Urbeluz Energética S.A.; e Companhia Municipal de Energia e Iluminação-RIOLUZ.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 20.000,00 Ação Indenizatória originada pelo falecimento do colaborador Sr. Ruy da Silva Ribeiro, eletricitista, em acidente de trabalho ocorrido em 07/01/2011.
Principais fatos	Aguardando decisão judicial em grau recursal perante o Tribunal Superior do Trabalho, com objetivo de reduzir a indenização por danos morais e reverter o pedido de pensão mensal.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 430.000,00.

Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Ré em algumas Execuções Fiscais, cujo montante com probabilidade de perda provável e provisionado pela Companhia totalizava R\$ 2.566.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e seis mil reais).

Dentre tais processos, os que individualmente e na avaliação da Administração da Companhia, são relevantes para seus negócios são:

PROCESSO nº 0086040-62.1000.8.26.0090	
Juízo	Vara das Execuções Fiscais Municipais da Comarca de São Paulo – SP
Instância	1ª
Data de Instauração	13/09/2010
Partes no Processo	Exequente – Município de São Paulo Executada – Conasa – Companhia Nacional de Saneamento
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 118.634,46. Execução fiscal de ISS.
Principais fatos	Aguarda citação.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 118.634,46.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº 0005205-68.2009.8.24.0125	
Juízo	2ª Vara Cível de Itapema - SC
Instância	1ª
Data de Instauração	24/08/2009
Partes no Processo	Exequente - Fazenda Nacional Executada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 912.207,47. Execução fiscal de tributos federais das inscrições de números 91 2 09 000005-70, 91 6 09 000006-85, 91 6 09 000007-66 e 91 7 09 000003-13.
Principais fatos	A executada foi citada em 06.04.2010. Os débitos se encontravam parcelados administrativamente, fato informado pela Executada, requerendo a suspensão do processo. O processo está suspenso até o presente momento.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0300262-56.2014.8.24.0125	
Juízo	2ª Vara Cível de Itapema - SC
Instância	1ª
Data de Instauração	29/08/2014
Partes no Processo	Exequente – União - Fazenda Nacional Executada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 357.110,99. Execução fiscal de contribuições previdenciárias das inscrições de números 36.548.675-2, 39.421.113-8 e 39.421.114-6.
Principais fatos	A executada ainda não foi citada. Os débitos se encontram parcelados administrativamente, e tão logo seja citada, tal fato será informado pela Executada, requerendo a suspensão do processo.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0900490-11.2016.8.24.0125	
Juízo	Vara de Execuções Fiscais do Município de Itapema - SC
Instância	1ª

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Data de Instauração	24/05/2016
Partes no Processo	Exequente – Município de Itapema Executada - Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 904.517,72. Execução fiscal de multas administrativas por infração ambiental no valor total de R\$ 800.000,00 referente aos autos de infração nº 1129 (R\$ 500.000,00) e 1244 (R\$ 300.000,00) lavrados pela FAACI.
Principais fatos	A executada ainda não foi citada. Os débitos se encontram com a exigibilidade das multas suspensas em função do deferimento das liminares requeridas nos processos 0301348-91.2016.8.24.0125 e 0301345-39.2016.8.24.0125.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0003372-79.2012.8.19.0050	
Juízo	1ª Vara Central da Dívida Ativa do Município de Santo Antônio de Pádua - RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	02/07/2012
Partes no Processo	Exequente – Estado do Rio de Janeiro Executada – Águas de Santo Antônio S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 49.172,24. Execução fiscal do auto de infração nº AI 03.267726-2, aplicado por deixar de recolher diferencial de alíquota interestadual por entrada de mercadorias.
Principais fatos	O valor total da execução encontra-se depositado em juízo.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 49.172,24.

PROCESSO nº 0005279-89.2012.8.19.0050	
Juízo	2ª Vara Central da Dívida Ativa do Município de Santo Antônio de Pádua - RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	10/10/2012
Partes no Processo	Exequente – Estado do Rio de Janeiro Executada – Águas de Santo Antônio S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 183.617,70. Execução fiscal do auto de infração nº AI 03.267725-4, aplicado por não entregar a GIA-ICMS no prazo.
Principais fatos	A Empresa foi citada em 06/12/2012. Realizados bloqueios parciais de valores.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 183.617,70.

PROCESSO nº 0012642-73.2015.5.01.0471	
Juízo	1ª Vara do Trabalho de Itaperuna - RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	10/12/2015
Partes no Processo	Exequente – União Federal - PGFN Executada – Águas de Santo Antônio S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 99.267,91. Execução fiscal de autos de infração, aplicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
Principais fatos	As certidões de dívida ativa objetos da presente execução foram cancelados pela PGFN, pois ainda pendentes de julgamentos de recursos administrativos interpostos nos processos administrativos.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO Nº 0008842-14.2011.4.02.5101	
Juízo	07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Instância	1ª instancia
Data de Instauração	07/06/2011
Partes no Processo	Autor – Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS Réus – Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda., Urbeluz Energética S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$550.844,19. Ação Regressiva Acidentária proposta pelo INSS contra a URBELUZ e RIOLUZ visando à cobrança dos valores vencidos e vincendos a serem pagos aos beneficiários do colaborador falecido em acidente de trabalho em 01/07/2011 a título de pensão por morte.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Andamento: a URBELUZ ofereceu contestação em 25/08/2011; a RIOLUZ ofereceu contestação em 15/08/2011 e, ainda, denunciou à lide a MASSA FALIDA SEGECAL EQUIPAMENTOS LTDA, na condição de fabricante do equipamento que falhou e causou o acidente. Solução da lide: as contestações foram recebidas e a denúncia da lide foi deferida;
Chance de perda	possível; há uma tendência na jurisprudência de condenar o empregador, desde que comprovada a sua culpa no evento danoso. Nesse sentido, as chances da URBELUZ são boas, porque deverá restar comprovada a falha mecânica, inevitável e imprevisível, que excluirá o nexo causal e a sua culpa. Se, por outro lado, for adotada a responsabilidade objetiva, sem perquirição de culpa do empregador, então a URBELUZ poderá ser condenada.
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 550.844,19.

PROCESSO Nº 0048756-74.2011.4.01.3400	
Juízo	13ª Vara Federal do DF.
Instância	2ª instancia
Data de Instauração	07/06/2011
Partes no Processo	Autor – Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS Réus: Danluz Indústria, Comércio e Serviços Ltda., URBELUZ Energética S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 20.083,18. Ação Regressiva Acidentária proposta pelo INSS contra a DANLUZ, URBELUZ e CELTINS visando à cobrança dos valores vencidos e vincendos a serem pagos aos beneficiários do colaborador falecido em acidente de trabalho em 26/01/2011 a título de pensão por morte.
Principais fatos	Andamento: sentença de primeiro grau que julgou improcedentes os pedidos formulados pelo ISS. Solução da lide: Em fase de resposta ao recurso interposto pelo INSS.
Chance de perda	possível; há uma tendência na jurisprudência de condenar o empregador ou o terceirizador de serviços (URBELUZ), desde que comprovada a sua culpa no evento danoso.
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 500.000,00.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Contingências Cíveis e Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Ré em diversas ações cíveis, cujo montante com probabilidade de perda provável e provisionado pela Companhia totalizava R\$ 2.052.000,00 (dois milhões e cinquenta e dois mil reais).

Dentre tais processos, os que individualmente e na avaliação da Administração da Companhia, são relevantes para seus negócios são:

PROCESSO nº 0001834-62.2010.8.24.0125	
Juízo	2ª Vara Cível de Itapema - SC
Instância	1ª
Data de Instauração	30/03/2010
Partes no Processo	Autor – Ministério Público do Estado de Santa Catarina Réus - Município de Itapema / Companhia Águas de Itapema / Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI / Fundação do Meio Ambiente – FATMA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 1.000,00. Ação Civil Pública em que se discute o funcionamento ineficiente do sistema de esgotamento sanitário local, em razão de um suposto processamento inadequado do esgoto doméstico gerado e coletado pelo Município.
Principais fatos	Inicialmente, foi deferida liminar para impedir que a Águas de Itapema promovesse novas ligações de esgoto no município. Referida decisão foi revogada, pelo Juízo, que determinou a realização de perícia para verificar o tratamento de efluentes. Foram realizadas as perícias. Atualmente não há qualquer restrição à realização de novas ligações de esgoto.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará em obrigações para adequação do sistema de esgotamento sanitário.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 5010789-11.2012.4.04.7208	
Juízo	2ª Vara Federal de Itajaí - SC
Instância	1ª
Data de Instauração	03/12/2012
Partes no Processo	Autor – Ministério Público Federal Réus - Companhia Águas de Itapema / Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. / CTE Empreendimentos e Construções LTDA ME / Terrassis Terraplanagem e Saneamento LTDA EPP

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 1.000.000,00. Ação Civil Pública em que se objetiva apurar danos ambientais causados pelo vazamento de esgoto em virtude do rompimento de tubulação localizada na BR 101, Município de Itapema, em 30/01/2012.
Principais fatos	Rés citadas, apresentadas contestações. Saneado o processo, deferida realização de prova pericial para apuração dos fatos e solução do ponto controvertido. Apresentados quesitos e assistentes técnicos a Autopista apresentou interesse no custeio da perícia haja vista a existência de Ação anulatória do auto de infração lavrado pelo IBAMA (proc. n. 5004350-13.2014.404.7208), do qual trata de situação conexa. Reconhecida a conexão, determinada redistribuição por dependência. O processo encontra-se atualmente em fase de instrução processual.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá acarretar o pagamento de indenização por danos ambientais, cujo valor será arbitrado em perícia.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0303048-39.2015.8.24.0125	
Juízo	2ª Vara Cível de Itapema - SC
Instância	1ª
Data de Instauração	11/11/2015
Partes no Processo	Autora – Tatiana Aparecida de Oliveira Réus - Companhia Águas de Itapema / Município de Itapema / Câmara de Vereadores do Município de Itapema / Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS Terceiro Interessado – Mauro José Isolani
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 100.000.000,00. Ação Civil Pública em que se objetiva a nulidade da revisão contratual que aumentou valor de tarifa conforme edital ao invés do INPC.
Principais fatos	Rés citadas, apresentadas contestações. Negada liminar pleiteada pela Autora, houve novo despacho saneador afastando a necessidade de realizar perícia e demais provas. O processo encontra-se atualmente em fase de instrução processual.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá acarretar em readequação dos valores da tarifa, para considerar como fator de correção o INPC.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

PROCESSO nº 5002931-84.2016.4.04.7208	
Juízo	2ª Vara Federal de Itajaí – SC
Instância	1ª
Data de Instauração	11/02/2016
Partes no Processo	Autor – Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina Réus - Companhia Águas de Itapema / Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS / Município de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 1.000,00. Ação Civil Pública em que se questiona a legalidade no reajuste tarifário e no reequilíbrio do contrato de concessão.
Principais fatos	Liminar de suspensão do reajuste tarifário foi indeferida. Réus citadas, apresentadas contestações. Manifestação do Autor sobre as contestações.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderá acarretar em cancelamento do reajuste tarifário e do reequilíbrio do contrato de concessão.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0005961-10.2013.8.19.0050	
Juízo	1ª Vara Cível de Santo Antônio de Pádua - RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	30/10/2013
Partes no Processo	Autor – Município de Santo Antônio de Pádua Réu – Águas de Santo Antônio S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 100.000,00. Ação de reintegração de posse da concessão dos serviços de abastecimento de água, com base no decreto 123/13.
Principais fatos	O TCE-RJ ao analisar o contrato de concessão julgou ilegal o edital de concorrência que culminou com a concessão em questão. O Autor, com fulcro nesta decisão, instaurou o processo administrativo nº004800/07/2013, que determinava a nulidade da concorrência nº001/2003 e a desmobilização da operação e entrega de todos os bens afetados ao serviço público; editou o Decreto nº126/2013, que decretou a nulidade da concorrência pública nº001/2003 e o contrato de concessão nº010/2004, e notificou a Ré para proceder a desmobilização da operação e entrega de todos os bens afetados ao serviço público de abastecimento de água tratada. Não atendida a notificação, o Autor, considerando-se esbulhado, ajuizou a presente ação reintegratória, por entender indevida a posse do Réu. A decisão do Tribunal de Contas foi declarada nula em sentença proferida nos autos 0005855-48.2013.8.19.0050, de Ação Anulatória, em que foi apensado o presente processo.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Nesta mesma sentença, foi julgada improcedente a pretensão do Autor. O Autor interpôs apelação. A Ré interpôs recurso adesivo.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderia acarretar na entrega de todos os bens afetados ao serviço público de abastecimento de água tratada.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0006370-83.2013.8.19.0050	
Juízo	2ª Vara Cível de Santo Antônio de Pádua - RJ
Instância	1ª
Data de Instauração	22/11/2013
Partes no Processo	Autor – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Réu – Águas de Santo Antônio S.A. / Ivan Eduardo Pinheiro Pereira / Luis Fernando Padilha Leite / Município de Santo Antônio de Pádua / RVL Engenharia e Manutenção Ltda
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 1.000.000,00. Ação Civil Pública que busca a responsabilização por ato de improbidade administrativa decorrente de contratação celebrada pelo Município de Pádua, por meio de procedimento licitatório, Concorrência 001/2003 (que resultou no contrato n. 010/2004) cujo edital foi declarado ilegal pelo Tribunal de Contas.
Principais fatos	Rés citadas, apresentadas contestações. As partes apresentaram manifestações sobre provas a serem produzidas. A decisão do Tribunal de Contas foi declarada nula em sentença proferida nos autos 0005855-48.2013.8.19.0050, de Ação Anulatória. A Águas de Santo Antônio requereu o julgamento pela improcedência da ação, haja vista a nulidade da decisão do TCERJ.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderia acarretar na aplicação de sanções por eventual ato de improbidade administrativa, bem como a perda da concessão.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO Nº. 0014333-52.2013.8.14.0028	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Marabá – PA.
Instância	1ª instancia
Data de Instauração	14/11/2013
Partes no Processo	Autor – Ernesto Rosa de Freitas Neto Réus: Urbeluz Energética S/A – 1ª Requerida Mitsui Sumitomo Seguros S/A – 2ª Requerida

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 300.000,00 Ação Cível proposta em face da Urbeluz devido a acidente de trânsito envolvendo um caminhão dirigido por funcionário da companhia e uma moto dirigida pelo requerente. Em tal acidente, o autor da ação perdeu uma das pernas. Danos estéticos, danos morais e danos materiais.
Principais fatos	Oferecida contestação e denúncia à lide para trazer ao processo o Hospital que atendeu o autor. Realizada audiência má qual a denunciada requereu a produção de prova pericial. Aguardando Perícia.
Chance de perda	possível; há uma tendência na jurisprudência de condenar o empregador ou o terceirizador de serviços (URBELUZ), desde que comprovada a sua culpa no evento danoso.
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 300.000,00.

PROCESSO Nº. 0005336-82.2014.8.19.0068	
Juízo	1ª Vara Cível de Rio das Ostras – RJ
Instância	1ª instancia
Data de Instauração	07/06/2011
Partes no Processo	Autores: (1) Evaldo Cavalcante de Lima; (2) Marinalva Santos de Lima; (3) Marluce Gomes Santos; (4) Caroline Santos de Lima. Réus: (1) Município de Rio das Ostras – 1º Requerido; (2) Urbeluz Energética S/A – 2º Requerido.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 100.000,00 Ação Cível proposta em face do Município de Rio das Ostras e da Urbeluz devido a acidente em que um jovem de 15 anos ao se apoiar em um poste metálico na orla marítima da cidade de Rio das Ostras sofreu uma descarga elétrica. Pedidos: Danos estéticos, danos morais e danos materiais.
Principais fatos	Aguardando citação.
Chance de perda	Possível;
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretará o pagamento dos valores executados. O valor não foi provisionado devido a não citação da Urbeluz que deverá ocorrer somente no transcorrer do ano de 2016.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0001437-13.2004.8.24.0125	
Juízo	2ª Vara Cível de Itapema – SC
Instância	1ª
Data de Instauração	20/04/2004

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Partes no Processo	Autor – Ivo Vanderlinde Réus - Município de Itapema / Clóvis José da Rocha / Ataliba Ayres de Aguirra Filho / Carlos Humberto Cruz / Denize Xavier da Silva / Jocemir Arceli Santos / Jefferson Renato Teixeira Ribeiro / Companhia Águas de Itapema
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$ 286.476.147,36. Ação Civil Pública que tem como objeto suspender o processo licitatório 174/2003, relativo à concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Itapema.
Principais fatos	Inicialmente, foi deferida liminar para suspender a licitação, em 27/04/2004. A liminar foi suspensa, através de pedido de suspensão de liminar interposto perante o TJSC, em decisão proferida em 06/07/2004. A Companhia Águas de Itapema somente foi incluída no polo passivo da presente demanda em 30/08/2013. Em 28/08/2015 houve a juntada da contestação. Os autos se encontram conclusos para despacho, desde 21/03/2016.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo acarretaria a suspensão do processo licitatório, a não realização da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Itapema ou eventual nulidade dos atos posteriores. Não se vislumbra a possibilidade de ocorrência de referidas situações, eis que o processo licitatório prosseguiu, culminando com a outorga da prestação dos serviços para a Companhia Águas de Itapema e até o presente momento, não há qualquer indícios de irregularidade em todo o procedimento ou no contrato de concessão firmado.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Contingências Criminais

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Ré em duas ações criminais, que individualmente e na avaliação da Administração da Companhia, são relevantes para seus negócios:

PROCESSO nº 0002305-49.2008.8.24.0125	
Juízo	Vara Criminal de Itapema – SC
Instância	1ª
Data de Instauração	09/06/2011
Partes no Processo	Autor – Ministério Público do Estado de Santa Catarina Réus – Companhia Águas de Itapema / Manoel Motta Netto / Luiz Carlos Paes de Barros

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – Não há. Ação penal de procedimento sumaríssimo, instaurada em desfavor dos Réus, por denúncia de suposto cometimento dos delitos descritos no art. 54, caput e § 2º, incisos III e IV e V c/c art. 15, II, “c”, ambos da Lei 9.605/98 (poluição do Rio da Fita, que desemboca no Rio Perequê, por sua estação de tratamento de esgotos).
Principais fatos	Inicialmente foi impetrado mandado de segurança ao TJSC, com pedido liminar de suspensão do feito, restando deferida a liminar. Apresentado aditamento à denúncia, para inclusão dos administradores da pessoa jurídica. O mandado de segurança foi julgado prejudicado, por perda do objeto. Ato contínuo, foi impetrado Habeas Corpus, com pedido de liminar, que foi concedida, determinando a suspensão da ação penal. O Habeas Corpus teve como decisão final, o trancamento da ação penal contra os Réus. Aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão proferida no julgamento do Habeas Corpus.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderia acarretar na aplicação de sanções criminais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 0004891-83.2013.8.24.0125	
Juízo	Vara Criminal de Itapema – SC
Instância	1ª
Data de Instauração	24/07/2013
Partes no Processo	Autor – Ministério Público do Estado de Santa Catarina Réus – Companhia Águas de Itapema / Manoel Motta Netto
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – Não há. Ação penal de procedimento sumaríssimo, instaurada em desfavor dos Réus, por denúncia de suposto cometimento do delito descrito no art. 54, § 2º, incisos IV e V, da Lei 9.605/98 (poluição do Rio da Fita e do Rio Perequê, por sua estação de tratamento de esgotos).
Principais fatos	Citada a Companhia Águas de Itapema, ofereceu contestação, alegando em síntese: a inépcia da denúncia, por ausência de descrição pormenorizada das condutas que configuram crime ambiental; ausência de provas da prática do crime ambiental. Apresentou laudo confirmando que existem diversas ligações de esgotamento sanitário de residências, estabelecimentos comerciais e outras edificações que jogam seus esgotos diretamente nos rios. Ainda não houve a citação do Sr. Manoel Motta Netto.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderia acarretar na aplicação de sanções criminais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

PROCESSO nº 5006503-19.2014.404.7208	
Juízo	1ª Vara Federal de Itajaí – SC
Instância	1ª
Data de Instauração	27/05/2014
Partes no Processo	Autor – Ministério Público Federal Réus – Companhia Águas de Itapema / Manoel Motta Netto / Débora Anderson de Andrade / Ivair Tumeleiro / Ricardo Kassardjian
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – Não há. Ação penal de procedimento sumaríssimo, instaurada em desfavor dos Réus, por denúncia de suposto cometimento dos delitos descritos no art. 54, caput e § 2º, incisos IV e V e art. 60, ambos da Lei 9.605/98 (poluição do Rio da Fita, que desemboca no Rio Perequê, por sua estação de tratamento de esgotos).
Principais fatos	Foi ofertada aos Réus o instituto da transação penal e suspensão condicional do processo, em audiência realizada em 30/07/2014. Todos aceitaram as condições para a transação penal e suspensão condicional do processo. Todas as condições já foram cumpridas pelos Réus pessoas físicas. Em 19/04/2016 foi proferida sentença extinguindo a punibilidade quanto ao artigo 60, da Lei 9.605/98. Em 24/10/2016, o MPF foi intimado sobre o cumprimento integral das condições aceitas pelo denunciado Manoel Motta Netto.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A perda do processo poderia acarretar na aplicação de sanções criminais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há a processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Em 31 de dezembro de 2015, figurávamos como Ré em aproximadamente 247 ações cíveis, 38 processos administrativos e 6 ações trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

AÇÕES CÍVEIS	
Valores, bens ou direitos envolvidos	Risco processual total impossível de se estimar. As informações correspondem a valores históricos e estimados, de baixa expressão e em alguns casos, não há indicação de valores envolvidos.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
Prática do emissor ou de suas controladas que causaram tais contingências	Ações declaratórias de inexistência de débitos, revisões, revisionais de débitos, questionamentos sobre a prestação dos serviços.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
Valores, bens ou direitos envolvidos	Risco processual total impossível de se estimar. As informações correspondem a valores históricos e estimados, de baixa expressão e em alguns casos, não há indicação de valores envolvidos.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
Prática do emissor ou de suas controladas que causaram tais contingências	Fiscalização do Ministério do Trabalho, fiscalização ambiental, questionamentos sobre a legalidade dos processos de licitação.

RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS	
Valores, bens ou direitos envolvidos	Risco processual total impossível de se estimar. As informações correspondem a valores históricos e estimados, de baixa expressão e em alguns casos, não há indicação de valores envolvidos.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há.
Prática do emissor ou de suas controladas que	Responsabilidade subsidiária/solidária.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

causaram contingências	tais
---------------------------	------

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 - Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é companhia estrangeira.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não adotou até a divulgação do presente Formulário de Referência Política de Gestão de Risco formalizada. Dentre as diretrizes do Conselho de Administração no processo de registro da Companhia na Categoria A na Comissão de Valores Mobiliários e BOVESPA MAIS está a elaboração de tal política.

No entanto, a maioria dos riscos apontados no presente formulário e identificados pela Companhia são acompanhados pela administração com indicadores financeiros e operacionais e por tal motivo ainda não foi formalizada Política de Gestão de Risco.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não adotou até a divulgação do presente Formulário de Referência Política de Gestão de Risco formalizada.

Dentre as diretrizes do Conselho de Administração no processo de registro da Companhia na Categoria A na Comissão de Valores Mobiliários e BOVESPA MAIS está a elaboração de tal política.

No entanto, a maioria dos riscos apontados no presente formulário e identificados pela Companhia são acompanhados pela administração com indicadores financeiros e operacionais e por tal motivo ainda não foi formalizada Política de Gestão de Risco.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia estruturou nos últimos anos a centralização de todas as atividades ligadas às demonstrações financeiras das empresas controladas e coligadas, através da criação de um Centro de Serviços Compartilhados (“CSC”).

O CSC inclui os serviços de contabilidade, auditoria interna, financeiro, tesouraria e jurídico, além de outros serviços assessoriais.

Com o CSC são possíveis a centralização de informação e a padronização dos critérios de controle.

Além disso, a Companhia contratou a Ecovis Pemon, vinculada diretamente ao conselho de administração, como consultora para auditoria interna e estruturação de controles.

Toda a estrutura passa ainda pela auditoria externa, a BDO RCS.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Descrito no item 5.3.a.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A controladoria está vinculada diretamente ao Diretor Presidente e a consultoria externa vinculada diretamente ao Conselho de Administração. Qualquer ponto de eventual divergência é discutido pela Administração diretamente e corrigido antes da submissão ao auditor, desde o exercício de 2015.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Relatório circunstanciado sobre controles internos e segurança patrimonial, revisão fiscal e trabalhista dos auditores independentes aponta alguns itens de melhorias para a Administração atuar nos ambientes internos de controle.

Nos últimos três exercícios, os auditores independentes apontaram as sugestões de controles adicionais abaixo:

- Elaboração de Manual de normas e procedimentos atualizado que possibilite um ambiente de controles internos adequados

5.3 - Descrição dos controles internos

- Atualização de fluxograma de processos
- Melhorias na conciliação entre relatórios financeiros e contábeis, em especial conciliações mensais
- Implantação de procedimentos para atualização de valor justo de ativos líquidos
- Necessidade de inclusão de fluxograma de processo de follow-up das ordens de compra
- Ausência de revisão da qualidade e quantidade dos insumos recebidos
- Registro das obrigações fiscais quando do lançamento da Nota Fiscal
- Definição de atribuições e responsabilidades no manual de controles internos, especialmente quanto a pessoas habilitadas para lançamentos contábeis e redução de risco de pagamento em duplicidade e revisão de lançamentos manuais
- Utilização de check-list de encerramento de atividades contábeis
- Definição de rateio de despesas administrativas comuns
- Implantação de Programa de Integridade (Compliance)

[e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.](#)

A Administração discute anualmente, em conjunto com as aprovações das Demonstrações Financeiras, o relatório circunstanciado e as melhorias apontadas pelos auditores.

A Administração entende como válidos os pontos relatados em tal relatório e está tomando as medidas para solucionar a totalidade dos apontamentos. Cabe destacar aqui, em 2016, a implantação do Centro de Serviços Compartilhados, que visa padronizar os procedimentos administrativos e financeiros.

Em 2016, como forma de corrigir parte dos apontamentos do relatório circunstanciado e aumentar os controles internos sobre a execução dos procedimentos contábeis e administrativos, a Administração implantou um Centro de Serviços Compartilhados da holding, que visa padronizar os procedimentos administrativos e financeiros.

O Centro de Serviços Compartilhados passou a executar todos os procedimentos contábeis, financeiros, administrativos, jurídicos, compras, trabalhistas e fiscais para as empresas controladas e coligadas. Esse procedimento permitiu maior controle sobre tais procedimentos e a correção de itens apontados pelo relatório circunstanciado:

- Padronização de normas e procedimentos atualizado que possibilite um ambiente de controles internos mais adequados
- Atualização de fluxograma de processos

5.3 - Descrição dos controles internos

- Melhorias na conciliação entre relatórios financeiros e contábeis, em especial conciliações mensais
- Implantação de procedimentos para atualização de valor justo de ativos líquidos
- Melhoria de fluxograma das ordens de compra
- Registro das obrigações fiscais quando do lançamento da Nota Fiscal
- Definição de atribuições e responsabilidades no manual de controles internos, especialmente quanto a pessoas habilitadas para lançamentos contábeis e redução de risco de pagamento em duplicidade e revisão de lançamentos manuais
- Utilização de check-list de encerramento de atividades contábeis
- Definição de rateio de despesas administrativas comuns

A Administração também submeteu ao conselho de administração um Manual de Compliance para aprovação no exercício de 2017.

5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houveram, entre os exercícios de 2013 a 2015, alterações significativas com relação aos riscos apontados nesta seção 5 do Formulário de Referência.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/04/2007
Forma de Constituição do Emissor	O Emissor foi constituído sob a forma de sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A CONASA – Companhia Nacional de S/A foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais e energia.

O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental.

A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico e iluminação pública, além de empresas voltadas a prestação de serviço.

Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema - SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto - SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; 2. No segmento de iluminação pública (v) Urbeluz, empresa especializada na gestão de iluminação pública; (vi) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João do Meriti - RJ; (vii) CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (viii) MarabáLuz, SPE em fase de abertura concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (ix) MauáLuz, SPE em fase de abertura concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; 3. No segmento de serviços (x) Sanetrat, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xi) Envimax, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; (xi) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos.

A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema - SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R\$ 121,7 milhões, contra uma previsão do contrato de concessão de investimentos de R\$ 65,9 milhões em obras de água e esgoto, sendo que R\$ 42,8 milhões foram

6.3 - Breve histórico

direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R\$ 23,1 milhões foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas pensadas quando da licitação.

Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R\$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R\$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R\$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de abastecimento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044.

A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto - SP, o qual tratava 0% do esgoto municipal. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R\$ 50 milhões, inicialmente, a companhia elevou, o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 91%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento inicialmente implantado consistia em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%. Nessa nova unidade foram investidos mais R\$ 13,1 milhões.

Em 2008, a CONASA adquiriu a Águas de Santo Antônio, concessionária de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ. Com investimentos de mais de R\$ 7 milhões, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade.

Também em 2008, criou a Sanetrat Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

6.3 - Breve histórico

A CONASA atuou também em operação de sistemas de terceiros como em 2010, iniciou a operação do serviço público de água de Porto Belo e em 2013 assumiu a operação do sistema municipal de água e esgoto do município de Palhoça. Somadas essas duas cidades representam uma população fixa de 181.139 habitantes.

Em 2014, com a aquisição do controle da SANESUL - Construtora Saneamento do Sul S.A., a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas.

São João de Meriti possui uma área de 35.216 km², sendo 100% urbanizado, e população em torno de 460 mil pessoas. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km². Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa.

A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R\$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti alocará mais de 65% desse valor até 2020 e será a primeira cidade da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baía da Guanabara.

Entre 2013 e 2015, a CONASA adquiriu uma participação significativa na URBELUZ que possui experiências de trabalho em operações críticas envolvendo rodovias, aeroportos e centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima.

No Estado de São Paulo, a empresa foi responsável pela substituição de 42 mil luminárias do Sistema de Iluminação Pública de Guarulhos; em Americana, a iluminação pública foi expandida em 1000 pontos de luz; em Cubatão implantou a iluminação ornamental no Viaduto Mário Covas; em Santos, a iluminação ornamental foi realizada no Teatro Coliseu; e em São Caetano do Sul, viadutos e praças da cidade exibem iluminação decorativa projetada pela URBELUZ.

6.3 - Breve histórico

No Estado do Rio de Janeiro, os destaques vão para o projeto RioLuz que incluiu 4 mil pontos da iluminação pública da Avenida Brasil, 250 pontos de iluminação ornamental da Praça Nossa Senhora da Paz em Ipanema e do calçadão da Rua Visconde de Pirajá, e mais 5 mil pontos de outros projetos de efficientização e expansão; para o município de São João do Meriti foram 19 mil pontos para a gestão de todo o parque de iluminação da cidade mais a implantação de iluminação ornamental em passarelas e na Igreja Matriz; para a Rodovia Presidente Dutra expandiu 512 pontos de iluminação mais a ornamentação com tecnologia LED em 57 torres de transmissão de energia; e para o município de Rio das Ostras realizou a manutenção do parque de iluminação pública em 18 mil pontos.

No Distrito Federal e Cidades Satélites, a URBELUZ expandiu o parque de iluminação em 87 mil pontos, por meio da execução de 937 projetos, incluindo a Praça dos Três Poderes. Em Goiás, a Companhia realizou a efficientização do parque de iluminação de Anápolis, em 43 mil pontos, e de Jataí, em 13 mil pontos. No Mato Grosso efetivou a efficientização energética do parque de iluminação de Cuiabá, em 44 mil pontos.

Em Tocantins, a URBELUZ conduziu a efficientização de todos os parques de iluminação municipais no Estado, totalizando 124 mil pontos e expansão de mais 30 mil pontos de iluminação, abrangendo todos os 139 municípios em um único projeto. Em Roraima, a capital Boa Vista contou com a gestão da URBELUZ para o parque de iluminação e obras em 43 mil pontos. E no Pará, em Marabá, a gestão do parque de iluminação e obras abrangeu 18 mil pontos e efficientização de 6 mil pontos.

No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias.

A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos da gestão de iluminação pública de São João do Meriti - RJ, em que serão investidos R\$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública.

Em Caraguatatuba, a CaraguaLuz foi constituída como sociedade de propósito específico, em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

6.3 - Breve histórico

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 - Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não aplicável, uma vez que não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que não há qualquer informação adicional não divulgada.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A CONASA – Companhia Nacional de S/A foi constituída em 2007 para ser um dos agentes privados no setor de infraestrutura do Brasil, com foco em saneamento, serviços ambientais e energia.

O setor de saneamento apresenta déficits enormes de investimento e enfrenta problemas que não poderão ser solucionados, na escala e velocidades necessárias, sem a participação efetiva da iniciativa privada, que deverá estar fortemente amparada em políticas públicas adequadas.

A carência de investimentos em outros setores de infraestrutura no país motivou a Companhia a expandir a atuação para novos mercados, passando a abranger também as áreas de energia e saneamento ambiental.

A Companhia atua como holding, detendo participações relevantes, em sua maioria controladora, de sociedades de propósito específico concessionárias de serviços públicos de saneamento básico e iluminação pública, além de empresas voltadas a prestação de serviço.

Fazem parte atualmente do grupo econômico: 1. No segmento de concessões de saneamento (i) Águas de Itapema, concessionária de abastecimento de água e tratamento de esgoto do município de Itapema - SC; (ii) Sanesalto, concessionária de tratamento de esgoto do município de Salto - SP; (iii) Águas de Santo Antônio, concessionária de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ; (iv) Águas de Meriti, concessionária de tratamento de esgoto do município de São João do Meriti - RJ; 2. No segmento de iluminação pública (v) Urbeluz, empresa especializada na gestão de iluminação pública; (vi) Alegrete, concessionária da PPP de iluminação pública do município de São João do Meriti - RJ; (vii) CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública do município de Caraguatatuba - SP; (viii) MarabáLuz, SPE em fase de abertura concessionária da PPP de iluminação pública do município de Marabá - PA; (ix) MauáLuz, SPE em fase de abertura concessionária da PPP de iluminação pública do município de Mauá - SP; 3. No segmento de serviços (x) Sanetrat, empresa de tratamento de efluentes industriais; (xi) Envimax, empresa de remediação de solo e engenharia ambiental; (xi) Conasa SPE, empresa criada pela CONASA para investimentos conjuntos.

A Águas de Itapema é a concessionária dos serviços de água e esgoto do município de Itapema - SC, desde 2004. Nesta cidade litorânea de 59 mil habitantes e população flutuante de até 300 mil no verão, foram investidos R\$ 121,7 milhões, contra uma previsão do contrato de concessão de

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

investimentos de R\$ 65,9 milhões em obras de água e esgoto, sendo que R\$ 42,8 milhões foram direcionados para a implantação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto. Outros R\$ 23,1 milhões foram aplicados nas obras que puseram fim ao problema de falta de água que se repetia ano após ano na cidade durante as temporadas de verão.

Em 2015 a Águas de Itapema concluiu o processo de reequilíbrio econômico financeiro que pesava sobre o contrato de concessão em função da antecipação de diversos investimentos e a realização de investimentos não previstos inicialmente, todos necessários para fazer frente ao crescimento de Itapema em condições diversas daquelas pensadas quando da licitação.

Nesse processo de reequilíbrio foram comprometidos recursos de R\$ 503,8 milhões para investimento até o novo termo do contrato, estipulado agora para o ano de 2044. Dessa soma R\$ 149,9 milhões no sistema de abastecimento de água, visando atender o crescimento que se projeta para a cidade, mantendo 100% de cobertura e R\$ 353,9 para levar o atendimento com serviços do sistema de abastecimento de esgoto até o patamar de 97,42 % de atendimento em 2044.

A Sanesalto iniciou a construção do sistema de tratamento de esgoto no Município de Salto - SP, o qual tratava 0% do esgoto municipal. Opera, desde 2007, a concessão de tratamento de esgoto por 25 anos. Com investimentos de R\$ 50 milhões, inicialmente, a companhia elevou o percentual de atendimento com tratamento de esgoto de 0 % para 91%, representando um avanço memorável para o saneamento básico da cidade de Salto e para a bacia do Rio Tietê. O tratamento inicialmente implantado consistia em um sistema biológico ao qual se agregou um sistema de lodos ativados o que levou o nível de tratamento a uma eficiência de até 95%. Nessa nova unidade foram investidos mais R\$ 13,1 milhões.

Em 2008, a CONASA adquiriu a Águas de Santo Antônio, concessionária de tratamento e distribuição de água do município de Santo Antônio de Pádua - RJ. Com investimentos de mais de R\$ 7 milhões, a concessionária conseguiu reverter o sucateamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água do município. Esse projeto mostrou a viabilidade do atendimento de pequenas cidades com serviços de qualidade.

Também em 2008, criou a Sanetrat Saneamento S.A., empresa que faz tratamento de efluentes industriais. Como tais efluentes não podem ser lançados diretamente na rede coletora municipal por serem extremamente agressivos ao meio ambiente, eles têm obrigatoriamente que ser previamente tratados. Como opção para as indústrias que não desejam ou encontram-se impossibilitadas de tratar seus efluentes, a CONASA possibilita o lançamento de forma correta, garantindo o tratamento e a preservação ambiental.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Em 2014, com a aquisição do controle da SANESUL - Construtora Saneamento do Sul S.A., a CONASA entrou na Águas de Meriti que é responsável pelos serviços de esgotamento sanitário e gestão comercial das contas de água e esgoto em São João de Meriti, cidade da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

A concessionária iniciou a prestação dos serviços em julho de 2015 e, desde então, atua para atingir 90% de atendimento nos próximos cinco anos. Essa meta audaciosa, em função da abrangência e do curto prazo, fará com que todo o esgoto coletado seja tratado, antes de retornar aos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria dos índices de qualidade de vida das pessoas.

São João de Meriti possui uma área de 35.216 km², sendo 100% urbanizado, e população em torno de 460 mil pessoas. Essas características fazem com que o município tenha uma das mais altas densidades demográficas da América Latina, com 13 mil habitantes por km². Realizar as obras de recuperação e ampliação do sistema de esgoto com o menor impacto possível na rotina diária da população é um desafio a mais para a empresa.

A concessão terá duração de 30 anos. Do total de R\$ 337 milhões previstos em investimentos, Águas de Meriti alocará mais de 65% desse valor até 2020 e será a primeira cidade da Baixada Fluminense a universalizar o tratamento de esgoto, através da coleta e do transporte até os interceptores ligados às estações Sarapuí e Pavuna; sendo assim, um dos primeiros municípios a colaborar efetivamente para a despoluição da Baía da Guanabara.

Entre 2013 e 2015, a CONASA adquiriu uma participação significativa na URBELUZ que possui experiências de trabalho em operações críticas envolvendo rodovias, aeroportos e centros urbanos em nove Estados brasileiros, com destaque para obras realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Roraima.

No setor de iluminação, a CONASA, diretamente ou através da Urbeluz, detém participações em algumas concessionárias.

A Alegrete detém, desde 2014, a PPP por 25 anos da gestão de iluminação pública de São João do Meriti - RJ, em que serão investidos R\$ 120 milhões para substituição da totalidade do parque por luminárias LED, garantindo qualidade da prestação dos serviços, maior qualidade de vida e segurança pública.

Em Caraguatatuba, a CaraguaLuz foi criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto,

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos. Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico, gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa e fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti e Águas de Santo Antônio são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial.

O setor de iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas (“PPP”) e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2015, a Urbeluz detinha participação em duas PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico. As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, são as seguintes.

	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	Participação na Receita		Participação na Receita		Participação na Receita	
Saneamento Básico	52.991	49%	56.840	95%	37.191	94%
Iluminação Pública	50.183	47%	-	0%	-	0%
Saneamento Ambiental	3.949	4%	2.924	5%	2.321	6%
Outros	600	1%	302	1%	118	0%
Total	107.723		60.066		39.630	

	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
	Participação no Lucro		Participação no Lucro		Participação no Lucro	
Saneamento Básico	27.761	53%	24.635	85%	22.868	96%
Iluminação Pública	19.026	36%	-	0%	-	0%
Saneamento Ambiental	2.748	5%	2.184	8%	931	4%
Outros	2.884	6%	2.002	7%	118	0%
Total	52.419		28.821		23.917	

Informações em R\$ mil.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

Segmento de Saneamento Básico

a. características do processo de produção

O segmento de saneamento básico tem como características do processo de produção o investimento e gestão dos sistemas de água e/ou esgoto municipais.

As concessões que incluem o sistema de água têm como principais processos a captação, o tratamento e a distribuição de água.

As concessões de esgoto têm como principais processos a captação, o tratamento e o lançamento do efluente tratado.

Em ambos os casos, normalmente a gestão comercial, que consiste em leitura, emissão de contas e cobrança, está associada à concessão.

O processo de captação de água, regulado por outorga de uso, é sintetizado na captação e bombeamento de manancial de abastecimento.

b. características do processo de distribuição

Por característica da concessão, o processo de distribuição é parte do processo central da operação, seja na distribuição de água via tubulação, seja na coleta de esgoto via rede.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

O mercado de saneamento básico é baseado em concessões (Lei 8.987/95) e PPPs (Lei 11.079/04), regulado pela Lei 11.445/07.

Nos anos 1980, o Brasil investiu o equivalente a 0,28% do Produto Interno Bruto em saneamento básico. Entre 1991 e 1994, este índice caiu para 0,13% do PIB. Mais recentemente, entre 2001 e 2003, o valor dos gastos na área cresceu, alcançando 0,18% do PIB. Contudo, para garantir a expansão e universalização dos serviços no País, a cada ano deveriam ser aplicados no setor recursos equivalentes a, pelo menos, 0,6% da riqueza nacional.

A escassez de recursos para investimento é parte do problema, mas há outros dois complicadores. Diversas empresas responsáveis pela gestão do saneamento básico em todo o País ainda apresentam sérios problemas de gestão, o que, de um lado, inviabiliza alguns programas de financiamento e, de outro, gera desperdício ou má aplicação de recursos. Pairando sobre tudo isso, há ainda um movimento contínuo de migração para centros urbanos, fenômeno que aumenta a demanda por infraestrutura e, paralelamente, torna mais complexo o atendimento por serviços básicos, como água e esgoto.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Diante desses desafios, a grande maioria dos que atuam na área já considera essencial a participação privada na busca por soluções para a histórica carência brasileira de saneamento.

A parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público já vem dando resultados positivos em diversas localidades, como será detalhado mais à frente.

É fácil identificar o motivo que leva as concessionárias privadas a acelerar investimentos e buscar a melhoria dos serviços e do atendimento. Em primeiro lugar, é importante diferenciar as concessões privadas do modelo tradicional, moldado a partir do PLANASA. As concessionárias que estão assumindo agora os serviços de água e esgoto nos municípios atuam como Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Elas concentram todos os seus esforços e investimentos em uma única localidade – ou em algumas poucas, quando há a opção pela formação de consórcios municipais. Concessionárias, que ainda atuam dentro do modelo anterior, administram diversas cidades e utilizam os chamados subsídios cruzados – localidades que geram mais receita “contribuem” para investimentos em áreas deficitárias.

Um dos resultados dessa prática antiga é a dispersão de aplicações. Outro é o afastamento entre a administração da concessão e a população atendida. Em concessões cedidas e companhias estaduais, por exemplo, o escritório da companhia de água costuma ficar na capital, distante das cidades do interior. Já nas concessionárias municipais, com a obrigatoriedade de atuação do concessionário naquele único município, há grande proximidade entre os clientes e o centro das decisões sobre investimentos, planejamento e atendimento. Além disso, com inúmeras metas definidas no contrato de concessão e acompanhadas de perto pela Administração Municipal, as concessionárias atuam sob vigilância constante, o que torna obrigatória a busca pela melhoria de processos.

Por isso, e mesmo sendo uma relativa novidade no mercado brasileiro, a concessão de saneamento para a iniciativa privada ganha cada vez mais espaço.

Nos últimos anos a população passou a valorizar, cada vez mais, a oferta de serviços de saneamento. Hoje também não há mais dúvidas sobre a importância dessas obras para a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde pública, temas que estão no topo das preocupações da sociedade. Na prática, portanto, fica mais difícil afirmar que investir em água e esgoto não é politicamente interessante para um administrador público.

Há basicamente três modelos de gestão municipal: (i) contratos de programa entre Município e Empresa Estadual; (ii) gestão via autarquias municipais; (iii) concessão plena ou patrocinada à empresa vencedora do processo licitatório, o qual é o mecanismo utilizado para participação da iniciativa privada no setor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A concessão refere-se sempre à exploração de uma parte do serviço por um longo período de tempo. A empresa privada constrói e opera uma parte do sistema, sendo remunerada conforme contrato. Ao final do contrato, o patrimônio é transferido ao poder concedente.

Este item contempla a maior parte das empresas privadas de saneamento, através de Concessão e, mais recentemente, PPP.

Contrato de Concessão é o instrumento jurídico previsto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, entendido como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas.

É a modalidade usual de prestação de serviços públicos, em que o Poder Concedente transfere a responsabilidade sobre tais ao concessionário, de forma que este invista, preste serviço com qualidade e transfira ao Poder Concedente os ativos após o prazo de concessão. A receita, ou contrapartida ao concessionário, provém diretamente da prestação dos serviços.

Parceria Público-Privada é a modalidade regida pela Lei nº 11.079/2004, em que a contrapartida ao concessionário é de responsabilidade do Poder Concedente.

Importante ressaltar que a Lei Federal fornece normas gerais sobre matéria de contratação, licitação e orçamento, aspectos que são regulados por outras normas federais, tais como a Lei nº 8.666/93 de contratações públicas e licitação, a Lei nº 8.987/95 das concessões e, ainda, a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece diversos limites à assunção de encargos pelo Poder Público.

i. [participação em cada um dos mercados](#)

Segundo o Panorama da Participação Privada no Saneamento de 2016, o setor privado atua em 316 municípios do Brasil, atendendo cerca de 31,1 milhões de pessoas.

A Companhia atua em 4 municípios via concessão em saneamento, beneficiando cerca de 830 mil pessoas.

ii. [condições de competição nos mercados](#)

O setor de saneamento é, em nível municipal, um monopólio regulado, só havendo a possibilidade de uma empresa para cada serviço.

Como monopólio regulado, a partir do momento da assinatura do contrato de concessão, não existe concorrência. Contudo, é um serviço altamente regulado, com as tarifas definidas por contrato e agências reguladoras.

Para expansão, a Companhia participa de processos licitatórios regulados pela Lei 8.987. A concorrência em tais processos é premissa legal. Para participação dos processos licitatórios são exigidas capacitações técnicas e financeiras, combinadas com proposta técnica e financeira para definição do licitante vencedor.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. eventual sazonalidade

O setor de saneamento segue a dinâmica do município que atende, em especial quanto à população flutuante. Usualmente, em cidades litorâneas ou turísticas, há uma flutuação relevante de usuários o que causa uma sazonalidade nas receitas e custos da Companhia.

Além disso, a utilização de água pelos usuários tende a aumentar conforme o aumento de temperatura, também afetando o resultado da Companhia.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Os principais insumos efetivos da Companhia são: água, energia e produtos químicos.

A água é um bem natural, captado mediante outorga de uso obtida com o órgão estadual ou federal competente.

Energia é um insumo importante, adquiridos pela Companhia diretamente das distribuidoras locais, relação regulada pela ANEEL e com tarifa definida. Em sua maioria, os contratos de concessão têm fórmulas paramétricas de revisão que incluem as variações de custo de energia elétrica.

Produtos químicos são utilizados tanto para tratamento de água quanto para tratamento de esgoto (em menor escala). Tratam-se de produtos primários, com amplo mercado fornecedor. Além disso, em sua maioria, podem ser utilizados substitutos, caso haja aumento de custo ou redução na oferta. Os preços podem ter impacto de câmbio e também fazem parte de algumas fórmulas paramétricas de determinadas concessões.

Segmento de Iluminação Pública

a. características do processo de produção

A iluminação pública é uma obrigação constitucional de cada município. Porém, historicamente, a maioria dos municípios delegava informalmente e ilegalmente a gestão da iluminação pública para as distribuidoras de energia elétrica.

A Agência Nacional de Energia Elétrica corrigiu a estrutura de iluminação pública, através da Resolução 414 de 2010. Nessa resolução, a ANEEL proibiu a participação das distribuidoras no setor e determinou a devolução dos ativos aos municípios.

Com tal mudança, a grande maioria dos municípios buscou a estruturação de Parcerias Público Privadas, buscando investimentos e melhorias no sistema. Esse é o foco da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nesse contexto, as PPPs são caracterizadas principalmente por um ciclo curto de substituição dos atuais ativos para tecnologia LED e um ciclo longo de gestão dos ativos e retorno do investimento realizado.

b. características do processo de distribuição

Não se aplica.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

Assim como o setor de saneamento, a participação da iniciativa privada na gestão de iluminação pública é regulada pela Lei de Concessões (Lei n. 8.987/95).

Apesar do setor também contar com as prerrogativas de contratação nos mesmos formatos que o de saneamento (contrato de programa com empresa estadual, delegação à autarquia municipal e concessão), a maioria dos municípios está desenvolvendo contratação via PPP.

A principal vertente é a possibilidade de melhoria rápida com a troca das atuais tecnologias por LED, aumentando significativamente a qualidade do serviço e, por consequência, qualidade de vida da população e segurança pública.

O setor sofreu uma mudança significativa com a Resolução ANEEL 414/10, a qual estabeleceu a devolução dos ativos de iluminação das distribuidoras para os municípios.

A partir desse momento, o mercado passou a ser demandado por soluções de longo prazo, principalmente via PPPs.

i. participação em cada um dos mercados

Pela mudança recente na legislação que impulsionou o mercado de iluminação pública (Resolução ANEEL 414/10), ainda existem poucos contratos assinados ou licitantes declarados vencedores. Segundo o portal PPP, até outubro de 2016, existiam 8 municípios com contratos assinados ou licitantes declarados vencedores.

Desse total, a Companhia detém participações, como controladora ou não, em 4.

ii. condições de competição nos mercados

O setor de iluminação é, em nível municipal, um monopólio regulado, só havendo a possibilidade de uma empresa para cada serviço.

Como monopólio regulado, a partir do momento da assinatura do contrato de concessão, não existe concorrência. Contudo, é um serviço altamente regulado, com as tarifas definidas por contrato e agências reguladoras.

Para expansão, a Companhia participa de processos licitatórios regulados pela Lei 8.987 e pela Lei 11.079. A concorrência em tais processos é premissa legal. Para participação dos processos licitatórios

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

são exigidas capacitações técnicas e financeiras, combinadas com proposta técnica e financeira para definição do licitante vencedor.

d. [eventual sazonalidade](#)

Não há efeitos significativos de sazonalidade nos projetos.

e. [principais insumos e matérias primas, informando:](#)

Os dois principais insumos em uma PPP de iluminação são energia elétrica e o custo da luminária a ser substituída, em grande parte pela tecnologia LED.

Energia é um insumo importante, adquiridos pela Companhia diretamente das distribuidoras locais, relação regulada pela ANEEL e com tarifa definida. Em sua maioria, os contratos de concessão têm fórmulas paramétricas de revisão que incluem as variações de custo de energia elétrica.

O investimento feito pela Companhia nas PPPs se concentra em aquisição e instalação da tecnologia LED. Existem diversos fornecedores e diversas qualidades de LED. Como projeto de longo prazo, as sociedades de propósito específico buscam fornecedores reconhecidos que combinam preço, eficiência e garantia.

Em sua maioria, são feitos contratos de longo prazo de fornecimento, garantindo a performance da PPP e uniformidade tecnológica em determinado município.

O preço do LED está sujeito a variação cambial, já que grande parte dos componentes eletrônicos não são fabricados no Brasil. Quanto à dependência de poucos fornecedores, trata-se de um equipamento facilmente substituível e com grandes empresas fabricantes.

Segmento de Saneamento Ambiental

a. [características do processo de produção](#)

b. [características do processo de distribuição](#)

A Companhia não participa da distribuição. Por se tratar de plantas de tratamento de efluentes industriais, as próprias indústrias contratam transportadoras autorizadas para resíduos especiais, as quais transportam os efluentes até a Companhia.

c. [características dos mercados de atuação, em especial:](#)

O crescimento da atividade industrial brasileira, aliado a um exponencial aumento do conceito de desenvolvimento sustentável, obriga, cada vez mais, o tratamento de resíduos gerados pelas atividades humanas e a minimização do impacto dos mesmos, apresentando um novo desafio para o mercado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Surge assim uma janela de oportunidades para empresas capazes de criar e implantar soluções ambientais, em especial empresas de saneamento.

Caracteristicamente, o investimento em estruturas de tratamento de efluentes líquidos não é atraente para a indústria devido ao alto custo de implantação e manutenção e por não fazer parte de suas atividades fim. O processo dos sistemas de tratamento, normalmente caracteriza por uma complexidade operacional. Há, então, uma procura por soluções que não demandem investimentos e que permitam que as empresas mantenham o foco em suas operações principais.

Além disso, a necessidade da redução de custos, aliada ao apelo ambientalmente correto, viabiliza a implantação de sistemas de redução e reuso de resíduos da produção. Como tais sistemas demandam investimentos e operação, assim como os sistemas de tratamento e destinação final, acabam desmotivando indústrias a implantá-los.

Somando-se os fatos supracitados às restrições da legislação ambiental para controle de poluição, ao lançamento de efluentes e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, delinea-se um mercado de grande potencial para os próximos anos.

Fica claro que a formação de parcerias com o setor industrial para tratamento, redução e reuso de resíduos é apresentada às empresas de saneamento como uma ampliação de sua atuação, fazendo com que elas não se desviem de seu core business de interesse e, ao mesmo tempo, agreguem valor aos serviços prestados.

Como resultado, a indústria mantém sua capacidade produtiva focada em seu negócio de origem, sem a necessidade de imobilização de capital em equipamentos nem estrutura para operação.

Um mercado que já está em início de exploração no Brasil é o de tratamento de efluentes industriais líquidos. Em sua grande maioria, as indústrias produzem efluentes líquidos que não estão no padrão de lançamento na rede coletora municipal para o tratamento em ETEs convencionais, nem para o lançamento em corpo receptor.

Grande parte das indústrias busca, para adequação de seus efluentes, o desenvolvimento de plantas de tratamento próprias, adquirindo equipamentos e operando essas Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) com equipe própria.

A base do modelo de negócios é, então, oferecer um serviço ao setor industrial em que este não necessite investir em equipamentos e operação de plantas de tratamento.

A prestação do serviço de tratamento de efluente industrial abre a possibilidade de oferecer uma enorme gama de outros serviços complementares e, assim, desafogar as empresas para que elas possam investir e focar mais na operação de seu core business.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Além do mercado de recebimento de efluentes, pode-se destacar o de concessões privadas de tratamento, em que a SPE faz uma Estação de Tratamento dedicada a uma determinada indústria ou conjunto de indústrias.

Este conceito faz sentido quando o volume gerado e/ou a distância de transporte até uma planta são impeditivos econômicos para a prestação do serviço ou quando o tratamento do efluente é muito específico, tornando necessário investimento adicional na ETEI apenas para o tratamento deste efluente.

Com isso, são firmados contratos de longo prazo de aluguel de equipamentos e operação e manutenção da planta, aliviando as indústrias ao manter, sob responsabilidade da SPE, a gestão do tratamento, e deixando a empresa geradora apenas como co-responsável, principalmente nos padrões de lançamento de efluente bruto.

Nesse contexto a indústria elimina capital investido e imobilizado, podendo focar-se apenas em sua operação, além de reduzir custos operacionais fora do core business, transformando-os em custos variáveis e diminuindo os riscos ambientais relacionados à operação.

O objetivo é expandir a atuação da SPE aos mercados ainda não atendidos, ou mal atendidos, pelas ETEIs, criando uma empresa modelo para o setor, carente atualmente de soluções como a proposta.

i. participação em cada um dos mercados

Atualmente, a Companhia atua na região de Salto - SP e está desenvolvendo atuação em Itapema - SC e São João do Meriti - RJ.

ii. condições de competição nos mercados

Existem diversas plantas de tratamento de efluentes industriais no Brasil. Ainda em número reduzido, se comparado à demanda e à quantidade de industriais, mas suficiente para estabelecer concorrência. O principal fator para estações de tratamento de efluentes é o transporte. Como o transporte rodoviário tem alto custo, o raio de atuação de cada planta é limitado e limita a possibilidade de redução de preço.

d. eventual sazonalidade

Há grande sazonalidade em determinados segmentos industriais, como o de aterros sanitários que produzem grande quantidade de chorume nos meses de maior incidência de chuvas.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Os principais insumos são os custos com as concessionárias locais de tratamento de esgoto e produtos químicos.

O custo com as concessionárias locais é regulado e tem tarifa definida em cada município, eventualmente com cobranças adicionais por carga poluidora.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Produtos químicos são utilizados para o tratamento da maioria dos efluentes industriais. Tratam-se de produtos primários, com amplo mercado fornecedor. Além disso, em sua maioria, podem ser utilizados substitutos, caso haja aumento de custo ou redução na oferta. Os preços podem ter impacto de câmbio e também fazem parte de algumas fórmulas paramétricas de determinadas concessões.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

Objetivamente, a Companhia não tem concentração de clientes, pela base difusa de pagamento, seja em saneamento através de tarifa pública, seja em iluminação pública, através da cobrança da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública (COSIP).

Porém, como se tratam de contratos de concessão ou PPPs, é importante ressaltar a concentração por contrato.

A Companhia consolida no segmento de saneamento três operações: sua operação como prestadora de serviços de engenharia (operação de sistemas), Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio, com receitas de 2013, 2014 e 2015 abaixo destacadas. Nos casos das concessões de Águas de Itapema e Águas de Santo Antônio a receita é proveniente de tarifa pública, sem concentração por cliente.

No segmento de iluminação, a receita advém das contraprestações estabelecidas pelas PPPs. Apesar de serem contraprestações, a maior parte dos recursos é proveniente da COSIP, receita municipal exclusivamente destinada à iluminação pública.

Apresentamos abaixo, as receitas de 2015 com os respectivos contratos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Saneamento Básico	52.991	56.840	37.191
CONASA - Individual	8.391	8.889	2.394
Águas de Itapema	37.098	40.549	28.225
Águas de Santo Antônio	7.502	7.402	6.572
Sanesul	-	-	-
Conasa-SPE	-	-	-
Iluminação Pública	50.183	-	-
Urbeluz - Individual	25.070	-	-
Alegrete	16.714	-	-
CaraguaLuz	8.399	-	-
Saneamento Ambiental	3.949	2.924	2.321
Sanetrat	3.949	2.924	2.321
Outros	600	302	118
Total	107.723	60.066	39.630

Informações em R\$ mil.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Investidas da CONASA estão sujeitas a autorizações governamentais para as instalações administrativas e operacionais, assim como para a execução de obras (implantação ou ampliação de sistemas). Tratam-se de processos administrativos para a obtenção de alvarás de funcionamento, licenças do corpo de bombeiros e vigilância sanitária, ou complexos processos de licenciamento ambiental e outorga de uso de recursos hídricos, no caso do segmento de investidas na área de saneamento.

Os processos de licenciamento ambiental resultam em licenças prévias, de instalação e operação. Normalmente, o processo de licenciamento ambiental prévio já foi objeto de discussão entre o concedente e as autoridades ambientais na fase de licitação.

Para os casos em que a Licença Ambiental Prévia integra o processo licitatório a obtenção das demais licenças resumem-se ao cumprimento de condicionantes. Caso contrário o processo é mais complexo e moroso, demandando a elaboração de custos e demorados estudos ambientais.

O relacionamento com os órgãos ambientais é em boa parte das regiões onde a Companhia pode atuar, através de suas investidas, bom, dado a política de cumprimento de obrigações legais da CONASA. No entanto, como é de domínio público a velocidade de atendimento das necessidades pelos órgãos ambientais é mais morosa do que a necessidade dos projetos. Há exceções a essa regra.

Durante a exploração dos projetos eventuais problemas com a fiscalização exercida pelos órgãos ambientais sendo que a Companhia tem de maneira geral garantido e defendido os seus procedimentos, quando não na esfera administrativa, por via judicial. Essa postura da empresa não gera desgastes incontornáveis para a regular operação dos projetos nos quais investe.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A CONASA tem foco nas questões ambientais até por que parte significativa das receitas de suas Investidas é proveniente dos serviços de saneamento básico, elemento essencial dentro do contexto da saúde pública de modo estrito e ambiental de maneira mais ampla.

Ocupando essa posição dentro dos processos ambientais, como agente de intervenções ambientais positivas a CONASA considera que os investimentos nessa área são de maneira muito representativa expressos através do investimentos e custos operacionais das empresas nas quais participa.

Tipicamente nas Investidas programas ambientais e ações socioambientais, mesmo as que não decorrem de condicionantes ambientais são consideradas como parte dos custos operacionais. Isso decorre do entendimento da CONASA que o meio ambiente é suporte de suas atividades econômica.

A certificação ISO 9001 e 14000 detida pelas investidas e os sistemas de gestão que decorrem dessa certificação representam os instrumentos de controle externo dado que essas certificações vêm sendo mantidas válidas desde sua obtenção.

c. [dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades](#)

A CONASA não depende de patentes, marcas licenças, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

As investidas nas quais a companhia detém o controle ou participações são dependentes em sua maioria de concessões outorgadas na forma das Leis 8.987/1995 e 11.079/2004.

No segmento de iluminação pública, grande parte das luminárias de tecnologia LED têm em seus contratos proteção à patentes, cabendo à Companhia não divulgar para concorrentes as patentes inseridas na tecnologia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não se aplica

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

No exercício de 2015, a Companhia não divulgou informações sociais e ambientais.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não julga relevante a divulgação de mais informações no item 7 deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 2013, a Companhia foi integralmente adquirida pelo INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Santander Securities Services D.T.V.M., iniciando o processo de aquisição de ativos nos setores de infraestrutura.

Naquele momento, a Companhia detinha a totalidade do capital social da Águas de Itapema e da Águas de Santo Antônio e 63% das ações da Sanetrat, bem como contrato de compra e venda de 98% das ações da Sanesalto, sob condições suspensivas.

Em 30 de maio de 2013, a Conasa adquiriu as 37.000 ações ordinárias restantes, da Araújo de Araújo Consultoria em Saneamento Básico, por R\$ 284.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

Em 05/01/2015 através da décima sétima assembleia geral extraordinária, os acionistas decidiram aumentarem o capital social da Companhia em R\$ 12.200 mil com o AFAC oriundo da CONASA, desta forma esta ficou 50% das ações da companhia.

Em 16 de junho de 2014 a Companhia adquiriu 83,7% do capital social da Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. - "Sanesul", através das negociações abaixo.

Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e a Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar (denominada vendedora), a Conasa adquiriu 75% do capital social da Sanesul, o equivalente a 16.817.950 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 4.006.

8.1 - Negócios extraordinários

Através do contrato de compra e venda de ações, firmado entre a Companhia (denominada compradora) e Jorge Rodrigues Alves (denominado vendedor), a Conasa adquiriu mais 8,70 % do capital social da Sanesul, o equivalente a 1.950.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 1.958.

A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Será amortizado em 120 parcelas mensais, e o primeiro vencimento será dia 26 de junho de 2015 e o último vencimento 26 de maio de 2025. Da mesma forma em 28/12/2015 a Conasa adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A.

A controlada Sanetrat Saneamento S.A. em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014 adquiriu duas cédulas de crédito imobiliário - CCI nos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente. Os títulos serão remunerados a juros de 9% a.a. e atualizados anualmente pelo IPCA. A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT. Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado (“em conjunto, “Alienação Fiduciária”), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”). Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 70.499 mil (setenta milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais), conforme laudo de avaliação judicial. A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à SANETRAT, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito. O objetivo da aquisição é a estruturação de soluções de built to suit ou sale and lease back de estações de tratamento de água ou esgoto industriais, com lastro imobiliário.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 48,08% das ações da Sanesalto e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A CONASA promoveu uma adequação em seu objeto social no ano de 2016 para ampliar o rol de áreas de interesse e possibilidade de exploração de atividades econômicas.

Atuando anteriormente com foco nas concessões e PPP na área de saneamento, a CONASA fez um primeiro movimento adquirindo participação significativa em Investida que atua no mercado de efficientização energética.

Atenta à realidade da infraestrutura no Brasil, a qual oportunizará à iniciativa privada maior quantidade de projetos e atratividade, a CONASA adequou seu objeto social para participação em projetos de infraestrutura como um todo.

Esse é um mercado que demonstra um crescimento representativo e constante em função do conjunto de demandas que existem e da urgência de seu suprimento.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não existem contratos entre a Companhia e suas controladas que não tenham relação direta com as operações das próprias empresas investidas e da Companhia.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1 Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor.**

Os ativos relevantes da Companhia são participações em sociedades de propósito específico concessionárias nos segmentos alvo de atuação, em especial saneamento básico e iluminação pública. Como holding, a Companhia consolida as posições ativas das demonstrações financeiras de suas controladas, fazendo com que seus principais ativos sejam ativos intangíveis conforme CPC 01.

Destacamos abaixo as empresas controladas e coligadas com um breve resumo dos ativos vinculados:

Denominação Social	Sede	Atividades Desenvolvidas	Participação do Emissor	Empresa é controlada ou coligada	Possui Registro na CVM	Valor Contábil da Participação (Patrimônio Líquido / Ativo Total em 2015)	Valorização nos três últimos exercícios (Patrimônio Líquido / Ativo Total em 2013)	Dividendos Recebidos nos últimos 3 exercícios	Razões para manutenção
Companhia Águas de Itapema	Itapema - SC	Concessionária do saneamento básico local	100%	Controlada	Não	PL R\$ 10.061 Ativo R\$ 92.465	PL R\$ 1.207 Ativo R\$ 84.051	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
Águas de Santo Antônio S.A.	Santo Antônio de Pádua - RJ	Concessionária de água municipal	100%	Controlada	Não	PL R\$ (5.218) Ativo R\$ 7.678	PL R\$ (3.699) Ativo R\$ 7.975	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
Sanesul Construtora Saneamento do Sul	São Paulo - SP	Acionista detentora de 49% da Águas de Meriti, concessionária de esgoto de São João do Meriti - RJ	87% ¹	Controlada	Não	PL R\$ (13.563) Ativo R\$ 4.232	PL R\$ 7.520 Ativo R\$ 8.727	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno

¹ Sociedade adquirida em 2015.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Sanesalto Saneamento S.A.	Salto - SP	Concessionária de esgoto de Salto	49% ²	Coligada	Categoria B	PL R\$ (16.143) Ativo R\$ 53.074	PL R\$ (15.077) Ativo R\$ 45.564	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
Urbeluz Energética S.A.	São Paulo - SP	Holding e construtora especializada em gestão de iluminação e eficiência energética	50% ³	Controlada	Não	PL R\$ 22.827 Ativo R\$ 59.025	PL 13.681 Ativo R\$ 43.654	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
Alegrete RJ Participações S.A.	São João do Meriti - RJ	PPP de iluminação pública	Urbeluz detém 100%	Controlada	Não			Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
CaraguaLu z S.A. - SPE	Caraguatuba - SP	PPP de iluminação pública	Urbeluz detém 60%	Controlada	Não			Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno
Sanetrat Saneamento S.A.		Empresa de tratamento de efluentes industriais	100% ⁴	Controlada	Não	PL R\$ 1.219 Ativo R\$ 1.419	PL R\$ 3.666 Ativo R\$ 45.462	Não houve	Ativo alvo e com expectativa de retorno

Informações em R\$ mil.

² Sociedade adquirida em 2015.

³ 18% adquirido em 2014 e 50% em 2015

⁴ 37% adquiridos em 2013

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Bens relacionados ao escritório central	Brasil	PR	Londrina	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Ativos vinculados a concessão do serviço de abast. de água e esgoto sanitário da cidade Itapema-SC	40 Anos	Hipóteses previstas na Lei 8987/95	Discussão a respeito da indenização dos ativos
Concessões	Ativos vinculados a concessão do serviço de abast. de água da cidade Santo Antonio Padua-RJ	30 Anos	Hipóteses previstas na Lei 8987/95	Discussão a respeito da indenização dos ativos
Concessões	Ativos vinculados a concessão do serviço de esgotamento sanitário na cidade de Salto-SP	25 Anos	Hipóteses previstas na Lei 8987/95	Discussão a respeito da indenização dos ativos
Concessões	Ativos vinculados à PPP da Alegrete	25 anos	Eventos previstos na Lei 8987/95 e 11.079/04	Discussão sobre indenização de investimentos realizados e lucros cessantes
Concessões	Ativos vinculados à PPP da CaraguáLuz	13 anos	Eventos previstos na Lei 8987/95 e 11.079/04	Discussão sobre indenização de investimentos realizados e lucros cessantes
Concessões	Ativos vinculados à concessão de esgoto da Águas de Meriti	30 anos	Eventos previstos na Lei 8987	Discussão sobre indenização de investimentos realizados e lucros cessantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Aguas de Santo Antônio S/A	06.202.614/0001-32	-	Controlada	Brasil	RJ	Santo Antônio de Pádua	Tratamento de água	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	5.816.898,20		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
Companhia Aguas de Itapema	06.220.197/0001-50	-	Controlada	Brasil	SC	Itapema	Tratamento de água e de esgotamento sanitário	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	11.867.580,01		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
Conasa SPE S.A	20.220.446/0001-39	-	Controlada	Brasil	SP	SAO PAULO	Gestão de Resdes de Esgoto	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	667.736,01		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
SANESALTO SANEAMENTO S/A	02.724.983/0001-34	1959-3	Coligada	Brasil	SP	Salto	Tratamento de esgotamento sanitário	48,080000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	17.212.639,90		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-16.142.611,03		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S/A	62.648.688/0001-78	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Serviços Especializados para Construção e Engenharia	83,700000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	-11.352.078,34		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
Sanetrat Saneamento S/A	08.497.230/0001-10	-	Controlada	Brasil	SP	Salto	Tratamento de resíduos e esgotamento sanitário	100,000000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	1.965.605,90		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								
Urbeluz Energética S/A	00.587.811/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação pública	50,000000
Valor mercado								
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2015	8.176.430,05		
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento								

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações desta seção estão apresentadas em milhares de Reais.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria acompanha as condições financeiras e patrimoniais da Companhia com grande enfoque em capacidade de conclusão dos investimentos e capacidade de pagamento dos financiamentos, utilizados em grande parte para realização dos investimentos vinculados às concessões e PPPs.

O EBITDA é comumente utilizado pelo mercado para mensurar a geração de resultado operacional de uma companhia. A Companhia utiliza tal medição para avaliar a capacidade de geração de resultado no período para cobertura do pagamento de financiamentos e realização dos investimentos previstos. Em especial, a razão entre o EBITDA e a dívida líquida da Companhia e de cada subsidiária é um fator observado, a qual mede a capacidade de pagamento dos projetos operacionais.

Além disso, a margem de EBITDA permite avaliar eficiência operacional da Companhia e a comparação entre empresas de setores correlatos, mesmo com empresas de portes distintos.

EBITDA	2015	2014	2013
Lucro Líquido	24.548	10.000	(11.562)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.394	2.015	1.571
Depreciação e Amortização	5.332	5.304	3.903
Resultado Financeiro	13.453	10.227	11.810
EBITDA	44.727	27.546	5.722
Margem EBITDA	60,16%	45,86%	14,44%

A Companhia avançou significativamente na busca de eficiência operacional para melhoria das margens de EBITDA. A Diretoria entende que a Companhia apresenta, a partir de 2015, margens financeiras adequadas.

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dívida Bruta	94.038	77.090	68.178
Disponibilidades	5.012	20.294	2.535
Conta Reserva	4.262	3.405	3.165
Dívida Líquida	84.764	53.391	62.478
Dívida Líquida EBITDA	1,90 x	1,94 x	10,92 x

A Diretoria entende que os resultados obtidos com o aumento de eficiência e aumento de base de projetos de longo prazo refletem na adequada alavancagem apresentada no exercício de 2015.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia ampliou suas atividades através de aportes de capital. A Diretoria entende que tais aportes melhoraram significativamente a estrutura de capital e ampliaram a capacidade de crescimento da Companhia.

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com capital social de R\$ 48.484, exercício de 2014 com R\$ 141.584 e exercício de 2015 com R\$ 158.187. O patrimônio líquido evoluiu de R\$ 22.384 em 2013, para R\$ 129.835 em 2014 e R\$ 176.898 em 2015.

O percentual de capital próprio subiu de 19% em 2013 e 55% em 2014 para 56% em 2015.

Consolidado	2015	2014	2013
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	136.529	105.130	93.028
Patrimônio Líquido	176.898	129.835	22.384
Passivo Total	313.427	234.965	115.412
Capital de Terceiros	44%	45%	81%
Capital Próprio	56%	55%	19%

Não existe possibilidade de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em sua maioria, os financiamentos estão lastreados no fluxo de caixa futuros das SPEs, na modalidade de Project Finance, os quais tem performado e garantido a viabilidade financeira de cada projeto e a capacidade de pagamentos da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O histórico operacional da Companhia e de suas controladas e coligadas demonstra a solidez financeira e permite a projeção do fluxo de caixa operacional de cada sociedade de propósito específico, suficiente para pagamento dos financiamentos adquiridos na modalidade de Project Finance.

Além disso, a Administração tem trabalhado para a redução dos níveis de endividamento evidenciados pela razão Dívida Líquida EBITDA demonstrada no item 10.1.a. deste formulário de referência.

d) [Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas](#)
Projetos de infraestrutura são caracterizados pela alta demanda de recursos no início das concessões para concretização dos investimentos necessários e respectiva receita oriunda dos investimentos.

É usual, portanto, a necessidade de financiamentos de grandes valores para conclusão dos investimentos e redução da exposição de caixa de cada sociedade de propósito específico detentora da concessão.

Em sua maioria, os investimentos integram o ativo não circulante da Companhia, pelo característico retorno de longo prazo.

A Companhia utiliza o mercado de capitais e financiamentos estruturados, em sua maioria na modalidade de Project Finance, em que o fluxo de caixa futuro do projeto serve de garantia para o financiador.

Além disso, notadamente nos setores de saneamento e energia, existem linhas específicas estruturadas pelo Governo Federal, como BNDES e Saneamento para Todos, que podem ser acessadas. A Diretoria entende que as necessidades de recurso via financiamentos são compatíveis com a capacidade de pagamento de cada SPE e da Companhia, bem como acessíveis.

Para maiores informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e) [Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez](#)

O recente cenário macroeconômico reduziu significativamente o crédito disponível para investimentos, em especial de longo prazo.

Com tal cenário, a Companhia buscou solidificar as operações e reduzir o nível de endividamento. Nesse contexto, não há significativa necessidade de alavancagem, e a Diretoria entende ser compatível com a capacidade de financiamento da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria pretende combinar financiamentos de curto prazo para suprimento de deficiência de liquidez momentâneas ou empréstimos ponte para início de operação de parcela das SPEs, bem como financiamentos de bancos de fomento para projetos de longo prazo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os atuais empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB), estruturadas como financiamentos na modalidade de Project Finance, utilizados pela Companhia e suas Controladas para realização de investimentos de longo prazo nas concessões.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidada					
			31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Empréstimos e financiamentos</u>								
Capital de giro - PRÉ	nov/14	22,71%	-	-	386	-	60	-
Outros empréstimos e financiamentos		12,00%	3	282	492	-	486	-
Debentures (Conasa-SPE) nota.15.4	jun/24	10,50%	2.130	11.451	-	-	-	-
Debentures (Urbeluz) nota 15.4	jul/15	9,32%	3.178	-	-	-	-	-
Empréstimos Execução Obras		12,00%	5.386	-	-	-	-	-
Capital de giro - CDI (Urbeluz)	dez/18	5,80%	4.537	9.079	-	-	-	-
Cédulas de crédito bancário - IGPM	jun/19	10,50%	13.713	43.282	15.297	48.981	14.206	53.391
			28.947	64.094	16.175	48.981	14.752	53.391
<u>Arrendamentos mercantis financeiros</u>								
Finame - PRÉ (Urbeluz)	abr/19	8,81%	105	192	-	-	-	-
Leasing - PRÉ	dez/15	22,08%	4	688	4	-	35	-
			109	688	4	-	35	-
			29.056	64.782	16.179	48.981	14.787	53.391

A amortização dos financiamentos é compatível com a geração de fluxo de caixa das Companhias.

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2016	231	15.983
2017	231	13.802
2018	229	13.802
Após 2018	-	21.396
Total	691	64.983

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, especialmente cessão do fluxo de recebíveis das concessões e alienação das ações das SPEs. Além disso, contam em sua maioria com alienação de aplicações financeiras utilizadas como contas reserva.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía em seu passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras relevantes, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia e suas controladas não tem restrições impostas pelos financiamentos com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos e emissão de novos valores mobiliários.

A única Companhia que tem restrição à alienação de controle societário em decorrência de covenants de financiamentos é a Águas de Santo Antônio, conforme descrito da Cédula de Crédito Bancário. Poderá haver vencimento antecipado se, sem o expresse consentimento do Credor, a Águas de Santo Antônio e/ou qualquer de suas Afiliadas, sofrerem qualquer operação de transformação, incorporação, fusão, cisão ou alteração societária, ou ainda, caso ocorra modificação de seu objeto social, de modo a alterar substancialmente o ramo de negócios em que atualmente opera, se houver qualquer forma de alienação, compartilhamento ou redução, de fato ou de direito, de poder de controle, direto ou indireto da Águas de Santo Antônio e/ou quaisquer de suas afiliadas.

A Coligada Sanesalto tem restrições, as quais podem impactar o fluxo de dividendos da Companhia durante a vigência das debêntures, sendo:

- Mudança de controle societário da Emissora, sem que os debenturistas, previamente reunidos em AGD especialmente convocada para este fim, aprovem referida alteração, observado o quórum de 75% das debentures em circulação;
- Pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, bem como o pagamento de qualquer remuneração aos acionistas
- Assunção de obrigações, contratação ou concessão de empréstimos, financiamentos e outorga de garantias a qualquer título, a acionistas ou a qualquer pessoa física ou jurídica, fora do curso normal dos negócios, ressalvadas hipóteses de alienação pela Cia. das debentures desta Emissão que se encontram em tesouraria e de assunção de novas obrigações para liquidação da obrigação existente relativamente às debentures emitidas, sem que os debenturistas, previamente reunidos em AGD especialmente convocada para este fim, aprovem referida alteração, observado o quórum de 75% das debentures em circulação;
- Aquisição e alienação de bens do ativo fixo da Emissora, fora do curso normal dos negócios; e
- Redução do capital social da companhia, criação de ônus ou gravames sobre bens móveis ou imóveis da Emissora, emissão de novas ações, debentures, bônus de subscrição, ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários, criação de novas espécies ou classe de ações, desdobramentos ou grupamentos de ações, sem que os debenturistas, previamente reunidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em AGD especialmente convocada para este fim, aprovem referida alteração, observado o quórum de 75% das debentures em circulação.

f) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui financiamento contratados e não utilizados.

g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Diretoria apresenta os comentários sobre as variações significativas entre os exercícios de 2015 e 2014, bem como entre os exercícios de 2014 e 2013.

Análise do Demonstrativo de Resultado do Exercício

COMPARATIVO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

<u>Demonstrações de Resultado</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação 2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação 2014/2013</u>	<u>2013</u>
Receita líquida	107.723	79	60.066	52	39.630
Custos operacionais	(55.304)	77	(31.245)	99	(15.713)
<u>Lucro Bruto</u>	<u>52.419</u>	<u>82</u>	<u>28.821</u>	<u>21</u>	<u>23.917</u>
<u>Despesas operacionais</u>	<u>(21.207)</u>	<u>32</u>	<u>(16.017)</u>	<u>(53)</u>	<u>(33.908)</u>
Despesas gerais e administrativas	(26.196)	28	(20.391)	5	(19.471)
Despesas com vendas	(2.826)	(19)	(3.507)	44	(2.433)
Despesas tributárias	(114)	(60)	(286)	47	(194)
Outras receitas e despesas	1.465	(24)	1.923		0
Resultado com equivalência patrimonial	(732)	(879)	94		0
Compra vantajosa	20.649	26	16.377		0
Resultado financeiro	(13.453)	32	(10.227)	(13)	(11.810)
<u>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</u>	<u>31.212</u>	<u>144</u>	<u>12.804</u>	<u>(228)</u>	<u>(9.991)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(5.270)	162	(2.015)	28	(1.571)
<u>Lucro líq. do exercício proveniente de operações em continuidade</u>	<u>25.942</u>	<u>140</u>	<u>10.789</u>	<u>(193)</u>	<u>(11.562)</u>
Prej. do ex. proveniente do ativo mantido para venda, líq. de imposto	(1.394)	77	(789)		0
<u>Lucro Líquido do exercício</u>	<u>24.548</u>	<u>145</u>	<u>10.000</u>	<u>(186)</u>	<u>(11.562)</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Variações de Receita

<u>Receita Operacional Bruta</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação 2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação 2014/2013</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de serviços	14.998	17,57	12.757	146,13	5.183
Receita de locação de veículos	99	22,22	81		0
Receita de locação de equipamentos	183	-30,42	263		0
Receita bruta de serviços (saneamento)	44.767	14,70	39.030	9,54	35.630
Receita bruta de serviços (energia)	56.418		0		0
Receita de construção	3.952	-65,63	11.500	5324,53	212
Receita não faturada	0	-100,00	-543	-200,00	543
<u>Receita operacional bruta</u>	<u>120.417</u>	<u>90,87</u>	<u>63.088</u>	<u>51,77</u>	<u>41.568</u>

A Receita bruta operacional consolidada da CONASA, desconsiderando-se Receita de construção, aumentou de R\$ 41.356 em 2013 para R\$ 51.588 em 2014. Este aumento de R\$ 10.232 deve-se em parte ao aumento da receita proveniente das empresas de saneamento, aumento de R\$ 3.400, e em grande parte aumento de receita bruta de serviços além das concessionárias, aumento de R\$ 7.918. O restante da variação deve-se a Receita não faturada, de -R\$ 1.086.

A receita bruta operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 63.631 em 2014 para R\$ 121.856 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da SANESALTO quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

Varição de Custos

<u>Custos dos Serviços prestados</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação 2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação 2014/2013</u>	<u>2013</u>
Custos com pessoal	-10.566	89,02	-5.590	41,95	-3.938
Custos com materiais e insumos	-12.089	627,81	-1.661	-45,29	-3.036
Custos com produtos químicos	-1.016	-17,73	-1.235	20,14	-1.028
Custos com serviços de terceiros	-6.159	33,77	-4.604	56,39	-2.944
Custos com amortização	-5.094	3,85	-4.905	44,65	-3.391
Custos com energia elétrica	-16.428	838,74	-1.750	50,34	-1.164
Custos com construção	-3.952	-65,63	-11.500	5.324,53	-212
<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>-55.304</u>	<u>77,00</u>	<u>-31.245</u>	<u>98,85</u>	<u>-15.713</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Custos dos Serviços Prestados, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 12.110 em 2013 e R\$ 14.840 em 2014. As Rubricas que mais influenciaram este aumento foram Custos com pessoal de R\$ 1.652 e Custos com serviços de terceiros de R\$ 1.660, aumentos naturais em decorrência do aumento das operações. Em contrapartida, a companhia conseguiu reduzir significativamente os Custos com materiais e insumos em R\$ 1.375, resultado de um trabalho contínuo de aumento de eficiência.

Os Custos dos Serviços Prestados ao final de 2015, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 46.258.

Primeiramente, o impacto no comparativo entre 2014 e 2015 reflete a consolidação contábil da URBELUZ, a qual apresentou custos de R\$ 31.157.

O aumento de energia elétrica acima da inflação, desde outubro de 2014, com a implantação de bandeira tarifária em janeiro de 2015 e aumento esporádico em março de 2015, impactou diretamente o custo da Companhia e suas subsidiárias. Os reajustes tarifários tendem a absorver os aumentos e, em alguns casos, as subsidiárias vêm sendo ressarcidas dos custos pela bandeira tarifária, em reequilíbrio dos Contratos de Concessão.

Lucro (prejuízo) bruto

A CONASA apresentou prejuízo de R\$ 11.562 em 2013, e lucro de R\$ 10.000 em 2014. Reversão do prejuízo deu-se em decorrência do aumento do Faturamento superior aos Custos e Despesas Operacionais.

Em 2015 lucro líquido aumenta, para R\$ 24.548.

O resultado reflete a execução do plano de negócios da CONASA, essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Despesas operacionais

<u>Depesas operacionais</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação 2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação 2014/2013</u>	<u>2013</u>
Despesas administrativas	-26.196	28,47	-20.391	4,72	-19.471
Despesas com vendas	-2.826	-19,42	-3.507	44,14	-2.433
Despesas tributárias	-114	-60,14	-286	47,42	-194
Outras receitas e despesas	1.465	-23,82	1.923		0
Resultado com equivalência patrimonial	-732	-878,72	94		0
Compra vantajosa	20.649	26,09	16.377		0
Resultado financeiro	-13.453	31,54	-10.227	-13,40	-11.810
<u>Despesas operacionais</u>	<u>-21.207</u>	<u>32,40</u>	<u>-16.017</u>	<u>-52,76</u>	<u>-33.908</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Despesas operacionais de 2014, descontando a Compra Vantajosa foram de R\$ 32.394, menor que em 2013, que foram de R\$ 33.908. Redução esta em decorrência da otimização da estrutura administrativa e comercial da companhia.

Em 2015, também desconsiderando-se a Compra vantajosa, as Despesas operacionais foram de R\$ 41.856, em grande parte decorrência da consolidação contábil da URBELUZ, impactando principalmente as Despesas Administrativas e Resultado Financeiro.

Despesas financeiras líquidas

<u>Despesas financeiras líquidas</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação</u> <u>2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação</u> <u>2014/2013</u>	<u>2013</u>
Despesas Financeiras					
Juros sobre empréstimos	-2.776	-76,30	-11.712	0,68	-11.633
Juros sobre debêntures	0	-100,00	-1.695		0
Juros sobre CCBs	-9.120		0		0
Despesas bancárias	-2.757	436,38	-514	-7,05	-553
Juros tributários	-2.178	34,53	-1.619	259,78	-450
Outras despesas financeiras	-2.579	658,53	-340	1159,26	-27
	<u>-19.410</u>	<u>22,23</u>	<u>-15.880</u>	<u>25,40</u>	<u>-12.663</u>
Receitas Financeiras					
Rendimentos sobre aplicação	892	67,98	531	52,59	348
Juros sobre faturamento	176	-59,07	430	30,70	329
Desconto obtido	9	0,00	9	-88,89	81
Rendimento sobre cédula de crédito imob.	0	-100,00	2.689		0
Rendimento sobre títulos de dívidas	0	-100,00	1.640		0
Outras receitas financeiras	4.880	1.278,53	354	272,63	95
	<u>5.957</u>	<u>5,38</u>	<u>5.653</u>	<u>562,72</u>	<u>853</u>
<u>Despesas Financeiras Líquidas</u>	<u>-13.453</u>	<u>31,54</u>	<u>-10.227</u>	<u>-13,40</u>	<u>-11.810</u>

Em 2013, as Despesas financeiras líquidas foram um pouco maiores que em 2014, respectivamente R\$ 11.810 e R\$ 10.227. Esta redução é explicada pelo aumento maior das Receitas Financeiras (aumento de R\$ 4.800) do que das Despesas Financeiras (R\$ 3.217).

As Despesas financeiras líquidas em 2015, conforme comentado anteriormente, deve-se em grande parte à consolidação contábil da URBELUZ.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Demonstrações Financeiras Padronizadas			% Variação 2015/2014	% Variação 2014/2013
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013		
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5.012	20.294	2.535	-75%	701%
Clientes	35.905	5.211	5.417	589%	-4%
Créditos Tributários	4.160	-	-		
Estoques	5.862	-	-		
Adiantamentos	1.060	6.463	134	-84%	4723%
Partes Relacionadas	166	166	757	0%	-78%
Títulos de Valores Mobiliários	47.244	32.397	-	46%	
Outros Créditos	5.750	832	3.012	591%	-72%
Total do Circulante	105.159	65.363	11.855	61%	451%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Partes Relacionadas	17.011	-	166		-100%
Títulos de Valores Mobiliários	15.672	15.268	3.173	3%	381%
Créditos Tributários	5.255	-	-		
Outros Créditos	2.436	14.010	20.119	-83%	-30%
Ativos Destinados à Venda	42.305	40.853	-	4%	
Total do Realizável a Longo Prazo	82.679	70.131	23.458	18%	199%
Investimentos	15.563	-	-		
Imobilizado	16.209	8.162	2.491	99%	228%
Intangível	93.817	91.309	77.608	3%	18%
Total do Ativo Não Circulante	208.268	169.602	103.557	23%	64%
TOTAL Total do Ativo	313.427	234.965	115.412	33%	104%
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	11.688	4.640	4.268	152%	9%
Empréstimos e Financiamentos	29.056	17.172	14.787	69%	16%
Pessoal a Pagar	966	912	633	6%	44%
Encargos Sociais a Pagar	1.801	1.065	652	69%	63%
Encargos Tributários a pagar	8.328	4.514	2.211	84%	104%
Impostos e Contribuições Parcela	1.172	443	1.986	165%	-78%
Partes Relacionadas	40	134	692	-70%	-81%
Outras Contas a Pagar	921	5.420	5.402	-83%	0%
Dividendos a Pagar	1.420	-	-		
Total do Circulante	55.392	34.300	30.631	61%	12%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	64.782	60.168	53.391	8%	13%
Impostos e Contribuições Parcela	10.427	7.682	4.401	36%	75%
Partes Relacionadas	500	-	-		
Provisões para Perdas c/Investim	-	364	-	-100%	
Passivos diretamente Assoc. a At	42	164	-	-74%	
Provisões para Contingências	5.386	2.452	4.605	120%	-47%
Total do Passivo Não Circulante	81.137	70.830	62.397	15%	14%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	158.187	141.584	48.484	12%	192%
Reservas	452	-	-		
Resultado do Período	20.232	10.129	(19.304)	100%	-152%
Lucro/Prejuízos Acumulados	(15.971)	(26.100)	(6.796)	-39%	284%
Participação de não controladore	13.998	4.222	-	232%	
Total do Patrimônio Líquido	176.898	129.835	22.384	36%	480%
TOTAL	313.427	234.965	115.412	33%	104%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia evoluiu significativamente, R\$ 11.885 em 2013 para R\$ 105.159, fruto em grande parte dos aportes de capital recebidos pela Companhia e aquisição de operações e ativos, bem como novas PPPs iniciadas entre 2014 e 2015.

Caixa

O caixa passou por uma elevação em 2014, fruto de um aporte recebido em dezembro e não revertido para investimentos imediatamente. O nível atual de caixa, de R\$ 5.012 reflete a alta demanda de recursos de investimentos consumidos de 2013 a 2015, com um aumento do prazo médio de recebimento evidenciado pelo aumento de Clientes a Receber.

Clientes a Receber

O saldo de Clientes a Receber reflete em parte a consolidação contábil da adquirida Urbeluz, com saldo individual de R\$ 21.692, reflexo em grande parte de obras realizadas e faturadas a receber. O restante do aumento do saldo de Clientes a Receber, de R\$ 35.905, é resultado do significativo aumento de receita e, portanto, do volume em aberto durante o prazo médio de recebimento. Em 2015, a Companhia não incorreu em aumento significativo de inadimplência.

Créditos Tributários – Circulante

O aumento de créditos tributários, de R\$ 0 para R\$ 4.160, reflete em sua totalidade a consolidação contábil a partir de 2015 da controlada Urbeluz. Os créditos tributários referem-se na maior parte da controlada Urbeluz Energética S.A. no montante de curto prazo de R\$ 3.529 mil de impostos a recuperar no próximo exercício e no longo prazo o montante de 5.255 mil que se refere a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas Alegrete RJ Participações e na Caraguá Luz S.A. - SPE. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante.

Estoques

O aumento de estoque, de R\$ 0 para R\$ 5.862, reflete a consolidação contábil da Urbeluz e o levantamento de estoque da Águas de Itapema, por ser o primeiro ano com estoque relevante. O estoque de ambas reflete equipamentos adquiridos para futuros investimentos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adiantamentos

A variação de adiantamentos reflete a execução de investimentos pela Companhia e suas controladas. Durante a execução, valores contratuais definidos para mobilização são alocados em adiantamentos até a emissão do respectivo comprovante fiscal.

A redução de saldo entre o exercício de 2014 e 2015 reflete a conclusão de investimentos na Águas de Itapema e na Urbeluz, que possibilitaram a conclusão dos respectivos contratos de obra e emissão de comprovante fiscal.

Partes Relacionadas – Circulante

A Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

	2015	Consolidado 2014	2013
Ativo circulante			
Partes Relacionadas			
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	50
Infra Patrimonial - Fundo de Investimento	-	-	34
Envimax Consultoria	-	-	100
GPI Participações e Investimentos S.A.	-	-	522
MSL Engenharia Ltda	-	-	15
AMC Construções Ltda	-	-	36
Consórcio Construtor Catarinense	166	166	-
	166	166	757

(*) Os saldos a receber de Companhia Águas de Itapema e Sanesul Construtora Saneamento S.A., reconhecidos no ativo da controladora, foram transferidos para o não circulante, considerando a não realização dentro do próximo exercício.

(**) Os saldos residuais são referentes partes relacionadas que não fazem parte da presente consolidação, dessa forma não foram eliminados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Títulos e Valores Mobiliários- Circulante

Os valores registrados na conta títulos de valores mobiliários, contempla debêntures a receber de coligadas e cédulas de créditos imobiliários, conforme segue:

- (a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Será amortizado em 120 parcelas mensais, e o primeiro vencimento será dia 26 de junho de 2015 e o último vencimento 26 de maio de 2025. Da mesma forma em 28/12/2015 a Conasa Companhia Nacional de Saneamento adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A
- (b) A controlada Sanetrat Saneamento S.A. em 30 de maio de 2014 e 05 de agosto de 2014 adquiriu duas cédulas de crédito imobiliário - CCI nos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente. Os títulos serão remunerados a juros de 9% a.a. e atualizados anualmente pelo IPCA. A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT. Como garantia da operação, foi firmado Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia, posteriormente aditado (“em conjunto, “Alienação Fiduciária”), estando ambos devidamente registrados na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”). Em relação à Alienação Fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor global das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado pelo valor total de R\$ 70.499 mil (setenta milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais), conforme laudo de avaliação judicial. A obrigação de pagamento das parcelas do crédito, nos termos das cédulas de créditos imobiliário cedidas e transferidas, de forma onerosa, à SANETRAT, caberia à Marfrig, diretamente (sendo as Emissoras devedoras solidárias), uma vez notificada esta empresa, da cessão dos créditos do arrendamento, o que foi feito. A Ação de Falência determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brazal, que estavam cedidos à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência.

A variação entre os exercícios de 2013 e 2015 reflete a aquisição de tais ativos.

Outros Créditos- Circulante

A variação entre 2015 e 2014 do saldo de outros créditos se refere à consolidação da Urbeluz e os saldos desta referentes a dividendos a receber das SPEs, precatórios a compensar e adiantamentos diversos.

Partes Relacionadas – Não Circulante

A Companhia e suas controladas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. A seguir, os saldos entre partes relacionadas:

	2015	Consolidado 2014	2013
Ativo não circulante			
Partes Relacionadas			
Companhia Aguas de Itapema (*)	-	-	-
Urbeluz Energética S.A. (**)	11.846	-	-
Sanesul Const. Saneamento Sul S.A. (*) (**)	1.649	-	-
Envimax Consultoria (**)	3.516	-	-
	17.011	-	-

(*) Os saldos a receber de Companhia Águas de Itapema e Sanesul Construtora Saneamento S.A., reconhecidos no ativo da controladora, foram transferidos para o não circulante, considerando a não realização dentro do próximo exercício.

(**) Os saldos residuais são referentes partes relacionadas que não fazem parte da presente consolidação, dessa forma não foram eliminados.

A variação entre os exercícios reflete a consolidação contábil da Urbeluz e o investimento na Sanesul e na Envimax.

Títulos e Valores Mobiliários- Não Circulante

A variação de títulos e valores mobiliários no ativo não circulante entre os exercícios de 2013 e 2014 reflete o aumento dos saldos das contas reservas de pagamentos dos financiamentos, bem como a aquisição pela CONASA SPE das debentures da Sanesalto.

Créditos Tributários – Não Circulante

A variação entre os exercícios reflete a consolidação contábil da Urbeluz.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros Créditos- Não Circulante

A variação entre 2015 e 2014 do saldo de outros créditos se refere à consolidação da Urbeluz e os saldos desta referentes a dividendos a receber das SPEs, precatórios a compensar e adiantamentos diversos.

Ativo Destinado à Venda

A evolução dos ativos destinados à venda reflete o saldo contábil da Sanesul, após sua aquisição em 2014, bem como aportes adicionais realizados na SPE pela Companhia para execução de investimento.

Investimentos

A posição de investimentos reflete ativos não consolidados pela Companhia, principalmente Sanesalto. A evolução entre 2014 e 2015 advém da aquisição de 48,8% das ações da Sanesalto.

Imobilizado

A evolução do ativo imobilizado, de R\$ 2.491 em 2013 para R\$ 8.162 em 2014 e R\$ 16.209 em 2015 reflete o aumento de investimentos realizado pela Companhia e suas controladas, em especial o investimento feito no exercício de 2014 e principalmente 2015 pela Sanetrat na expansão da estação de tratamento de efluentes industriais de Salto - SP e na aquisição de terreno em Santa Catarina para desenvolvimento de nova planta.

Intangível

O ativo intangível registra todos os ativos vinculados às concessões e PPPs, conforme CPC 01. O aumento principalmente de 2013 para 2014 reflete os investimentos realizados pela Águas de Itapema e a aquisição da Sanesul, cuja combinação de negócios é registrada como intangível.

Passivo

Passivo Circulante

O saldo da conta de passivo circulante aumentou 12% entre 2013 e 2014 e 61% entre 2014 e 2015, subindo para R\$ 55.392, grande parte resultado da consolidação contábil a partir de 2015 da Urbeluz.

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou essencialmente pela consolidação contábil a partir de 2015 da Urbeluz, cujo saldo nessa rubrica encerrou o exercício de 2015 em R\$ 7.349, totalizando R\$ 11.688 no balanço consolidado da CONASA, contra R\$ 4.640 em 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e Financiamentos

Conforme destacado no item 10.1.f do Formulário de Referência, a Companhia tem principalmente financiamentos de longo prazo. O crescimento do saldo circulante de empréstimos e financiamentos de R\$ 14.787 em 2013 para R\$ 17.172 em 2014 reflete as correções monetárias dos financiamentos. O aumento de saldo em 2015, para R\$ 29.056 reflete a consolidação da Urbeluz.

Encargos tributários a pagar

O saldo de encargos tributários aumentou essencialmente pela consolidação contábil a partir de 2015 da Urbeluz, cujo saldo nessa rubrica encerrou o exercício de 2015 em R\$ 5.797, totalizando o saldo R\$ 8.328.

Passivo não Circulante

O saldo da conta de passivo não circulante encerrou 2015 em R\$ 81.137, ante R\$ 70.830 no ano anterior, grande parte resultado da consolidação contábil a partir de 2015 da Urbeluz.

Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante

O crescimento do saldo não circulante de empréstimos e financiamentos de R\$ 60.168 em 2014 para R\$ 64.782 em 2015 reflete as correções monetárias dos financiamentos e a consolidação da Urbeluz.

Impostos e Contribuições Parcelados

O aumento de saldo em 2015 se refere à impostos de curto prazo consolidados no parcelamento pela Lei 12.996/14, transferidos do passivo circulante para o passivo não circulante, além da consolidação contábil da Urbeluz.

Provisões

O saldo de provisões foi revisado, impactado pela consolidação da Urbeluz, com saldo individual de R\$ 2.952.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido evoluiu de R\$ 22.384 em 2013, para R\$ 129.835 em 2014 e R\$ 176.898 em 2015. A evolução é resultado do aumento do capital social da Companhia combinado ao aumento do Lucro Líquido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Capital Social

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com capital social de R\$ 48.484, exercício de 2014 com R\$ 141.584 e exercício de 2015 com R\$ 158.187. O aumento do capital social é proveniente de aportes de capital e integralização de ações ordinárias realizadas pelo controlador.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

<u>Receita Operacional Bruta</u>	<u>2015</u>	<u>% Variação</u> <u>2015/2014</u>	<u>2014</u>	<u>% Variação</u> <u>2014/2013</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de serviços	14.998	17,57	12.757	146,13	5.183
Receita de locação de veículos	99	22,22	81		0
Receita de locação de equipamentos	183	-30,42	263		0
Receita bruta de serviços (saneamento)	44.767	14,70	39.030	9,54	35.630
Receita bruta de serviços (energia)	56.418		0		0
Receita de construção	3.952	-65,63	11.500	5324,53	212
Receita não faturada	0	-100,00	-543	-200,00	543
<u>Receita operacional bruta</u>	<u>120.417</u>	<u>90,87</u>	<u>63.088</u>	<u>51,77</u>	<u>41.568</u>

A Receita bruta operacional consolidada da CONASA, desconsiderando-se Receita de construção, aumentou de R\$ 41.356 em 2013 para R\$ 51.588 em 2014. Este aumento de R\$ 10.232 deve-se em parte ao aumento da receita proveniente das empresas de saneamento, aumento de R\$ 3.400, e em grande parte aumento de receita bruta de serviços além das concessionárias, aumento de R\$ 7.918. O restante da variação deve-se a Receita não faturada, de -R\$ 1.086.

A receita bruta operacional consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento, saindo de R\$ 63.631 em 2014 para R\$ 121.856 em 2015. A elevação de receitas advém essencialmente do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias, bem como do aumento de capital na URBELUZ que permitiu a consolidação contábil.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita bruta operacional consolidada deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, aumento de receita das concessões com as revisões tarifárias e reequilíbrios econômico financeiros de contratos e consolidação contábil da SANESALTO quando da transferência das ações, a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As empresas do grupo têm, em sua maioria, contratos vinculados a índices de inflação, com reajustes anuais de tarifas de concessão ou contraprestação de PPPs.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Entre os exercícios de 2013 e 2015, os principais impactos na receita devido a inflação foram relativos à Águas de Itapema, com reajustes de 1,84% e 9,06% e Águas de Santo Antônio com reajustes de 5,90% e 6,41%.

Além disso, a receita foi afetada pela introdução do segmento de iluminação pública, em especial a criação da Alegrete e da CaraguaLuz.

c. [impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante](#)

Os custos, excluídos os efeitos de custos de construção e amortização do ativo intangível, somaram R\$ 46.258, e as despesas, excluídos os efeitos de PECLD e depreciação do ativo imobilizado, R\$ 37.117.

Primeiramente, o impacto no comparativo entre 2014 e 2015 reflete a consolidação contábil da URBELUZ, a qual apresentou custos de R\$ 31.157 e despesas de R\$ 7.663.

O aumento de energia elétrica acima da inflação, desde outubro de 2014, com a implantação de bandeira tarifária em janeiro de 2015 e aumento esporádico em março de 2015, impactou diretamente o custo da Companhia e suas subsidiárias. Os reajustes tarifários tendem a absorver os aumentos e, em alguns casos, as subsidiárias vêm sendo ressarcidas dos custos pela bandeira tarifária, em reequilíbrio dos Contratos de Concessão.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia agregou o segmento de iluminação pública.

Tal segmento foi responsável no exercício de 2015, primeiro exercício de consolidação, por receita líquida de R\$ 50.183 e lucro operacional de R\$ 19.026.

A expectativa da Administração é que o segmento continue a apresentar expansão, conforme já relatado na seção de Eventos Subsequente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além das empresas vinculadas ao segmento operacional de iluminação pública com resultado relatado no item 10.3.a deste formulário, a Companhia adquiriu participações relevantes.

- **Sanesul:** detentora de 49% da Águas de Meriti, concessionária de saneamento básico da cidade de São João do Meriti - RJ. A Águas de Meriti entrou em operação efetiva em 2016, cujo resultado poderá afetar as demonstrações da Companhia.
- **Sanetrat:** aumento de participação na empresa de tratamento de efluentes industriais em 2013, passando de 63% para 100% das ações.
- **Sanesalto:** em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

Além disso, a Companhia e suas controladas constituíram sociedades de propósito específico:

- **Alegrete RJ Participações S.A.:** Companhia constituída em 03 de dezembro de 2013, possui contrato de concessão administrativa com o Município de São João do Meriti, pelo prazo de 25 anos, para gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti;
- **Caragua Luz S.A. - SPE:** Sociedade de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

- **MarabáLuz:** em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.
- **Mauá Luz:** em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houveram entre os exercícios de 2013 a 2015 mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 contém ênfase.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas e coligadas mantêm relações e transações relevantes com partes relacionadas e, entre elas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros e operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes, com o objetivo de cumprimento de suas obrigações de curto prazo e atendimento as suas obrigações contratuais, respectivamente. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros separados mantidos pela Companhia, sendo que os resultados poderiam ter sido diferentes, caso estas transações tivessem sido realizadas com terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção em controlada

Conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis, a controlada Companhia Águas de Santo Antônio S.A. sofreu uma intervenção municipal (Poder Concedente) em 22 de fevereiro de 2016, a partir daquele momento a Companhia deixou de manter controle operacional sobre os ativos dessa controlada. A Administração da Companhia está discutindo administrativamente e judicialmente essa questão com o Poder Concedente, não sendo possível nesse momento a mensuração de eventuais efeitos econômicos e regulamentares sobre suas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A ênfase de continuidade operacional se baseia na posição acumulada de balanço, entre a criação das empresas e o encerramento do exercício, que, em sua maioria em decorrência dos custos e despesas iniciais das concessões, apresenta patrimônio líquido negativo. A Administração monitora a evolução do patrimônio através de projeções e planos de negócio e a continuidade de negócios garantirá o retorno sobre o capital investido.

A continuidade operacional em contratos de concessão principalmente é condição para o retorno sobre o capital investido. As principais atividades da Companhia estão vinculadas à contratos de concessão, portanto, há relevância na continuidade dos negócios previstas nos contratos de concessão.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A ênfase de intervenção se refere à Águas de Santo Antônio. Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A.A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua.

A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados e pelas perdas e danos.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contém a ênfase destacada no exercício de 2015, cuja continuidade de negócios tende a reverter as posições de passivo a descoberto de coligadas e controladas.

Além disso, no exercício de 2014, os auditores independentes destacam como ênfase:

“Conforme mencionado na Nota Explicativa n. 3.4 às demonstrações contábeis, em decorrência da adequação de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estas estão sendo reapresentadas como Previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 23(...).”

Tal ênfase reflete a Companhia ter reapresentado suas demonstrações em decorrência de auditoria posterior da coligada, hoje controlada, Urbeluz. A Urbeluz entregou suas demonstrações contábeis auditadas em 19 de agosto de 2015, data posterior à primeira auditoria das demonstrações da Companhia. Após essa data, a Companhia pode consolidar suas demonstrações com todas as coligadas e controladas auditadas.

No exercício de 2013, o relatório dos auditores independentes apontou ressalva sobre o controle dos ativos da Águas de Itapema, Sanetrat e Águas de Santo Antônio. Tal ressalva, na opinião da Administração não refletiu alterações significativas nas demonstrações contábeis. Após a opinião dos auditores, a Companhia e suas controladas atuaram para estabelecer controles mais rígidos sobre os ativos e apresentaram as demonstrações de 2014 sem qualquer ressalva sobre o tema.

Além disso, a ênfase sobre continuidade de negócios também foi apresentada no exercício de 2013.

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 contém ênfase com relação à continuidade de negócios das controladas e coligadas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Como sociedades de propósito específico detentoras de concessões e parcerias público privadas as controladas e coligadas realizam investimentos para atendimento das metas contratuais e são remuneradas através de tarifas e contraprestações para remunerar os custos operacionais e o investimento realizado.

As SPEs contam com recursos oriundos de integralizações de capital dos acionistas e financiamentos obtidos para realização dos investimentos.

A premissa de continuidade normal de negócios é a base do investimento das SPEs. Ou seja, para que o investimento realizado seja devidamente remunerado, é necessário que os contratos de concessão e PPPs sejam cumpridos até seu encerramento.

Alterações na continuidade normal dos contratos podem afetar o retorno esperado dos investimentos realizados.

Quanto às alterações, a Companhia destaca que os contratos de concessão e PPPs não podem ser unilateralmente alterados por nenhuma parte do contrato sem a devida concordância da outra parte ou a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, o que garante o retorno do investimento realizado.

Os riscos associados descritos na seção 4.1.a podem provocar alterações das projeções da Companhia e, portanto, do retorno esperado.

O parecer dos auditores quanto à continuidade de negócios se refere às controladas Águas de Santo Antônio S.A., Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A., Urbeluz Energética S.A. e Conasa SPE S.A. e à coligada Sanesalto Saneamento S.A., as quais apresentaram prejuízos acumulados findo o exercício de 2015.

As controladas Sanesul e Urbeluz estão apresentando prejuízos pelo início das concessões em que participam. A Sanesul detém 49% da Águas de Meriti S.A., SPE concessionária dos serviços de esgoto do município de São João do Meriti. A Urbeluz detém 60% da CaraguaLuz, concessionária da PPP de iluminação pública de Caraguatatuba, e 100% da Alegrte, concessionária da PPP de iluminação pública de São João do Meriti. Esses projetos foram iniciados entre os anos de 2013 e 2015, momento em que o

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

fluxo de caixa do projeto demanda investimentos e custos iniciais, fazendo com que as empresas apresentassem prejuízo. Esse prejuízo será revertido com a continuidade normal das concessões.

A controlada Águas de Santo Antônio e a coligada Sanesalto, cujas operações iniciaram em 2008 e 2004 respectivamente, apresentam prejuízo em virtude do endividamento obtido para execução dos investimentos previstos no início dos contratos. O prejuízo deverá ser revertido nos próximos exercícios e as empresas já apresentam fluxo de caixa positivo (excluídas as despesas de depreciação e amortização).

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do Plano de Negócios de todas as companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. Essa avaliação é apresentada ao auditor independente, permitindo avaliar se o valor dos ativos relacionados será devidamente remunerado na concessão ou PPP. Até o momento, em nenhuma concessão em que a Companhia participe houve qualquer provisão sobre o valor recuperável dos investimentos realizados.

Ainda assim, a continuidade dos contratos de concessão e PPPs, conforme riscos destacados na seção 4.1.a, pode afetar as condições econômicas e financeiras da Companhia através de suas coligadas e controladas.

Parte relevante do ativo da Companhia está ligada à avaliação da combinação de negócios. Como holding, a Companhia adquire participações em empresas nos setores em que atua. Conforme determina o CPC 15 (R1), no momento da aquisição, a Companhia deve avaliar o ativo adquirido. A melhor métrica, avaliada pela Companhia, nesses casos é a projeção do fluxo de caixa da empresa adquirida com base nas previsões de investimento e a remuneração deste no ambiente dos contratos de concessão. Essa avaliação determina, no momento da aquisição, o valor justo da participação adquirida, definida pelo valor presente líquido do fluxo de caixa futuro da concessão.

Caso haja alteração significativa na continuidade dos negócios, os valores apurados na forma definida pelo CPC 15 (R1) podem sofrer alterações.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Assim como a avaliação realizada anualmente pela Companhia permite avaliar o retorno esperado e a reversão dos prejuízos acumulados, a avaliação também permite avaliar anualmente se o valor registrado na combinação de negócios está condizente com a realidade da execução do plano de negócios.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia adota políticas contábeis conservadoras, buscando medir o valor justo de cada item das demonstrações contábeis e realizando rotineiramente testes de impairment.

No entanto, como seus ativos se tratam em grande parte de ativos intangíveis caracterizados por bens vinculados às concessões em que detém participação direta ou indireta, reversíveis ao final do período sob concessão, as estimativas de valor justo exigem critérios objetivos e subjetivos que podem ser entendidos como políticas contábeis críticas.

Primeiramente, os ativos vinculados às concessões, quando investidos pelas controladas, são registrados por valor de custo de aquisição. Sobre tais valores, anualmente, a Companhia realiza teste de impairment para verificar adequabilidade do valor de registro. O teste de impairment considera duas variáveis: o custo de reposição e o retorno sobre o investimento na concessão.

Apesar da Lei de Concessões e a Lei do Saneamento garantirem o respeito ao contrato e a indenização ao concessionário no caso de desequilíbrio contratual, ambos os casos podem não se confirmar em caso de interrupção do contrato de concessão.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não existem entre os exercícios de 2013 e 2015 itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não existem entre os exercícios de 2013 e 2015 itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem entre os exercícios de 2013 e 2015 itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não existem entre os exercícios de 2013 e 2015 itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Informações financeiras nesta seção estão expressas em milhares de Reais.

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos Os investimentos relevantes no Plano de Negócios da Companhia são caracterizados pelos investimentos e metas previstos nos contratos de concessão do grupo econômico.

No segmento de saneamento, os principais investimentos estão vinculados ao aumento da rede de coleta de esgoto, ampliação nas estações de tratamento de esgoto e expansão do sistema de tratamento e distribuição de água.

A Águas de Itapema, em linha com o que determina o Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado no ano de 2014, investirá no sistema de abastecimento de água R\$ 149.909 e no de esgotamento sanitário R\$ 353.931, entre os exercícios de 2016 e 2044, ano em que a concessão finda.

A Companhia planeja se financiar através de linhas incentivadas para investimento em saneamento, em especial a linha Saneamento para Todos, com recursos oriundos do FGTS, e a linha de saneamento do BNDES.

Em linha com o Plano Municipal de Saneamento Básico e a decisão da agência reguladora local, parte da geração de caixa da Águas de Itapema também será utilizada para realização dos investimentos previstos na concessão, ano a ano.

Os investimentos previstos para o exercício de 2017 somam R\$ 18.532 no sistema de água e R\$ 644 no sistema de esgoto. Além disso, está em andamento no exercício de 2017 a conclusão dos investimentos de expansão da rede de esgoto realizada em 2016, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 15.000. Tais investimentos serão realizados através da geração de caixa da Companhia e financiamentos. A Controlada obteve aprovação inicial de financiamento no montante de R\$ 13.200 junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, com perspectiva de desembolso exercício de 2017.

A Companhia terá capacidade de realizar os investimentos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento, com geração de caixa e financiamentos usuais para o setor de saneamento, dada sua atual baixa alavancagem.

10.8 - Plano de Negócios

Em julho de 2015 foi assinada a ordem de serviço para a nova concessão da CONASA, que será feita através da concessionária ÁGUAS DE MERITI, responsável pela coleta e afastamento do esgoto sanitário e gestão comercial envolvendo leitura e cobrança, bem como a substituição de hidrômetros, redução de perdas, corte e religação do serviço. A concessionária atenderá 460.000 habitantes, ampliando o percentual de esgoto tratado de 0% para 90% em 5 anos. A distribuição de água e o tratamento de esgoto ficarão a cargo da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Serão investidos nos primeiros cinco anos da operação cerca de R\$ 310.000, totalizando cerca de R\$ 380.000 até o final da concessão.

A Companhia detém indiretamente cerca de 42% da Águas de Meriti, com um aporte estimado de equity de 10 a 20% dos investimentos realizados pela concessionária.

A Águas de Meriti planeja financiar os investimentos iniciais via Saneamento para Todos ou BNDES. Os pleitos de financiamento serão realizados a partir da finalização do projeto executivo de expansão de rede de esgoto.

Os demais investimentos, não realizados através de financiamentos ou aporte de recursos dos sócios, serão realizados com a geração de caixa da companhia.

Conforme apontado, a Coligada deverá realizar investimentos de cerca de R\$ 310.000 nos primeiros 5 (cinco) anos de operação. A expectativa da Administração é de obtenção de financiamentos usuais para o setor de saneamento, com longo prazo de amortização, compatível com a remuneração de tarifa.

No segmento de iluminação pública, os principais investimentos serão para substituição das atuais luminárias por tecnologia LED, assim como investimentos assessórios.

A CaraguaLuz investiu e investirá cerca de R\$ 75.000 para implantação de um parque de mais de 22 mil luminárias em LED, em 3 anos.

Os investimentos previstos para o exercício de 2017 montam cerca de R\$ 30.000.

Parcela significativa dos investimentos será realizada mediante financiamento. A empresa planeja obter financiamento específico para projetos de infraestrutura, podendo haver a necessidade de um empréstimo ponte. A CaraguaLuz já recebeu aporte de equity requerido no processo concorrencial e poderá demandar recursos adicionais dos acionistas conforme condições dos financiadores.

A Alegrete investirá cerca de R\$ 122.000 para substituição de 100% do parque de iluminação pública do município para tecnologia LED, além da efficientização dos prédios públicos, com possibilidade de geração distribuída.

10.8 - Plano de Negócios

Os investimentos do primeiro ciclo serão realizados mediante aporte dos acionistas, em parte já realizado, e financiamentos bancários específicos para setores de infraestrutura.

A Controlada apresentou a potenciais bancos financiadores pleito de financiamento no exercício de 2016, com expectativa de aprovação em 2017.

Parte relevante dos investimentos também serão realizados com a geração de caixa do projeto, em especial da economia de energia com a substituição das luminárias por tecnologia LED.

Os investimentos previstos para o exercício de 2017 somam cerca de R\$ 20.000.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Serão investidos R\$ 158.000 durante a concessão. Com a suspensão do processo, mencionada em nota explicativa nas Demonstrações Financeiras Anuais e DFP, a Controlada ingressou com ação judicial, não havendo expectativa de prazo para definição do início dos investimentos.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350.

Os investimentos previstos para o exercício de 2017 somam cerca de R\$ 10.000.

A Companhia destaca que todas as controladas e coligadas têm capacidade operacional para execução dos investimentos definidos pelos contratos de concessão.

A Companhia também espera participar de novos projetos nos setores de infraestrutura.

Além do plano de investimento normal das concessões, existe empenho para execução do plano de negócios previsto das concessões para reversão dos prejuízos acumulados.

A Águas de Meriti e Sanesul tendem a reverter os prejuízos acumulados com o início de faturamento da concessão, previsto para 2017.

A Sanesalto, coligada da Companhia, deverá iniciar a redução dos prejuízos acumulados nos próximos exercícios, com a redução do endividamento e os aumentos tarifários pela inflação previstos contratualmente.

A Águas de Santo Antônio previa reduzir os prejuízos acumulados com a redução gradual da dívida e aumentos tarifários previstos. Com a intervenção e o seguinte decreto de caducidade, a Companhia

10.8 - Plano de Negócios

impetrou ação de nulidade dos atos administrativos, visando a retomada da concessão e de seu plano de negócios. Caso o processo perdure, a Companhia buscará indenização pelos investimentos realizados não amortizados e lucros cessantes da operação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os investimentos serão linhas disponibilizadas por bancos de fomento como BNDES e CAIXA, assim como linhas de capital de giro para empréstimos ponte e mercado de capitais com securitização de recebíveis.

A Companhia sempre busca estruturar financiamentos para suas controladas ou coligadas via linhas específicas para infraestrutura, normalmente com taxas de juros subsidiadas.

Além das estruturas usuais de financiamentos, a Companhia busca estruturar dívidas acessando o mercado de capitais, como debêntures. Atualmente, o setor de saneamento pode ser enquadrado nos incentivos de debentures de infraestrutura

Para todas as concessões, é necessário aporte de recursos pelos acionistas, na forma de *equity*. Para tal a CONASA conta com resultados das concessões já operacionais e aplicações de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Administração vem trabalhando para redução de suas posições em títulos e valores mobiliários, reduzindo a necessidade de financiar suas próprias controladas e coligadas, através de emissões de dívidas pelas mesmas, lastreadas em seus próprios fluxos de caixa.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não existem aquisições que podem influenciar a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de

10.8 - Plano de Negócios

Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa tem valor de contrato de R\$ 420.250. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% do consórcio vencedor.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia participou do processo concorrencial 02/2016, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, estando previsto investimentos de R\$ 81.002 e receita anual de R\$ 10.350. A Companhia detém 20% do consórcio vencedor.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 – PROJEÇÕES

A Companhia não divulga, até a presente data, projeções e/ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

A Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 03 (três), e no máximo 7 (sete) membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de suas atribuições legais, deliberar sobre todas as outras matérias relativas aos negócios da Companhia, com exceção das matérias reservadas para a diretoria e para a Assembleia Geral, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- a) eleger ou destituir os membros da Diretoria Executiva e aprovar o Regulamento Interno da Sociedade, atribuindo as respectivas funções e cargos do organograma da Sociedade;
- b) aprovar, previamente à celebração, contratos entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou empresas a eles coligadas, que sejam controladores destas, sejam por elas controladas direta ou indiretamente, ou estejam sob controle comum;
- c) aprovar a alienação e a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente do valor individual de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) deliberar sobre as emissões de bônus de subscrições;
- e) aprovar os empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela sociedade em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- f) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Sociedade;
- g) escolher os auditores independentes da Sociedade;
- h) aprovar as proposições da Diretoria Executiva para o estabelecimento de:
 - a. planejamento tributário;
 - b. planejamento orçamentário e orçamento anual;
 - c. aprovar a proposição de ações e procedimentos judiciais em geral, e, se for o caso, contra o poder público federal, estadual e municipal, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais;
 - d. aprovar a concessão de garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas e outras sociedades coligadas ou nas quais a Sociedade detenha participações acionárias e interesses;
- i) aprovar a constituição de subsidiárias ou o aumento de capital em empresas já investidas ou novos investimentos em novas companhias;
- j) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS.

Diretoria

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela maioria do Conselho de Administração, será composta por, no mínimo 04 (quatro) membros, acionistas ou não, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição, sendo designados por: Diretor Presidente; Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Operações; Diretor de Engenharia; e Diretor de Relação com os Investidores.

À Diretoria Executiva compete:

- a) representar a Sociedade, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) constituir mandatários "ad negotia" e "ad judicia", nos termos do Parágrafo único do Artigo 144 da Lei n 6.404/76;
- c) zelar pelo cumprimento e execução de normas estatutárias; e
- d) executar as deliberações adotadas pelos Acionistas e pelo Conselho de Administração.

b. [data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês](#)

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho Fiscal, somente se instalará a pedido de acionista na forma da Lei e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos em Assembleia Geral, facultada a reeleição.

Não houve qualquer instalação de Conselho Fiscal até o presente momento.

c. [mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado](#)

d. [em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais](#)

Compete ao Diretor Presidente:

- a) Exercer a direção geral dos negócios da Sociedade;
- b) Formular estratégias, orçamentos, metas e programas que assegurem o cumprimento dos objetivos da Sociedade e o direcionamento do negócio, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, visando a proteção do investimento dos Acionistas e a maximização do retorno e da valorização desse investimento;
- c) Submeter o planejamento anual e plurianual da Sociedade ao Conselho de Administração, dirigir e controlar a execução das respectivas metas, orçamentos e programas, bem como, apresentar o seu acompanhamento mensal, disponibilizando as respectivas contas e relatórios periódicos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ao Conselho de Administração;

- d) Manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração, bem como, coordenar a ação dos Diretores e exercer, quando necessário, as atribuições coletivas da Diretoria;
- e) Promover as ações relativas à obtenção dos empréstimos e financiamentos necessários;
- f) Manter a organização permanentemente adequada às finalidades do negócio, implementar o regulamento interno e coordenar a elaboração do manual de organização da Sociedade;
- g) Representar a Sociedade em conformidade com as definições vigentes;
- h) Supervisionar a implementação das políticas e diretrizes definidas e assegurar o domínio da gestão comercial, tecnológica, administrativa, financeira, operacional, institucional, da qualidade e do meio ambiente;
- i) Decidir sobre questões jurídicas ou extrajudiciais, submetendo-as ao Conselho de Administração nos casos aplicáveis, bem como, receber isoladamente, notificações, citações e intimações judiciais;
- j) Garantir a segurança das pessoas e dos ativos seguráveis, certificando-se que a Sociedade mantém seguros adequados;
- k) Dirigir as atividades relacionadas com os contratos em geral, assegurando o fiel e tempestivo cumprimento das exigências contratuais, bem como, as negociações e o relacionamento com os contratados;
- l) Dirigir as atividades relacionadas com a negociação, comercialização de marketing inerentes às receitas Acessórias;
- m) Assegurar a satisfação dos clientes com base para o sucesso do negócio, através da qualidade do serviço prestado;
- n) Promover a formação e a consolidação de imagem de empresa competente, transparente e com responsabilidade social e ambiental;
- o) Garantir a preservação da segurança empresarial, através do atendimento às exigências legais e contratuais;
- p) Assegurar a existência de condições para o desenvolvimento dos colaboradores;
- q) Imediatamente após o seu recebimento, entregar aos membros do Conselho de Administração, cópia de todo e qualquer relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos seus Auditores.

Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:

- a) Viabilizar o financiamento das atividades da Sociedade;
- b) Executar a gestão financeira através da:
 - a. Administração Financeira Contábil, Fiscal/Tributária, Patrimonial e Securitária;
 - b. Disponibilização do Planejamento Empresarial e operacionalização dos orçamentos empresariais e seus respectivos acompanhamentos;
 - c. Emissão dos informes e relatórios contábeis e gerenciais periódicos;
- c) Propor diretrizes, bem como, prestar apoios e serviços nos seguintes campos, não se limitando a estes: Recursos Humanos, Serviços Gerais, Suprimentos, Outros;
- d) Contribuir com o Diretor Presidente na formulação das estratégias empresariais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- e) Promover o treinamento e desenvolvimento dos colaboradores;
- f) Assegurar, no âmbito de sua equipe, a prática dos preceitos relativos à segurança do trabalho, qualidade e meio ambiente;
- g) Realizar operações financeiras de um modo geral, exemplificativamente realizar aplicações no mercado financeiro e de capitais, sempre respeitadas as restrições estabelecidas no parágrafo terceiro deste artigo, tais como aquisição de títulos de renda fixa, quotas de fundo de investimento, realizações de operações no mercado de derivativos e futuros, ou seja, qualquer forma de aplicação financeira dos recursos disponíveis que momentaneamente não estejam aplicados na aquisição de créditos, conforme estabelecido no objeto social da Sociedade;
- h) Realizar operações de cessão de créditos especificadas no objeto social da Sociedade, definindo todas as suas condições, tais como volumes, prazos e as taxas de deságio a serem praticadas;
- i) Propor à Assembleia Geral as características e condições de quaisquer emissões de notas promissórias que serão aprovadas pela mesma;
- j) Contratar escritórios externos de cobrança, bancos cobradores e toda e qualquer despesa inerente à cobrança dos créditos de propriedade da Sociedade.

Compete ao Diretor de Operações e Engenharia:

- a) Planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção e modernização do sistema de saneamento;
- b) Promover a orientação normativa aos órgãos da Sociedade em sua área de atuação;
- c) Orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas;
- d) Propor à Diretoria a celebração de contratos de parcerias com outras empresas de saneamento;
- e) Operar e manter o serviço de saneamento;
- f) Estudar e promover a introdução de novas tecnologias e serviços na Sociedade;
- g) Realizar análise do mercado visando a melhoria da qualidade dos serviços existentes;
- h) Comercializar os serviços e suas facilidades, administrando o faturamento dos serviços prestados, efetuando o planejamento do desenvolvimento dos serviços e operacionalizando sua implementação;
- i) Planejar a expansão do sistema de saneamento da Sociedade;
- j) Relacionar-se comercialmente com o consumidor final e efetuar venda dos serviços de água e esgotamento sanitário e demais serviços correlatos;
- k) Acompanhar e supervisionar o atendimento aos usuários em suas solicitações;
- l) Coordenar, em conjunto com o Diretor Presidente, a contratação de empresa de serviços de saneamento básico, visando adquirir novas tecnologias operacionais para a Sociedade.
- m) Assegurar o planejamento e a execução das obras para tratamento e disponibilização de água potável, coleta, tratamento e destino de esgotos sanitários, operação de aterros sanitários, coleta e disposição de lixo domiciliar, comercial, industrial e/ou hospitalar, bem como projetos e obras de conservação e melhoria;
- n) Contratar, coordenar e administrar os contratos com terceiros prestadores de serviços de engenharia, conservação, manutenção e automação;
- o) Contribuir com o Diretor Presidente na formulação das estratégias empresariais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

p) Promover o treinamento e desenvolvimento dos colaboradores;

q) Assegurar, no âmbito de sua equipe, a prática dos preceitos relativos à segurança do trabalho, qualidade e meio ambiente;

Administrar o respectivo orçamento de custos e investimentos, buscando a redução de custos, a melhoria contínua e a ampliação da produtividade.

Compete ao Diretor de Relação com investidores:

- a) estabelecer a ligação entre a administração da empresa, os acionistas (e seus representantes) e os demais agentes que atuam no mercado de capitais integrando a comunidade financeira nacional ou internacional;
- b) Manter atualizado o registo de companhia;
- c) Prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores imobiliários aos investidores, à CVM e demais entidades relacionadas a bolsa de valores e balcão organizado.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazo de Convocação

A convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária obedecerá aos prazos mínimos estabelecidos na legislação societária.

b. Competências

Competências da Assembleias Gerais conforme estabelecido na legislação societária, regulamento do Bovespa Mais e estatuto social.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise na sede da companhia:

Avenida Higienópolis, 1.601, 7º andar, sala 701, Edifício Eurocenter, Jardim Higienópolis, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86015-010

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não há política de identificação e administração de conflitos de interesses

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As procurações de acionistas, que não poderão ser de validade superior a 06 (seis) meses, e os documentos comprobatórios de qualidade para representação nas Assembleias Gerais, deverão ser submetidos à Sociedade, antes da realização da Assembleia, sob pena de não poder o mandatário ou representante participar e votar nas respectivas Assembleias Gerais.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização

A acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração realizou 4 reuniões em 2014 e 2 reuniões em 2015.

Não houve reunião do Conselho de Administração em 2013.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não se aplica, pois não há acordo de acionistas.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Companhia não adota regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções, e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

O local da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o idioma será o português. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo cada uma das duas partes em conflito indicar seu respectivo árbitro e suplente, os quais indicarão o terceiro árbitro, que será o presidente do Tribunal Arbitral. Quando forem vários demandantes ou demandados (arbitragem de partes múltiplas), cada lado indicará de comum acordo um árbitro e seu suplente, observando-se o estabelecido na Seção 5 do Regulamento da Câmara. Na ausência de acordo entre as demandantes ou entre as demandadas quanto à indicação, competirá ao Presidente da Câmara fazê-lo para as partes que não chegarem a um consenso ou, no caso de nenhum das partes chegarem ao acordo quanto aos seus respectivos árbitros e suplentes, competirá ao Presidente da Câmara indicar todos os membros do Tribunal Arbitral, inclusive o presidente do Tribunal Arbitral, na forma prevista na Seção 5.6 do Regulamento da Câmara.

Não obstante o disposto no presente artigo, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente nos casos abaixo determinados, sem que tal conduta seja considerada como ato de renúncia à arbitragem como único meio de solução de controvérsias escolhido pelas partes: (i) assegurar a instituição da arbitragem; (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral; ou (iii) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, o laudo arbitral. Para tanto, as partes neste ato elegem o foro central da comarca da capital do Estado de São Paulo como competente para analisar e julgar tais questões.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Manoel Motta Netto 364.958.759-91	12/09/1961 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Administrativo Financeiro	16/02/2017 16/02/2017	Até 30/04/2017 Não	23 0.00%
PAULO GUIDA 065.766.568-15	03/11/1944 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	16/02/2017 16/02/2017	Até 30/04/2017 Não	12 0.00%
Cezar Alcides Ferreira de Menezes 402.329.139-00	18/04/1961 Engenheiro	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Engenharia e Operações	16/02/2017 16/02/2017	Até 30/04/2017 Não	2 0.00%
José Roberto de Mattos Curan 046.258.838-65 Não exerce outro cargo.	09/09/1959 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/10/2016 27/10/2016	1 ano Sim	1 100.00%
Giuseppe Viscomi 609.015.008-87 Não exerce outros cargos no emissor.	02/12/1946 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/10/2016 27/10/2016	1 ano Sim	1 100.00%
Marcus Vinicius Bossa Grassano 756.642.089-53 Não exerce outros cargos no emissor.	09/11/1970 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/10/2016 27/10/2016	1 ano Sim	1 100.00%
Camilo Ferraz Pegoraro Nonino 044.698.969-00 É membro do conselho de administração de empresas controladas ou coligadas.	02/05/1980 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/10/2016 27/10/2016	1 ano Sim	1 100.00%
Mario Vieira Marcondes Neto 468.989.729-87	01/06/1960 Advogado	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/10/2016 27/10/2016	1 ano Sim	3 100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Funções exercidas em controladas e coligadas
 Aguas de Itapema - Presidente do Conselho - Diretor
 ASA – Presidente do Conselho - Diretor
 Sanetrat – Presidente do Conselho
 Sanesalto – Presidente do Conselho - Diretor
 Sanesul – Presidente do Conselho
 Envimax – Presidente do Conselho
 Urbelix – Presidente do Conselho

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Manoel Motta Netto - 364.958.759-91

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, foi diretor da Companhia Águas de Itapema desde 2004. Atualmente exerce o cargo de Diretor Administrativo Financeiro na CONASA.

Foi executivo da Linear Participações e Incorporações, atuando em projetos imobiliários no estado do Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o diretor para exercício de suas funções.

PAULO GUIDA - 065.766.568-15

Diretor de Relações com Investidores, é Economista com especialização em finanças pela Fundação Getulio Vargas. Foi executivo da área internacional da Massey Ferguson Perkins e da Comabra/Wilson. Fez parte do Conselho de Administração de diversas empresas como Vale do Rio Doce, Docenave Navegação e Rede Ferroviária, entre outras. Trabalhou também como consultor econômico financeiro.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o diretor para exercício de suas funções.

Cezar Alcides Ferreira de Menezes - 402.329.139-00

Engenheiro Civil graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná com especializações em Direito Socioambiental e Engenharia de Avaliações e Perícias atua no segmento de infraestrutura em diversas funções desde dos projetos de engenharia e meio ambiente, construção, e desenvolvimento de empreendimentos como rodovias, portos, hidro geração de energia e aeroportos.

Ao integrar o quadro diretivo da CONASA assumiu a responsabilidade pelas áreas de engenharia e operações além de colaborar com o conjunto dos demais diretores na gestão da Companhia e suas investidas. Anteriormente trabalhou no Grupo CR Almeida no período 1983 1994, desenvolvendo atividades no setor técnico, em obras, na área comercial e de desenvolvimento de novos negócios. Entre 19994 e 2000 dirigiu as operações da Tighe & Bom International no Brasil, empresa que atuava com engenharia na área de engenharia e meio ambiente. Após esta experiência dirigiu a Consilium Meio Ambiente & Projetos até o ano de 2013.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o diretor para exercício de suas funções.

José Roberto de Mattos Curan - 046.258.838-65

Entre 2011 e 2014 foi sócio do escritório Latin Finance Advisory & Research, atuando como advisor e responsável pela área de Assessoria em "Project Finance".

Atuou entre 2014 e 2016 no projeto de implantação do Investment Banking do Banco Original S.A.

Atualmente trabalha como consultor e é membro do Conselho Fiscal da CPFL - Energias Renováveis.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o conselheiro para exercício de suas funções.

É membro independente, selecionado entre diversos candidatos, destacado pela sua experiência e qualificação.

Giuseppe Viscomi - 609.015.008-87

Sócio e Diretor da Viscoplan Consultoria Empresarial Ltda. Pós-graduado em Administração e Bacharel em Ciências Econômicas pela USP, especializou-se em Planejamento Estratégico e Mergers & Acquisitions. Iniciou sua carreira há mais de 30 anos, tendo ocupado cargos executivos de destaque em diversas empresas e nos diferentes segmentos da economia desde Agrobusiness, Petroquímica, Alimentos, Instituições Financeiras, Industrias Automobilística e Construção Civil. Após atuar 10 anos como executivo, dirigiu pela Booz-Allen e Hamilton, projetos em empresas de destaque no mercado brasileiro e internacional, dentre elas Sul-América, Cosipa, Açominas, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Biobras entre outras. Nos últimos 16 anos, liderou projetos de transformação acelerada de empresas como Sadia, Citibank, Alcoa, Andrade Gutierrez, Banespa, Alcoa Alumínios, Banco Multiplac, Banco Real, Dersa-SP, Becton & Dickson, Bombril, Credicard, Deutsch Sudameris Bank, Portobello, Metrô de São Paulo, Hospital Samaritano, Hospital Santa Catarina, Hospital Albert Einstein, Construtora Odebrecht, Print Laser, Objective Solutions, IPEM-SP, Toysa (Empresa de Licenciamento de Produtos) entre outras. Tem profunda experiência em negociações, tendo atuado como consultor negocial na área de Fusões e Aquisições para empresas como Record Center S.P.A. Brescia (Itália), Alimenta S.P.A. (Itália), Baxter Hospitalar (USA), Dragon Fly (Itália), Marubeni Trading (Japão), Nissan-Nimisa (Espanha/Japão), Piaggio Veicoli Europei (Itália), B.M.F. (Portugal), Cica (Argentina), entre outras. Representou no Brasil a William Reddin, Ph.D. e Associados, a maior empresa inglesa em negociação e desenvolvimento organizacional e também a Igor Ansoff. Ph.D., considerado o papa do planejamento estratégico nos Estados Unidos e na Europa. No campo Sócio-Cultural está sempre ligado aos movimentos culturais, atuando nos últimos anos como Diretor e Conselheiro do Museu da Casa Brasileira, além de outras participações em atividades correlatas.

Diretor e Conselheiro do Museu da Casa Brasileira, além de outras participações em atividades correlatas. Diretor superintendente da Construtora Bonfiglioli, Vice presidente da Cica indústria de Alimentos, Controller da Corporação Bonfiglioli, diretor da área de O&M da Braseixos Rockwell Standart Corporation, presidente da empresa Controlparking, diretor da Booz Allen e Hamilton .

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o conselheiro para exercício de suas funções.

É membro independente, selecionado entre diversos candidatos, destacado pela sua experiência e qualificação.

Marcus Vinicius Bossa Grassano - 756.642.089-53

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, participou do curso Program of Instruction for Lawyers and Negotiation da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos (2003). Sócio fundador do escritório de advocacia Grassano & Associados, um dos escritórios mais admirados do Brasil de acordo com a revista "Análise Advocacia 500". Desde 2006, a Grassano é citada no anuário. A publicação apresenta os escritórios de advocacia e os advogados mais admirados do Brasil, segundo a opinião dos diretores jurídicos das maiores empresas do país. Representante de empresas estrangeiras em sociedades no Brasil. Conta com 22 anos de experiência como advogado assessorando empresas nacionais e estrangeiras em operação no Brasil e no exterior, bem como entidades de classe empresarial de âmbito regional e nacional. Com atuação em vários ramos do direito, principalmente tributário, societário e ambiental, está familiarizado com os mais importantes assuntos relativos aos negócios, contribuindo para a prevenção de riscos e busca das melhores alternativas para os desafios empresariais.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o conselheiro para exercício de suas funções.

É membro independente, selecionado entre diversos candidatos, destacado pela sua experiência e qualificação.

Camilo Ferraz Pegoraro Nonino - 044.698.969-00

Concentrou suas atividades na direção de empresas nos setores de construção civil, incorporação imobiliária, geração de energia elétrica e infra-estrutura.

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, iniciou carreira no Unibanco S.A. (2001-2004) e Banco Santander S.A. (2004-2008), onde exerceu os cargos de Associado de Investment Banking, Tesouraria e Investment & Commercial Banking, responsável pela gestão global do relacionamento entre o Banco e os clientes, originação de produtos de Banco de Investimento e administração de uma carteira de crédito de R\$ 5 bi no setor de Energia Elétrica.

Desde 2008, atua como diretor da Linear Participações e Incorporações Ltda.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o conselheiro para exercício de suas funções.

Mario Vieira Marcondes Neto - 468.989.729-87

Formado em Direito pela UEL (Universidade Estadual de Londrina), com Pós-Graduação em Processo Civil pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Trabalhou por 21 anos na área de advocacia. Esteve à frente do contencioso do Banco Safra S/A nos Estados de Mato Grosso e Rondônia e da estruturação do departamento jurídico da Construtora Triunfo Ltda. Foi responsável pelos processos licitatórios de importantes concessões, entre elas das concessionárias das Rodovias Rio-Juiz de Fora e Osório-Porto Alegre, Usina Hidroelétrica de Itiquira, Companhia de Concessão Rodoviária Rio-Juiz de Fora (CONCER), Concessionária de Rodovias do Norte – (ECONORTE), Companhia Águas de Itapema, Águas de Santo Antonio S/A, Serviço de Água e Esgoto (SAE) de Andará/PR, Município de Itapira/SP, Construtora Nascimento Ltda (concessionária de água e esgoto em cidades do MT), Estacionamentos Cinelândia S/A e Construtora Triunfo S/A. Atualmente é Presidente da CONASA Infraestrutura S.A. e empresas do grupo.

Não houveram condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação em esfera judicial ou administrativa que tenha suspenso ou inabilitado o conselheiro para exercício de suas funções.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem Comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem familiares de controladores ou administradores em seus quadros de funcionários.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações de subordinação.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não se aplica

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.2 Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazo de Convocação

A convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária obedecerá aos prazos mínimos estabelecidos na legislação societária.

b. Competências

Competências da Assembleias Gerais conforme estabelecido na legislação societária, regulamento do Bovespa Mais e estatuto social.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise na sede da companhia:

Avenida Higienópolis, 1.601, 7º andar, sala 701, Edifício Eurocenter, Jardim Higienópolis, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86015-010

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não há política de identificação e administração de conflitos de interesses

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As procurações de acionistas, que não poderão ser de validade superior a 06 (seis) meses, e os documentos comprobatórios de qualidade para representação nas Assembleias Gerais, deverão ser submetidos à Sociedade, antes da realização da Assembleia, sob pena de não poder o mandatário ou representante participar e votar nas respectivas Assembleias Gerais.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização

A acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.13 - Outras informações relevantes

12.13 Outras informações relevantes

A seguir as Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho de Administração realizadas nos últimos 3 exercícios sociais:

Assembleia / Reunião do Conselho	Data	Quorum
Assembleias Gerais Extraordinárias	20/02/2013	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	05/04/2013	100% de presença
Assembleias Gerais Ordinárias	27/12/2013	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	30/12/2013	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	31/01/2014	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	11/03/2014	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	20/03/2014	100% de presença
Assembleias Gerais Ordinárias	28/04/2014	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	26/05/2014	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	17/09/2014	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	19/12/2014	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	20/01/2015	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	20/01/2015	100% de presença
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2015	100% de presença
Assembleias Gerais Extraordinárias	28/12/2015	100% de presença

Atas das assembleias e das reuniões disponíveis no site de Relações com Investidores da companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho discal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

A Administração, incluindo o conselho de administração e diretoria, não tiveram remuneração nos últimos três exercícios.

Na assembleia de 24 de janeiro de 2017, os acionistas definiram uma remuneração global de R\$ 720 (setecentos e vinte mil reais) por ano à diretoria e R\$ 480 (quatrocentos e oitenta mil reais) por ano ao conselho de administração, para o exercício de 2017.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O Conselho de Administração não teve remuneração no exercício de 2013	No exercício de 2013, a diretoria não teve remuneração		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00

Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O conselho de administração não teve remuneração em 2014	A diretoria não teve remuneração no exercício de 2014		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não se aplica

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 Informar a quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal.

Um membro do conselho de administração e um membro da diretoria detêm, indiretamente, cerca de 5.500.000 ações da Companhia, equivalente a 3,5% do capital social.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
	31/12/2015	31/12/2015
Nº de membros	0,03	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	Nos últimos três exercícios, a diretoria estatutária não teve remuneração.
Conselho de Administração	
31/12/2015	Nos últimos três exercícios, o conselho de administração não teve remuneração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não se aplica

13.16 - Outras informações relevantes

Não se aplica

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor

Como a Companhia é uma holding, apresenta-se o quadro abaixo consolidando as informações das empresas controladas.

A Companhia tem quadros estáveis de recursos humanos, podendo variar conforme volume de investimentos realizado em cada período e eventualmente pela operacionalização de novos negócios.

Abaixo a descrição de funcionários, por segmento operacional e por região, bem como índice de rotatividade médio.

Região	2013	2014	2015
SUL	106	187	170
SUDESTE	62	70	127
NORTE			74
TOTAL	168	257	371

SEGMENTO OPERACIONAL	2013	2014	2015
SANEAMENTO BÁSICO	106	187	170
SANEAMENTO AMBIENTAL	7	9	10
ILUMINAÇÃO PÚBLICA			131
TOTAL	113	196	311

	2013	2014	2015
Índice de Rotatividade	7,50%	6,73%	23,78%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

A única alteração relevante é a aquisição de participação relevante na Urbeluz, que permitiu a consolidação contábil das demonstrações financeiras pela Companhia e ao mesmo tempo consolida a posição de recursos humanos em conjunto com as outras empresas controladas e coligadas.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

A Companhia e suas controladas não tem Política de Cargos e Salários formalizada e comum a todos. As remunerações são estabelecidas conforme região geográfica de atuação, com remuneração e benefícios adequados às situações locais e condições de trabalho, compatível com cada função exercida.

A Companhia não aplica remuneração variável aos colaboradores.

b. política de benefícios

A Companhia e suas controladas e coligadas oferecem: (i) seguro de vida, (ii) assistência médica; (iii) auxílio alimentação e (iv) vale transporte.

Além disso, a Companhia segue os benefícios de cada sindicato em que cada Companhia está aderida, como o SINDUSCON, SINTAEMA, SINTRAPAV e STAECNON.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, não possuímos um plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Relação do emissor com sindicatos

A Companhia, como holding, não tem sindicato específico. Cada companhia operacional controlada ou coligada adere ao sindicato de sua atividade regional, como o SINDUSCON - SP, SINTAEMA -- SP, SINTRAPAV - SC e STAECNON - RJ.

Não houveram nos três últimos exercícios sociais quaisquer paralisações ou greves.

14.5 - Outras informações relevantes

Não se aplica

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações						
14.721.044/0001-15	Brasil-SP	Não	Sim	05/12/2011		
Não						
	158.187.034	100,000000%	0	100,000000%	158.187.034	100,000000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	158.187.034	100,000000%	0	100,000000%	158.187.034	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações				14.721.044/0001-15		
INFRA Patrimonial I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações						
15.035.021/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
211.296	56,100000	0	0,000000	211.296	56,100000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
165.339	43,900000	0	100,000000	165.339	43,900000	
TOTAL						
376.635	100,000000	0	100,000000	376.635	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INFRA Patrimonial I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações				15.035.021/0001-10		
Cialo Participações S.A.						
07.760.501/0001-15	Brasileira-SP	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
761.449	21,160807	0	0,000000	761.449	21,160807	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Construtora Nascimento Ltda						
	Brasileira-PR	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
417.005	11,588645	0	0,000000	417.005	11,588645	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Darjan Participações S.A.						
07.760.285/0001-08	Brasileira-SP	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
476.433	13,240160	0	0,000000	476.433	13,240160	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INFRA Patrimonial I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações				15.035.021/0001-10	
Empresa Sul Brasileira de Participações e Investimentos S.A.					
	Brasileira-PR	Não	Sim	30/05/2012	
Não					
442.070	12,285206	0	0,000000	442.070	12,285206
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Goldenbank Participações S.A.					
07.465.707/0001-12	Brasileira-SP	Não	Sim	30/05/2012	
Não					
1.112.471	30,915772	0	0,000000	1.112.471	30,915772
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Linear Participações e Incorporações Ltda.					
	Brasileira-PR	Não	Sim	30/05/2012	
Não					
388.963	10,809410	0	0,000000	388.963	10,809410
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INFRA Patrimonial I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações				15.035.021/0001-10		
TOTAL						
3.598.391	100,000000	0	0,000000	3.598.391	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cialo Participações S.A.				07.760.501/0001-15		
Ana Emília Gil Boschiero						
224.308.388-42	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005		
Não						
150.000	50,000000	0	0,000000	150.000	50,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo André Gil Boschiero						
342.016.828-46	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005		
Não						
150.000	50,000000	0	0,000000	150.000	50,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
300.000	100,000000	0	0,000000	300.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Construtora Nascimento Ltda						
Benedito Wilson do Nascimento Junior						
386.021.138-20	Brasileira-MT	Não	Sim	25/06/2014		
Não						
12.260.000	89,490000	0	0,000000	12.260.000	89,490000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Marcus Vinicius Beloto do Nascimento						
171.717.438-88	Brasileira-PR	Não	Sim	25/06/2014		
Não						
1.440.000	10,510000	0	0,000000	1.440.000	10,510000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
13.700.000	100,000000	0	0,000000	13.700.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Darjan Participações S.A.				07.760.285/0001-08	
Ana Carolina Cervieri Kassardjian					
395.343.858-16	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005	
Não					
76.666	33,333334	0	0,000000	76.666	33,333334
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniela Cervieri Kassardjian					
453.356.358-94	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005	
Não					
76.666	33,333333	0	0,000000	76.666	33,333333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Guilherme Cervieri Kassardjian					
497.591.948-64	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005	
Não					
76.666	33,333333	0	0,000000	76.666	33,333333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Darjan Participações S.A.				07.760.285/0001-08	
TOTAL					
229.998	100,000000	0	0,000000	229.998	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Empresa Sul Brasileira de Participações e Investimentos S.A.						
Eduardo Brandalize						
027.760.879-18	Brasileira-PR	Não	Não	30/05/2012		
Não						
66.500	5,000000	0	0,000000	66.500	5,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Luiz Eduardo Barros Manara						
071.820.498-05	Brasileira-MT	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
631.750	47,500000	0	0,000000	631.750	47,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mario Vieira Marcondes Neto						
468.989.729-87	Brasileira-PR	Não	Sim	30/05/2012		
Não						
631.750	47,500000	0	0,000000	631.750	47,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Empresa Sul Brasileira de Participações e Investimentos S.A.					
TOTAL					
1.330.000	100,000000	0	0,000000	1.330.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Goldenbank Participações S.A.				07.465.707/0001-12		
Eduarda Guimarães de Leoni Ramos						
395.428.478-23	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2005		
Não						
449.550	99,500000	0	0,000000	449.550	99,500000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
450	0,500000	0	0,000000	450	0,500000	
TOTAL						
450.000	100,000000	0	0,000000	450.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Linear Participações e Incorporações Ltda.						
Exponencial S.A.						
09.319.739/0001-35	Brasileira-MT	Não	Sim	07/10/2008		
Não						
9.999	99,990000	0	0,000000	9.999	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000	
TOTAL						
10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Exponencial S.A.				09.319.739/0001-35		
José Geraldo Nonino						
324.066.819-04	Brasileira-PR	Não	Sim	24/09/2011		
Não						
80.000	80,000000	0	0,000000	80.000	80,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
20.000	20,000000	0	0,000000	20.000	20,000000	
TOTAL						
100.000	100,000000	0	0,000000	100.000	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/01/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

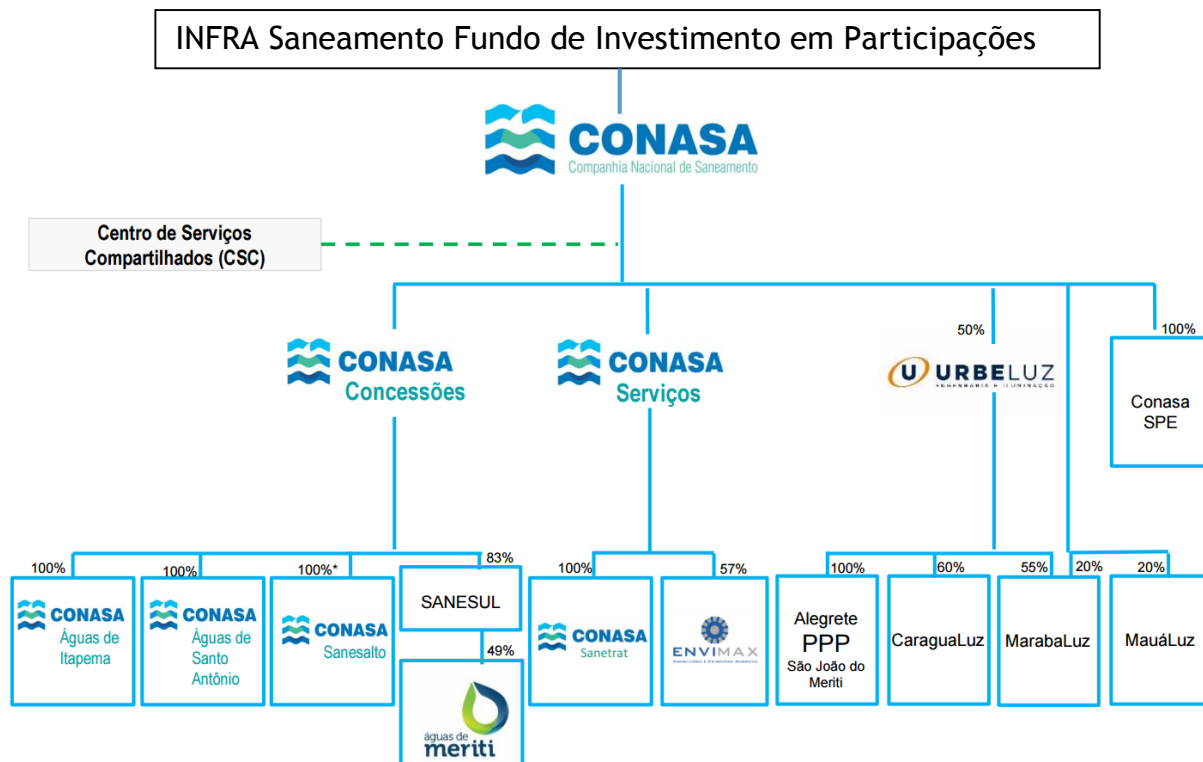
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 Organograma dos Acionistas



*ações adquiridas, tendo 49% transferidas para a CONASA.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não se aplica

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Em 28 de fevereiro de 2013, o INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações adquiriu a totalidade das ações da Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor.

Em 28 de fevereiro de 2013, o INFRA Saneamento Fundo de Investimento em Participações adquiriu a totalidade das ações da Companhia.

Nos últimos três exercícios, o controlador aumentou o capital social da Companhia de R\$ 100 para R\$ 158.187, mediante integralização de capital.

Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Companhia Águas de Itapema “Companhia” é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede a Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual a Companhia juntamente com a Prefeitura Municipal assinou aditivo contratual que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões. Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de veraneio. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a Construtora Nascimento Ltda. e Linear Participações e Incorporações Ltda. ambas denominadas vendedoras e acionistas da investida, a Conasa adquiriu 100% das ações destes acionistas, o equivalente a 4.049.731 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 696, passando a ter o controle total da Companhia. Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída em 1 de setembro de 2006, o objeto social é a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento, o beneficiamento e a

15.7 - Principais operações societárias

disposição final de resíduos de qualquer natureza, especialmente industriais e o investimento e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A. denominada vendedora e acionista, a Conasa adquiriu 100% das ações deste acionista, o equivalente a 63% do capital social da Sanetrat, 63.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, pelo montante de R\$ 834.

Em 30 de maio de 2013, a Conasa adquiriu as 37.000 ações ordinárias restantes, da Araújo de Araújo Consultoria em Saneamento Básico, por R\$ 284. Em 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo a companhia.

Águas de Santo Antônio S.A. (“Águas de Santo Antônio”)

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, sob regime de concessão a realização dos serviços de abastecimento de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 30 de abril de 2004, sobre o regime de sociedade simples limitada.

O prazo de concessão é de 360 meses (30 anos), e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 15 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu 96% da participação do capital social das Águas de Santo Antônio, o equivalente a 960 quotas no montante de R\$ 96.

Através de Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 12 de maio de 2008, a Águas de Santo Antônio se tornou uma companhia de sociedade por ações de capital fechado.

Em 30 de maio de 2012 foi firmado contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre a Companhia denominada compradora e a GPI Participações e Investimentos S.A., Linear Participações e Incorporações Ltda. e a União Participações e Investimentos S.A. ambas denominadas vendedoras e acionistas de Águas de Santo Antônio. A Companhia adquiriu a participação restante de 4%, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, passando a deter 100% das ações. Em 2013, 2014 e 2015, não houve alterações societárias envolvendo as companhias.

Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia adquiriu da Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - Cobrapar, 18,37% do capital social da Urbeluz Energética S.A., o equivalente a 1.442.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 3.300.

15.7 - Principais operações societárias

Em virtude do patrimônio líquido negativo da investida na data da aquisição, a operação gerou um ágio de R\$ 3.947, fundamentado em rentabilidade futura do próprio negócio da Urbeluz e das suas controladas Alegrete RJ Participações e Caragua Luz S.A. - SPE.

A investida é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 maio de 1995 e especializada em gestão de iluminação pública, construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, no planejamento e na execução de projetos que visam o gerenciamento e o uso racional de energia elétrica.

Em 05/01/2015 através da décima sétima assembleia geral extraordinária, os acionistas decidiram aumentarem o capital social da Companhia em R\$ 12.200 mil com o AFAC oriundo da CONASA, desta forma esta ficou 50% das ações da companhia. A seguir demonstramos como ficou a composição acionária da companhia em 31/12/2015:

URBELUZ ENERGÉTICA S/A	AÇÕES	%
Conasa Companhia Nacional de Saneamento	5.741.489	50,00
Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - COPRAPAR	4.956.535	43,16
Wilson Soares dos Santos	785.054	6,84
Outros	3	0,00003
	11.483.081	100,00%

Também em 05/01/2015 a CONASA assinou o acordo de acionistas com o Sr. Wilson Soares dos Santos que detém 6,84%, tendo como objeto principal o exercício do direito de voto, bem como passando para a CONASA o exercício de direito de administração da companhia.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética.

Além de ser uma Companhia operacional, como mencionado acima, possui investimentos nas sociedades abaixo:

Alegrete RJ Participações S.A.: Companhia constituída em 03 de dezembro de 2013, possui contrato de concessão administrativa com o Município de São João do Meriti, pelo prazo de 25 anos, para gestão do sistema, operação, ampliação e modernização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti;

Caragua Luz S.A. - SPE: Sociedade de propósito específico, constituída em 30 de abril de 2015. Criada exclusivamente para atendimento ao Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, em 21 de julho de 2015. O objeto do contrato é a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, bem como instituir processos para a responsabilidade de consumo de energia de iluminação pública. O prazo de concessão será de 13 anos.

Tal segmento foi responsável no exercício de 2015, primeiro exercício de consolidação, por receita líquida de R\$ 50.183 e lucro operacional de R\$ 19.026.

A expectativa da Administração é que o segmento continue a apresentar expansão, conforme já relatado na seção de Eventos Subsequente.

15.7 - Principais operações societárias

Conasa SPE S.A.

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 09 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

Sanesalto Saneamento S.A.

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 06 de novembro de 1996, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. Compõe os serviços da concessionária:

- a) Implantação, Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Esgotos (“ETE”);
- b) Implantação de redes coletoras e estações elevatórias complementares ao sistema de esgotamento sanitário do município; e
- c) Gestão do sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como arrecadação.

Em operação desde agosto de 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Sanesalto trata atualmente cerca de 96% do esgoto coletado, equivalente a 91% do esgoto gerado no município.

A CONASA firmou contrato de compra e venda de ações com a GPI Participações e Investimentos S.A. para aquisição de 98,2% das ações da Sanesalto em 30 de maio de 2012. Naquele momento, constavam como condições suspensivas: (i) aprovação do poder concedente para troca de controle e (ii) aprovação dos debenturistas da 2ª emissão da Sanesalto. A condição suspensiva constante do item ii acima não foi sobreposta.

Em 30 de maio de 2015, a CONASA adquiriu 49% das ações, o equivalente a 4.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas subscritas e totalmente integralizadas, de modo a não transferir o controle, e firmou compromisso de cessão a termo dos 51% restantes. Tal compromisso se dará com a anuência dos debenturistas ou quando da quitação das debêntures.

15.8 - Outras informações relevantes

Não se aplica

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**16.1 Descrever as regras, políticas e práticas adotadas pelo emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

Como holding, a Companhia realiza diversas operações com partes relacionadas sendo empresas controladas ou coligadas. Em sua maioria, tratam-se de operações de centralização de caixa, não havendo incidência de juros ou contrapartidas.

Ocasionalmente, a Companhia participa de investimentos em controladas e coligadas através da aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão destas, com condições de mercado.

Quanto a transações com partes relacionadas, exceto coligadas e controladas, é prática da Administração só realizar operações em casos excepcionais, com aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações	01/09/2011	9.500.788,09	R\$ 11.846.580,62	R\$ 11.846.580,62	3 anos	SIM	14,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritária de controlada						
Objeto contrato	Mútuo realizado pela controlada antes da entrada da Companhia em seu capital social						
Garantia e seguros	Garantias quirografárias						
Rescisão ou extinção	Não existem.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado pela controlada ao acionista antes da entrada da Companhia em seu quadro acionário. A Companhia não participou do processo decisório.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sanesul - Construtora Saneamento do Sul S.A.	01/09/2013	17.753.589,39	R\$ 17.753.589,39	R\$ 17.753.589,39	Em aberto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	Não existe.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Urbeluz Energética S.A.	01/01/2015	4.647.256,58	R\$ 4.647.256,58	R\$ 4.647.256,58	Em aberto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Conversível em ações						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não existem						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	23/05/2013	3.515.770,13	R\$ 3.515.770,13	R\$ 3.515.770,13	Em aberto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Aporte para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Conversibilidade em ações						
Rescisão ou extinção	Não existe previsão de rescisão						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sanesalto Saneamento S.A.	01/01/2015	1.937.500,00	R\$ 1.937.500,00	R\$ 1.937.500,00	Em aberto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Aporte para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	Depende de aprovação dos debênturistas, não prevendo rescisão ou extinção.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sanesalto Saneamento S.A.	01/01/2009	5.386.002,00	R\$ 5.386.002,00	R\$ 5.386.002,00	Em aberto	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de empreitada global, sendo a Companhia contratada anteriormente à entrada desta no capital social da Sanesalto						
Garantia e seguros	Não existem já que se trata de um contrato de construção						
Rescisão ou extinção	Não se aplica						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Águas de Itapema	31/12/2013	20.531.643,28	R\$ 20.531.643,28	R\$ 20.531.643,28	Sem prazo definido para conversão	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada, subsidiária integral						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	A rescisão não é possível por se tratar de adiantamento para futuro aumento de capital.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sanetrat Saneamento S.A.	31/12/2013	41.034.772,05	R\$ 41.034.772,05	R\$ 41.034.772,05	Não existe prazo definido para conversão. O AFAC foi convertido no exercício de 2016.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada, subsidiária integral						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	Não existe previsão de rescisão.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CONASA SPE S.A.	31/12/2014	922.000,00	R\$ 922.000,00	R\$ 922.000,00	Não há prazo definido para conversão em ações.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada, subsidiária integral						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	Não existe previsão de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Águas de Santo Antônio S.A.	31/12/2013	668.763,60	R\$ 668.763,60	R\$ 668.763,60	Não existe prazo definido para conversão	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada, subsidiária integral						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em ações						
Rescisão ou extinção	Não existe previsão de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Águas de Meriti Ltda.	31/12/2015	1.649.555,20	R\$ 1.649.555,20	R\$ 1.649.555,20	Não existe prazo definido para conversão	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada, através da controlada Sanesul Construtora Saneamento so Sul S.A.						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Aporte conversível em cotas						
Rescisão ou extinção	Não existe previsão de rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Consórcio Construtor Catarinense - CCC	31/12/2011	166.000,00	R\$ 166.000,00	R\$ 166.000,00	Não há prazo definido para quitação.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Consórcio coligado até 2012						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de mútuo entre as partes, realizado enquanto o CCC era parte do grupo econômico da Companhia. O consórcio deixou de integrar o grupo em 2012, ficando um saldo credor a favor da Companhia para ser quitado.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

No último exercício social a Companhia só realizou operações relevantes com Partes Relacionadas de caráter de centralização de caixa ou Aporte para Futuro Aumento de Capital.

A única operação relevante com Partes Relacionadas que não são controladas ou coligadas é a operação de crédito feita entre a Urbeluz e a Cobrapar, acionista minoritária, operação esta que foi realizada antes da entrada da Companhia na Urbeluz. Tal operação encerrou o exercício de 2015 com um saldo de R\$ 11.846 e é remunerada pelo CDI.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4 Outras informações relevantes

O Contrato de Compra e Venda de Ações da Sanesalto Saneamento S.A. transferiu à Companhia R\$ 12.574 de direitos decorrentes de aportes para futuro aumento de capital realizado pelo acionista anterior.

Como o Patrimônio Líquido da referida companhia era negativo no momento da aquisição, o saldo de AFAC foi cedido não onerosamente, transferindo as obrigações inerentes à Companhia.

Pela cessão não onerosa, não há registro contábil no valor correspondente ao saldo de AFAC a ser convertido e por tal motivo a Companhia informa o Mercado através dessa seção.

Os AFACs serão convertidos em capital, não havendo possibilidade de desistência, quando da aprovação por maioria qualificada dos debenturistas ou quitação das debêntures.

O AFAC é um direito da Companhia contra a Sanesalto Saneamento S.A. conversível em ações. A emissão de ações da Sanesalto depende de aprovação por maioria qualificada dos debenturistas ou quitação das debêntures. Com isso, o AFAC será convertido em capital social quando da aprovação dos debenturistas ou quitação das debêntures.

A cessão do AFAC não imputa qualquer outra obrigação da Companhia, atual ou futura, estando inclusa no Contrato de Compra e Venda já liquidado.

A transação foi acompanhada de laudo de avaliação contábil e auditada pelos auditores independentes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
24/01/2017	162.687.034,00	Capital integralizado	162.687.034	0	162.687.034
Tipo de capital	Capital Integralizado				
24/01/2017	162.687.034,00	Capital Integralizado	162.687.034	0	162.687.034
Tipo de capital	Capital Autorizado				
24/01/2017	162.687.034,00	Capital Integralizado	162.687.034	0	162.687.034

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/04/2013	Assembleia Geral	05/04/2013	11.000.000,00	Subscrição particular	11.000.000	0	11.000.000	11.000,00000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial da ação.								
Forma de integralização		Em moeda corrente								
30/12/2013	Assembleia Geral de Acionistas	30/12/2013	37.384.354,00	Subscrição particular	37.384.354	0	37.384.354	336,79598198	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial das ações.								
Forma de integralização		Moeda corrente, aportada anteriormente no formato de Aporte para Futuro Aumento de Capital								
19/12/2014	Assembleia Geral de Acionistas	19/12/2014	93.100.000,00	Subscrição particular	93.100.000	0	93.100.000	65,75585322	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial das ações								
Forma de integralização		Moeda corrente, decorrente de aportes para futuro aumento de capital								
28/12/2015	Assembleia Geral de Acionistas	28/12/2015	16.602.680,00	Subscrição particular	16.602.680	0	16.602.680	11,72635220	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor de emissões anteriores.								
Forma de integralização		Moeda corrente, através de aportes para futuro aumento de capital								
24/01/2017	Assembleia Geral de Acionistas	24/01/2017	4.500.000,00	Subscrição particular	4.500.000	0	4.500.000	2,84473379	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor patrimonial das ações								
Forma de integralização		Em moeda corrente								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
05/04/2013	20.000.000	0	20.000.000	100.000	0	100.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houveram reduções de capital nos últimos três exercícios.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direitos conforme Estatuto Social e Lei das S.A., sem classes de ação. O Estatuto Social da Companhia estabelece que os acionistas receberão dividendo obrigatório de no mínimo 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76. O lucro remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta da Administração e aprovada pela Assembleia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Restrições impostas pelo BOVESPA MAIS e, em especial, pela CVM já que não houve oferta pública de ações.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A assembleia geral pode alterar os direitos, desde que não conflite com a Lei das SA e Regulamento do Bovespa Mais.
Outras características relevantes	Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não se aplica

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Valor Mobiliário Não Registrado			Bolsa		0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários emitidos pela Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação no presente momento.

Em 14 de novembro de 2016, a Companhia solicitou concomitantemente registro na Categoria A à Comissão de Valores Mobiliários e registro no segmento do BOVESPA MAIS à BM&FBOVESPA, sem a realização de oferta pública de ações

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não se aplica

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem títulos emitidos pela Companhia no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica

18.12 - Outras informações relevantes

Não se aplica

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há Plano de Recompra de Ações

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há ações em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não se aplica

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

22/09/2016

Cargo e/ou função

Estão vinculadas à Política de Negociação a Companhia, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante:

- (i) antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia;
- (ii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- (iii) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN) da Companhia.

Principais características e locais de consulta

É vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante:

- (i) antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia;
 - (ii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
 - (iii) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN) da Companhia.
- Além disso, acionistas controladores, diretos ou indiretos, Diretores e membros do Conselho de Administração, não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

INFORMAÇÕES À COMPANHIA

Todas as informações referidas neste instrumento, que devam ser remetidas à Companhia, bem como quaisquer esclarecimentos sobre o assunto solicitados à Companhia, deverão ser enviados ao Diretor de Relação com Investidores, Sr. Paulo Guida, na Avenida Higienópolis, 1601, 7º andar, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.015-010; e-mail: paulo.guida@conasa.com; telefone (11) 99981-4748 e (43) 3025-3636.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Os períodos de vedação de transação de ações são:

- (i) antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia;
- (ii) sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- (iii) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN) da Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não se aplica

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21. Política de Divulgação

21.1 Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia, através de seu Conselho de Administração, aprovou em reunião realizada em 22 de setembro de 2016, a sua Política de Divulgação de Informações, nos termos da legislação aplicável, que disciplina, dentre outros temas, a forma de recolhimento e divulgação das informações.

Caberá exclusivamente ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e às Bolsas de Valores, quando for o caso, qualquer Ato ou Fato Relevante, nos termos do art. 2º da referida Instrução CVM nº 358/02, ocorrido ou relacionados aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação de tais informações em todos os mercados em que os valores mobiliários de sua emissão sejam admitidos à negociação.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados ou que venham a ser criados por disposição do estatuto social, deverão comunicar, imediatamente, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que decidirá sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

Sempre que necessário, competirá ao Conselho de Administração da Companhia, promover as devidas adequações ou alterações na Política de Divulgação de Informações da Companhia.

Tais alterações serão prontamente comunicadas pelo Diretor de Relações com Investidores aos acionistas, conselheiros, administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como à CVM, à bolsa de valores e entidades de mercado em que a Companhia possua valores mobiliários emitidos e admitidos à negociação, passando a se aplicar a todos na data de ciência das alterações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Competirá ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante, ocorrido ou relacionados aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação de tais informações em todos os mercados em que os valores mobiliários de sua emissão sejam admitidos à negociação.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados ou que venham a ser criados por disposição do estatuto social, deverão comunicar, imediatamente, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que decidirá sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

Constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores na ampla divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, as pessoas referidas no parágrafo anterior que tenham ciência de informação que entendam dever ser divulgada deverão comunicá-la imediatamente à CVM.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, deverão guardar sigilo sobre as informações relativas a Atos ou Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado em função do cargo que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante sempre será realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor médio.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação será também sempre feita por meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores - internet, onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorrerá, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores.

A divulgação de informações não será feita a um grupo restrito de pessoas, mas sim ao mercado investidor de modo geral e, caso seja inadvertidamente revelada a uma pessoa ou grupo específico de pessoas, a Companhia, por intermédio do Diretor de Relações com Investidores, fará imediatamente ampla divulgação da matéria, em idêntico teor.

A Companhia não adota como uma de suas políticas a divulgação de comentários às projeções de resultados.

Qualquer informação que seja divulgada e que se refira a projeções, de qualquer natureza, serão acompanhadas de linguagem (i) indicando que tal informação deverá ser avaliada pelos participantes do mercado com especial cautela por se tratar de informação ainda não confirmada e sim baseada em meras expectativas da administração da Companhia, e (ii) identificando os fatores considerados importantes e que poderão implicar em resultados diferentes do esperado pela administração da Companhia.

A Companhia deverá corrigir ou atualizar as previsões que tenham sido divulgadas, sempre que se verificar alteração nas premissas anteriormente consideradas que possam afetar significativamente as conclusões expressadas naquelas previsões e caso não se confirmem, a Companhia informará as razões que determinaram a diferença no resultado.

A Companhia não se manifestará sobre seus resultados, na forma de previsão, desde o momento em que forem conhecidos esses dados finais até a sua ampla divulgação ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Informações desfavoráveis, negativas, à Companhia, serão divulgadas do mesmo modo e com a mesma agilidade que as informações favoráveis.

Excepcionalmente, a Companhia poderá deixar de divulgar Atos ou Fatos Relevantes se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia, adotando-se, para esse fim, o procedimento indicado no artigo 7º da Instrução CVM nº 358/02, no entanto, ficam obrigados a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar ao mercado imediatamente o Ato ou Fato Relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

A Companhia não comentará rumores ou especulações originadas no mercado, exceto em situações extremas que impliquem ou possam implicar significativa volatilidade dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

Quando necessária, a troca de informações relevantes não públicas com parceiros estratégicos será sempre acompanhada de formalização de um acordo de confidencialidade. Caso qualquer de tais informações seja inadvertidamente divulgada a qualquer terceiro, por qualquer das partes do acordo de confidencialidade, o Diretor de Relações com Investidores promoverá imediatamente ampla divulgação da informação ao mercado, no mesmo teor.

A íntegra do Manual da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia poderá ser acessada na página eletrônica da Companhia (www.conasa.com/ri) e por meio do sistema eletrônico disponível na página eletrônica da CVM (www.cvm.gov.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Pessoas responsáveis pela Política de Divulgação

Competirá ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante, ocorrido ou relacionados aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação de tais informações em todos os mercados em que os valores mobiliários de sua emissão sejam admitidos à negociação.

Os acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados ou que venham a ser criados por disposição do estatuto social, deverão comunicar, imediatamente, qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que decidirá sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

Constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores na ampla divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, as pessoas referidas no parágrafo anterior que tenham ciência de informação que entendam dever ser divulgada deverão comunicá-la imediatamente à CVM.

21.4 - Outras informações relevantes

Não se aplica